



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LETICIA MARIA VENSON

**“DONDE SE AVISTA O CAMINHO DA ROÇA”: JOSÉ BERNARDINO BORMANN E
A COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ**

CHAPECÓ

2020

LETICIA MARIA VENSON

**“DONDE SE AVISTA O CAMINHO DA ROÇA”: JOSÉ BERNARDINO BORMANN E
A COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw

Linha 2: História dos Movimentos e das Relações Sociais.

CHAPECÓ

2020

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

'
"Donde se avista o caminho da roça": José Bernardino
Bormann e a Colônia Militar do Xapecó / . -- 2020.
130 f.

Orientador: Doutor Antonio Marcos Myskiw

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2020.

1. Colônia Militar do Xapecó. 2. José Bernardino
Bormann. 3. Fronteira. 4. História Social. 5. História
Agrária. I. , Antonio Marcos Myskiw, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LETICIA MARIA VENSON

**“DONDE SE AVISTA O CAMINHO DA ROÇA”: JOSÉ BERNARDINO BORMANN E A
COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da
Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca
examinadora em 13/07/2020

Aprovado em: 13/07/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw – UFFS
Presidente da banca/orientador

Prof. Dr. Alberto Daniel Alcaraz – UNaM – ARG
Membro titular externo

Prof. Me. Anderson Marcelo Schmitt - UFSC
Membro titular externo

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. José Carlos Radin
Membro interno suplente

Chapecó/SC, julho de 2020

À Maria José (*in memoriam*), bisavó que não conheci, mas que pesquisei muito para encontrar. À Maria Luíza (*in memoriam*) avó, que também não conheci, mas que se tornou presente por meio das histórias contadas por minha mãe. À Carmelina D. Venson (*in memoriam*) minha mãe, com quem tive o privilégio de viver 17 anos e ao meu pai Luiz Venson, por toda coragem, força e luta nessa jornada que é a vida!

AGRADECIMENTOS

No primeiro semestre de 2014 comecei a graduação em Licenciatura em História, pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó. A UFFS possibilitou que a filha de um caminhoneiro e uma dona de casa fizesse uma graduação. Meu processo formativo foi bem conturbado, ainda em 2014 perdi minha mãe e me vi sozinha em uma cidade que mal conhecia, mas aos poucos Chapecó e a própria UFFS tornaram-se meu lar. E nada mais justo que começar os agradecimentos a essa instituição que me abriu e ainda abre muitas portas. Obrigada UFFS por me acolher, por me permitir ter uma educação gratuita e de qualidade e obrigada por me possibilitar cursar uma pós-graduação e abrir os caminhos para o doutorado.

Agradeço a minha mãe, Carmelina Venson, mulher forte e guerreira que me ensinou as lições mais importantes da vida. Nem todas as dedicatórias e agradecimentos do mundo conseguem dar conta da tamanha gratidão por ter te tido como mãe nessa vida. Não conto com sua presença física, mas acredito que sua energia contínua comigo a todo momento. Agradeço ao meu pai, Luiz Venson, pelas longas conversas e conselhos, mesmo que desajeitados, quando que timidamente tentava suprir o espaço que minha mãe deixou. Sou a primeira filha a ingressar no mestrado, espero que seja inspiração para minhas irmãs e sobrinhas (os).

Obrigada ao meu namorado Daniel Dalla Zen, por me auxiliar das mais diferentes formas nesse período. Com quem pude ter as mais divertidas e inusitadas conversas acadêmicas, foi quem mais me ouviu reclamar da dissertação e falar incansavelmente de Colônias Militares e sobre o José Bernardino Bormann. Além de me auxiliar com as fontes, é o meu maior incentivador e propagandista. Obrigada Talita, Luiz, Daniela e Fernando, pelos almoços de domingo e pelas conversas descontraídas e obrigada principalmente por me acolherem. Obrigada a Valentina e ao pequeno Felipe, que deixam a tia cansada de tanto brincar e que aliviam toda a tensão da semana, todo domingo é festa com eles.

Antonio Marcos Myskiw, meu orientador, com toda certeza fui uma das orientadas mais sarnas, compartilhei cada mínimo achado da pesquisa e ele sempre muito prestativo me auxiliou em todos os momentos, me fazendo crescer muito academicamente e me dando oportunidades únicas. Muito obrigada por ter sido esse orientador sensacional, que além de ser referência no assunto é muito dedicado e prestativo e acima de tudo humano! A caminhada foi muito gratificante e instrutiva!

Obrigada família, Marizete, Márcia, Delizia, Giane e Giovana, com que desabafei várias vezes e me aproveitei gratuitamente de ter uma psicóloga na família. Sei que não fui muito presente, mas essa é uma das desvantagens de fazer uma pós-graduação e sair de casa. Obrigada

Jaime, meu cunhado, com quem convivo há mais de vinte anos, homem batalhador, professor e cheio de princípios, obrigada por acreditar nos meus projetos e me animar, tu és parte fundamental da minha caminhada acadêmica.

Obrigada Daiana Varotto, companheira de jornada e amiga que o mestrado me deu desde o dia da matrícula, na lotação, antes mesmo de descobrirmos sermos colegas. Você é sensacional, uma pessoa maravilhosa, parceira! Espero que essa amizade dure muito tempo. Obrigada Daniela, Marina, Jordan e Douglas pelo companheirismo nessa jornada, foi muito gratificante compartilhar esse momento com vocês, vou sentir saudade dos debates, das conversas e claro das confraternizações regadas a vinho, cerveja ou chopp.

Agradeço também aos membros da banca, professor Alberto Daniel Alcaraz que fez colocações importantes no texto e me estimulou a ter um outro olhar sobre as fronteiras argentinas. Obrigada professor Marlon Brandt, pelas colocações no momento da qualificação que fizeram despertar em mim um amor pela geografia. Obrigada ao professor Anderson, com quem tive as primeiras conversas tímidas sobre a temática de pesquisa, ainda na graduação. Obrigada Claiton, por ter ouvido os meus desabafos e compartilhado das cervejas e churrascos, obrigada Samira, uma coordenadora sempre muito prestativa que auxiliou desde o dia da matrícula até a data da defesa, obrigada Isabel, Humberto, Gerson, José Carlos, Delmir, Adriana, enfim, obrigada a todos os professores, técnicos e servidores da Universidade Federal da Fronteira Sul, que de alguma maneira auxiliou na realização desse trabalho. Obrigada em especial ao professor Mateus Gambá Torres por ter despertado meu eu pesquisadora em 2015 e por indiretamente me dar de presente o tema Colônias Militares. Obrigada Francimar da Ilha Petrolli, que acreditou na pesquisa e que me incentivou a continuar na temática.

Obrigada a CAPES, por me fornecer uma bolsa no período do mestrado, propiciando dedicação exclusiva para a dissertação, me fazendo crescer academicamente. Os últimos anos não estão sendo fáceis para a pesquisa brasileira e nem para a educação, terminar o mestrado em um curso de humanas, também é uma forma de resistência. Espero que a área de humanas receba mais atenção e que os nossos governantes percebam que também precisamos de investimentos e que fazemos ciência! E por fim, um viva as Universidades Federais e ao ensino gratuito e de qualidade!!

Por lo que fue y por lo que pudo ser
Por lo que hay, por lo que puede faltar
Por lo que venga y por este instante
A brindar por el aguante

RESUMO

A Colônia Militar do Xapecó foi criada em 1859 e instalada em 1882, na então província do Paraná, em local denominado como campina do Xanxerê e teve até o ano de 1898 José Bernardino Bormann como seu diretor. Foi instalada para a proteção do território e dos habitantes devido ao conflito territorial com a Argentina. Optamos por construir uma reflexão atenta à História Social e Agrária, mas sem desconsiderar os fatores políticos e geopolíticos e econômicos. O trabalho visa analisar a construção de um espaço social e político por parte de militares brasileiros e da população que residia dentro da Colônia Militar e nas imediações contribuindo para a fundação e manutenção desse núcleo militar. A metodologia empregada na pesquisa qualitativa apoiada na análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin. A pesquisa conta com um conjunto diversificado de fontes documentais tais como: os Relatórios dos Ministros de Guerra e da Província do Paraná, os decretos de criação das colônias militares, a Lei de Terras, os relatórios dos diretores da Colônia. Também serão utilizados a Fé de Ofício de José Bernardino Bormann, o Livro “Centenário do Marechal Bormann” e “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná” escrito pelo próprio Bormann. E o Censo Demográfico da Comarca de Palmas de 1890. Concluímos que a instalação de Colônias Militares nas fronteiras do Brasil era uma demonstração de poder e exercício de poder sob a região. Nos anos em que Bormann ficou na direção a Colônia Militar do Xapecó, ainda que tivesse autonomia de gestão sobre o território, não conseguiu autonomia financeira. O isolamento social, o contexto político e econômico e a demora na expedição de documentos definitivos de terras aos colonos foram fatores que contribuíram para o lento desenvolvimento da área colonial. A ausência de documentos definitivos dos lotes de terras gerou vários processos de usucapião. Por outro lado, houve (e ainda há) uma política de valorização da memória de José Bernardino Bormann no município de Chapecó, resultado de sua vida política, militar e intelectual.

Palavras-chave: Colônia Militar. Fronteira. Xapecó. José Bernardino Bormann. História Agrária.

ABSTRACT

The Chapecó Military Colony was created in 1859 and established in 1882 around the area of the province of Paraná, in a place called *Campina do Xanxerê*, and - until 1898 - José Bernardino Bormann was the director in charge. The Colony was created for the protection of the territory and its inhabitants, due to the ongoing territorial conflict with Argentina. We chose to build a reflection focused on the Social and Agrarian History, although not disregarding political, geopolitical and economic factors. Thus, the present work aims to analyze the construction of a social and political space by the Brazilian military, and the population that lived at the Military Colony and surrounding area, contributing to the foundation and maintenance of this military core. A qualitative research supported by content analysis under the perspective of Laurence Bardin was the methodology chosen. The research relies on a diversified set of documentary resources such as: the Reports of the Ministers of War and those of the Province of Paraná, the Decrees for the creation of military colonies, the Land Law and the statements carried out by the directors of such a Colony. Furthermore, José Bernardino Bormann's summaries, the book "Centenary of Marshal Bormann" and "Fratricidal Days: Memories of the Federalist Revolution in the State of Paraná" written by Bormann himself, as well as the 1890 Demographic Census of the District of Palmas were also used in the analysis. We concluded that the establishment of Military Colonies in the Brazilian borders was categorized as a demonstration of power as well as an exercise of power within the region. In the years when Bormann was in charge of the Chapecó Military Colony, although he exercised a managerial autonomy over the territory, a financial autonomy was never achieved. Social isolation, the political and economic context and the delay in issuing definitive land documents to the colonists were factors that contributed to the slow development of the colonial area. The absence of definitive documents on the land plots generated several usucaption processes. Contrastingly, there was – and still is – a policy that values the memory of José Bernardino Bormann in the municipality of Chapecó, due to the political, military and intellectual aspects of his life.

Keywords: Military Colony. Border. Chapecó. José Bernardino Bormann. Agrarian History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização das 26 Colônias Militares.....	32
Figura 02 - Misiones 1881.....	38
Figura 03 – Província de Misiones 1882.....	41
Figura 04 – Planta da Colônia Militar.....	51
Figura 05 – Caminho das Tropas.....	60
Figura 06 – Localização dos mercados consumidores.....	63
Figura 07 – Propaganda às famílias alemães.....	89
Figura 08 –Memorial do Marechal Bormann.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Colonos com posse definitiva da terra no ano de 1903.....	54
Tabela 02- Naturalidade dos Habitantes da Colônia no ano de 1890.....	89
Tabela 03- População da Colônia Militar do Xapecó no ano de 1890.....	90
Tabela 04 – Estado civil dos moradores da Colônia.....	91
Tabela 05 – População Indígena nos Campos de Palmas.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - COLÔNIAS MILITARES NO BRASIL IMPERIAL.....	24
1.1 Planos para Colônias Militares no Brasil.....	24
1.2 Colônias Militares instaladas no Brasil.....	31
1.3 Contextualizando o Cenário Fronteiriço.....	34
CAPÍTULO II - COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ.....	46
2.1 Escolha do Local e instalação da Colônia.....	47
2.2 Distribuição das Terras e Regime da Colônia.....	53
2.3 Agricultura, Atividade Pastoril e Meio Ambiente.....	57
2.4 Consequência da Proclamação da República na Colônia.....	65
2.4.1 Revolução Federalista.....	68
CAPÍTULO III - MILITARES E CIVIS MORADORES DA COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ.....	77
3.1 Oficiais Militares.....	78
3.2 Civis.....	87
3.2.1 Caboclos e Imigrantes.....	87
3.2.2 Negros.....	91
3.2.3 Indígenas.....	93
3.3 Educação.....	96
3.4 Crimes.....	98
CAPÍTULO IV - BORMANN UM INTELLECTUAL NA FRONTEIRA.....	100
4.1 Trajetória de Bormann.....	101
4.2 Comandante da Guarnição de Palmas e Diretor da Colônia.....	104
4.3 Um intelectual na Fronteira.....	107
4.4 Memórias sobre Bormann.....	108
CONCLUSÕES.....	117
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

Em 2015 o professor Mateus Gamba Torres, então docente da disciplina de Teoria da História, na Universidade Federal da Fronteira Sul, passou um trabalho avaliativo que consistiu na elaboração de uma pequena apresentação tendo como base, fontes historiográficas. Sem pensar muito fui ao Centro de Memória do Oeste- CEOM, tendo como objetivo encontrar documentos sobre o primeiro hospital do município de Chapecó. Sem nada encontrar, resolvi fotografar a documentação que me foi fornecida. Em casa, meio desanimada e sem saber que trabalho elaborar revisei todas as fotografias até me deparar com um texto de meia página sobre a Colônia Militar do Xaçepó, o texto gerou meu interesse e me instigou a pesquisar mais. Tal interesse gerou o trabalho da disciplina, um trabalho de conclusão de curso, agora uma dissertação e possivelmente uma tese de doutorado.

Defendi meu trabalho de conclusão de curso em junho de 2018 intitulado “José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó”¹ e em agosto do mesmo ano entrei no mestrado com o objetivo de continuar com a temática, tendo ainda como foco José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçepó, mas com outras problemáticas e abordagens. Em busca de fontes e referências fui várias vezes ao CEOM e a Biblioteca Municipal Neiva Costela e, em uma dessas idas à biblioteca consegui o contato de Maria Tereza Medronho Sigwalt, bisneta de Bormann. Nossa primeira conversa se deu no *WhatsApp* onde me comunicou que estava escrevendo um livro sobre a família Bormann, com ênfase na parte feminina da história, principalmente em sua bisavó Cândida, indígena Kaingang que possivelmente foi a segunda esposa de José Bernardino Bormann, ignorada pela historiografia até então. A conheci pessoalmente na cidade de Chapecó em 16 de agosto de 2019, no lançamento do livro “O centenário de morte do Marechal Bormann”, escrito por Flávio Luiz Pansera, atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Chapecó e Coronel reformado da Polícia Militar de Santa Catarina. A conversa com Maria Tereza me estimulou a continuar as pesquisas sobre Bormann e sobre a Colônia do Xaçepó.

A Colônia Militar do Xaçepó foi criada pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859 pelo Ministério da Guerra, juntamente com a Colônia Militar do Xopim, cujo objetivo era a proteção dos habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava da incursão dos indígenas ditos como “bravos” e a proteção do território por consequência do conflito territorial

¹ Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2054>. Acesso em 15 jul.2020.

envolvendo a Argentina, na chamada Questão de Palmas ou de *Misiones*. No entanto, por distintos fatores que abordaremos no decorrer deste estudo, a instalação das referidas colônias militares ocorrera somente no início da década de 1880, quando da designação das comissões responsáveis por fazer um estudo estratégico sobre as condições climáticas, território, rios, plantas a fim de determinarem o melhor lugar para instalação. As colônias militares foram instaladas no ano de 1882, ou seja, após 23 anos de sua criação por decreto.

Gostaria de ressaltar que a Colônia Militar do Xapecó não tem relação com a cidade de Chapecó (1917), o nome da Colônia é referente ao rio que margeia esse núcleo militar, e sua sede se localizava onde hoje é o município de Xanxerê-SC e abrangia os atuais municípios de Xaxim e Faxinal dos Guedes. Optamos por grafar Xapecó com X e não com CH em referência à língua indígena Kaingang, que tem como significado “Donde se avista o caminho da roça” e porque José Bernardino Bormann também assim o fazia e que consta no título deste estudo.

As Colônias Militares podem ser objeto de estudos por diferentes aportes teóricos, metodológicos e conceituais. Nesta pesquisa, optou-se por construir uma reflexão atenta à História Social e Agrária, mas sem desconsiderar os fatores políticos, geopolíticos e econômicos, pois, entende-se que são fundamentais para compreender o papel e o funcionamento da Colônia Militar do Xapecó, bem como o funcionamento das mesmas em uma região de fronteira sob a gestão do General José Bernardino Bormann por quase duas décadas. A permanência de Bormann na direção da colônia e na região por quase vinte anos é algo incomum, pois, as colônias eram instaladas em regiões de fronteira, distantes dos grandes centros, gerando uma rotatividade dos diretores e demais funcionários, bem como os praças, que não permaneciam na região com suas famílias após o término do contrato. Uma justificativa para a permanência prolongada de Bormann na região foi a construção de sua vida política no Estado do Paraná. Foi vice-governador e deputado estadual. Mesmo após o seu desligamento como diretor, permaneceu em Palmas, até resolver sua vida política.

A pesquisa também analisa a construção de um espaço social e político pelos militares brasileiros e pelos colonos que residiam na área colonial nas imediações. Apesar das poucas informações existentes sobre esses personagens, optamos por mesmo assim escrever sobre eles, demonstrando que o estabelecimento não foi composto apenas por militares, mas também por caboclos, negros, imigrantes e indígenas que viviam na região de fronteira e contribuíram para a fundação e manutenção desse núcleo militar. Também analisamos as consequências da Proclamação da República na Colônia Militar do Xapecó, considerando as mudanças políticas e principalmente a crise econômica, auxiliando para compreender o contexto vivido pelas Colônias Militares e as formas encontradas para driblar os diversos problemas financeiros.

De acordo com Marcelo Lopes de Souza o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo o espaço territorializado um instrumento de exercício de poder, destaca também que as motivações para o controle de um espaço de algum modo está conectado ao substrato espacial material e aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais². Os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim “campos de força” que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas³. Ou seja, a instalação da Colônia foi uma estratégia para a construção de um desses “campos de força” a fim de fomentar relações sociais que permitissem a construção de território como brasileiro. A instalação de Colônias Militares em territórios remotos, pouco ocupados evidência o esforço de territorializar esse espaço de fronteira.

Robert Sack afirma que a territorialidade é uma estratégia para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área, é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas, é expressão geográfica primária de poder social, é o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados⁴. A territorialidade não é somente o “controle da área”, mas também a “tentativa, por indivíduo ou grupo de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. Mapear esse espaço, não implica em constituir um território no espaço cujo domínio se faz no plano simbólico, escrito. Esse só será um território quando seus limites são usados para afetar o comportamento ou controlar seu acesso e uso⁵.

Claude Raffestin transforma o espaço em substrato para a “criação” do território, e tem uma concepção múltipla frente ao território e à territorialidade humana, reconhecendo a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura. Compreende a territorialidade como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade. O território é produzido por atores por meio da energia e da informação, das redes de circulação, das relações de poder, das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas⁶.

Compreendemos espaço social na perspectiva de Pierre Bourdieu onde afirma que em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprima

2 SOUZA, Marcelo. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p.88

3 Ibidem, p.89.

4 SACK, Robert. **Human Territoriality, is theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

5 Ibidem.

6 SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

as hierarquias e as diferenças sociais⁷. O espaço apropriado é um dos lugares onde o poder se afirmar e se exerce “provavelmente sob a forma mais sutil, a de violência simbólica como violência despercebida”⁸. O espaço social não é só o espaço físico, mas tende a se realizar de forma mais ou menos completa e exata nesse espaço socialmente marcado e construído⁹.

O espaço social, espaço abstrato constituído pelo conjunto dos subespaços ou dos campos (campo econômico, campo intelectual, etc.), dos quais cada um deve sua estrutura à distribuição desigual de uma espécie particular de capital, pode ser apreendido sob a forma da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que funcionam, simultaneamente, como instrumentos e objetos de lutas no conjunto dos campos¹⁰.

Bourdieu não resume somente a capital econômico, mas também a capital social e cultural, o que faz sentido em nossa pesquisa. Entre os colonos da Colônia Militar do Xapacó, em primeiro momento não há uma distinção de capital econômico. As terras eram distribuídas gratuitamente desde que respeitado o contrato dos colonos, e havia a distribuição de recursos, visando a autonomia. Com relação aos colonos militares já havia uma distinção dentro do próprio exército, a hierarquia militar era reproduzida na Colônia, e reafirmada por meio do capital cultural diferente dos colonos, em sua maioria caboclos que já viviam na região antes mesmo da instalação de um estabelecimento militar.

Nesse cenário, entendemos que a situação de fronteira é crucial para pensar o processo de exploração, ocupação e as primeiras ações com o intuito de realizar o projeto de colonização militar no atual Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense, pois, junto a isso ocorreu a disputa territorial entre Brasil e Argentina pela demarcação dos limites fronteiriços das respectivas nações, no final do século XIX, sendo essa questão resolvida somente no ano de 1895, por arbitramento internacional do presidente dos Estados Unidos¹¹.

A presente dissertação poderia se enquadrar dentro das áreas temáticas da História Social, História Regional, História Ambiental, História Militar e História Agrária. Optamos, porém, a delimitar a pesquisa em duas áreas temáticas: a História Social e a História Agrária. Ainda que as classificações aqui utilizadas não se traduzem em limites ou pretextos para

7 BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, n.27, v.79, 2013. P. 134

8 Ibidem. P.135

9 Ibidem. P.136

10 Ibidem. P.136

11 Ver mais em: HEINSFELD, A. **Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas** (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

isolamentos. De acordo com José D' Assunção Barros existem alguns temas de pesquisa que apresentam dificuldades em classificar e organizar a História em subáreas especializadas.

A História Social surgiu sob influência da Escola dos *Annales* e da historiografia marxista na primeira metade do século XX¹². A História Social assumiu um lugar como especialidade ao lado da História Econômica, da História Política, da História Cultural entre outras. Após rafia. De acordo com Barros a interdisciplinaridade são diálogos e movimentos interdisciplinares que implicam em dois ou mais campos, de saber em movimento. Um atua sobre o outro¹³. Após a crise da “História Total”, a História Social ganhou força, principalmente a partir da década de 1960. Porém, a essa noção continuou aberta a muitas possibilidades de sentidos. Atualmente a História Social, ligada aos centros de pesquisas das Universidades é utilizada no seu sentido mais abrangente¹⁴.

A proliferação da História Agrária também coincide com o advento da Escola dos *Annales*, com à interdisciplinaridade com a Geografia, a Sociologia e a Demografia. No Brasil os estudos agrários proliferaram a partir da década de 70, com forte ênfase dos estudos regionais. Segundo Maria Yedda Linhares a História Agrária visa estudar a história do universo rural, dos camponeses que comem e dormem, e cujos saberes variados na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas agrícolas e de criação de animais¹⁵, durante e após os processos de povoamento de um determinado território, como é o caso da Colônia Militar do Xapecó.

A criação e a implantação da Colônia Militar do Xapecó estão atreladas a algumas ações do Governo Imperial visando proteger e controlar o território do atual Sudoeste Paranaense e Oeste Catarinense, que estava sendo disputada com a Argentina na chamada *Cuestión de Misiones*. A Colônia Militar foi a primeira iniciativa de povoamento da região de fronteira dando condições para que outros processos viessem a ocorrer, via empresas de colonização, a partir da segunda década do século XX.

Por muito tempo, o termo fronteira, na Europa e na América, esteve ligado a ideia de limite territorial, de onde tem início ou fim o território de um país materializado nos aspectos geográficos. No final do século XIX, nos Estados Unidos, ocorreu uma releitura da categoria fronteira pelo historiador Frederick Jackson Turner, que propôs uma reinterpretação do

12 BARROS, José D' Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH- Revista de História da UFOP**. Ouro Preto, n. 15, 2005, p. 12.

13 BARROS, José D'assunção. **História, Espaço, Geografia: Diálogos Interdisciplinares**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 9.

14 Ibidem, p. 16.

15 Ibidem, p. 243.

processo de colonização da região Oeste dos Estados Unidos ao longo dos séculos XVIII e XIX. Para Turner, a fronteira passou a ser vista como um espaço, uma porção de território a ser explorado, ocupado, colonizado e transformado¹⁶. Nesse sentido fronteira passou a ser vista como “válvula de escape” aos problemas sociais existentes no Leste e Norte dos Estados Unidos¹⁷.

Na compreensão de Turner o avanço sobre a fronteira ocorre em várias ondas, ou fases de exploração, ocupação, colonização e industrialização de uma mesma região, ou seja, há a fronteira dos exploradores, dos fazendeiros, dos colonos, dos comerciantes, dos prestadores de serviço e dos empresários. Turner ainda enfatiza que a edificação de postos militares na fronteira era uma antiga estratégia levada a cabo por diferentes governos para abrir novas fronteiras. Turner molda uma narrativa em que os conflitos decorrentes da posse de terra foram minimizados ou ocultados¹⁸, visando dar visibilidade ao papel dado pelos migrantes na transformação do ambiente em detrimento às resistências motivadas pelos povos nativos.

Além da definição de fronteira proposta por Turner buscamos apoio nas reflexões do sociólogo José de Souza Marins¹⁹ sobre a ocupação das terras na fronteira amazônica. Para ele a fronteira é ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Martins afirma que é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra, se desencontra. A fronteira não se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano²⁰.

Segundo Adelar Heinsfeld, abordar o tema fronteiras, significa penetrar no campo das relações internacionais, envolvendo, a política de um Estado em relação a outros e a segurança de seu próprio território. De acordo com a geopolítica, é pela fronteira que se define o que é nacional e o que é estrangeiro. São amplas, pois são faixas territoriais maiores ou menores de acordo com a conveniência de cada Estado, que participam de todo o projeto sociopolítico ou

16 TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (Org.). **Oeste americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner. Niterói: EDUFF, 2004. P. 23-54.

17 Ibidem.

18 Ibidem.

19 MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

20 Ibidem. p. 11

socioeconômico. Afirmar ainda que a fronteira passa a ser ponto de equilíbrio político fixado entre duas pressões, onde o Estado controla esses espaços²¹.

No decorrer do século XIX, o Império brasileiro incentivou a colonização da região de fronteira, território até o momento ocupado principalmente por populações indígenas. Os militares entendiam que a implantação de Colônias eram uma forma de garantir a integridade do território. Durante o século XIX, foram instaladas cerca de 26 Colônias Militares em diversos pontos do território considerados estratégicos do ponto de vista militar e econômico. As Colônias Militares além de preverem a ocupação do território, tinham por meta construir canais de comunicação com as áreas mais remotas, que auxiliasse na administração do território nacional.

Uma das preocupações do Governo Imperial era delimitar e conhecer os seus territórios, conhecidos como “sertão”, nos mapas de época. Era, na prática, um exercício de poder sobre o espaço a ser delimitado, incorporando o sentimento de nação as populações residentes nas regiões de fronteira. Era estratégico povoar regiões de fronteiras e as interioranas, pois, havia a necessidade de segurança, povoamento, colonização, o controle de aldeamentos de indígenas e uma distribuição controlada de terras férteis para a produção agrícola²².

Toda atividade de pesquisa histórica exige que o historiador faça uma série de escolhas: recortes, ritmos, periodização, interrupções, sequências, surpresas, imbricações, entrelaçamentos²³. Nessa pesquisa nosso recorte temporal situa-se aos anos de 1880-1898, período em que José Bernardino Bormann ocupou o cargo de Diretor da Colônia Militar do Xapecó. Ainda que a Colônia Militar continue a existir até o século XX procuramos não estender análise para administrações posteriores visto que é um trabalho hercúleo para ser feito em 2 anos. No entanto, fazemos reflexões sobre períodos anteriores, a fim de compreender a construção das Colônias Militares da perspectiva do Ministério da Guerra, bem como compreender a questão territorial envolvendo o Brasil e a Argentina. O recorte espacial é referente ao perímetro de abrangência da Colônia Militar do Xapecó, estabelecida na então província do Paraná, localizado as margens do rio Chapecó que compreendiam cerca de 57.600,00 hectares, divididos em lotes de 242 hectares.

²¹ HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas** (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 20-25

²² TEDESCO, João Carlos. VANIN, Alex A. **Entre a espada, a cruz e a enxada: A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)**. Erechim: All Print, 2018. p. 14.

²³ REIS, José Carlos. **Teoria e História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. P. 33.

A metodologia a ser empregada na pesquisa é qualitativa, com suporte da análise de conteúdo, onde busca-se classificar o material documental em temas ou categorias, que auxiliam no entendimento do que está por trás dos discursos. A análise de conteúdo perpassa diversas fontes, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, entre outros²⁴. Faremos uso das reflexões de Laurence Bardin para análises de conteúdos existentes nas diferentes tipologias de fontes documentais que utilizamos nesta pesquisa.

A pesquisa que desenvolvemos está ancorada em um conjunto diversificado de fontes documentais tais como: os Relatórios dos Ministros de Guerra e da Província do Paraná, que estão disponíveis nos sites da Biblioteca Nacional e Arquivo Público do Paraná, disponível online no site do arquivo²⁵. Também utilizamos os decretos de criação das colônias militares, bem como a Lei de Terras de 1850 disponíveis no site do Planalto Federal²⁶. Além dessas fontes disponíveis online há diversas fontes na cidade de Palmas-PR, como os registros de batismos e casamentos presentes no arquivo do Bispado de Palmas.

Nos relatórios dos ministros da guerra, os assuntos eram sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça, do alistamento militar, das inspeções militares, das Escolas Militares, dos arsenais de guerra, dos laboratórios e fábricas de pólvora e munição, entre outros assuntos. Para a presente pesquisa o mais importante são os relatos sobre as várias colônias militares espalhadas pelas fronteiras brasileiras, mais especificamente os relatos sobre a Colônia Militar do Xapecó. Os relatórios províncias contém informações sobre as Colônias militares geralmente sínteses dos relatórios mensais apresentados pelos diretores das colônias. Já os relatórios dos Ministérios da Guerra, da Agricultura entre outros tinham como base os relatórios províncias, por isso contam com informações ainda mais enxutas.

Em novembro de 2018, fui a cidade do Rio de Janeiro em busca das fontes para o presente estudo, visitei o Arquivo Nacional e o Arquivo Histórico do Exército. Com relação ao Arquivo Nacional, apesar de constar nos registros a presença de documentações referentes a Colônia Militar do Xapecó, não encontramos os documentos, pois a pasta fornecida pelos funcionários estava vazia, e quando questionei o paradeiro das documentações não souberam me responder, e nem sabiam que havia sumido. Sendo assim, partimos para a busca de documentações sobre o pai de José Bernardino Bormann, William Bormann, traduzido para o

24 SILVA, Andressa; FOSSÁ, Maria. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 6, 2013, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília, 2004.

25 <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>

26 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

português como “Guilherme Bormann”, onde encontramos um contrato com o governo brasileiro, para compor o corpo de estrangeiros do Exército.

No Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro (AHEX-RJ), encontramos livros de registro da Colônia, que são citados nos relatórios do Ministério da Guerra. Nesses livros estão dispostas as informações referentes as despesas com os militares, com transporte, materiais, além da matrícula dos colonos e a correspondência oficial. Utilizamos também, a Fé de Ofício de José Bernardino Bormann, o Livro “Centenário do Marechal Bormann”, “Dias Fraticidas: Memórias de uma Revolução Federalista no Estado do Paraná” escrito pelo próprio Bormann e o livro lançado em 2019 de Flávio Luiz Pansera “Centenário de Morte de José Bernardino Bormann²⁷”. Também utilizamos o Censo Demográfico da Comarca de Palmas realizado no ano de 1890, que contém informações detalhadas sobre a população da região, nos permitindo saber a origem dos moradores da Colônia Militar.

Os relatórios produzidos no período fornecem informações sobre as atividades pelas quais os presidentes e ministros eram responsáveis. No caso do Presidente da Província do Paraná, relatava sobre o que ocorria na casa imperial, nas eleições provinciais, as leis que eram sancionadas, além de contar com relatos acerca da escravidão do período imperial, da igreja, dos hospitais, da educação, das obras públicas, das estradas, prisões, entre outros assuntos.

Nos últimos anos veem se apresentado estudos expressivos sobre as Colônias Militares instaladas no Brasil no período Imperial, a maioria deles na perspectiva de colonização e de resguardo de fronteiras, enfatizando as relações dos militares com a população já presente na região. Serão utilizadas algumas dissertações e teses referentes as Colônias Militares instaladas no Sul do país, como a dissertação de mestrado em História de Vera Lucia Fregonese Barros, intitulada “A Colônia Militar do Chopim 1882-1909”²⁸, a tese de Antonio Marcos Myskiw sob o título de “A Fronteira Como Destino de Viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)²⁹”. A dissertação de mestrado do Evandro Ritt intitulada “A Colônia Militar de Foz do Iguaçu-PR um Projeto de Consolidação de uma Fronteira: 1880-1920³⁰”. Jéssika de Aquino Bezerra investiga a fundação da Colônia Militar do Jataí e o seu desenvolvimento no vale do rio Tibagi em sua dissertação intitulada “Civilizar os Sertões, consolidar o Estado A Colônia

27 PANSERA, Flávio. **Bormann**: o fundador de Chapecó. Chapecó: Editora Hunning, 2019.

28 BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim**: 1882 a 1909. 1980. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

29 MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Niterói: Unicentro, 2011.

30 RITT, E. **A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR**: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)³¹”. A dissertação de Adelson André Bruggemann intitulada *A sentinela isolada “O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)”*³². Bem como o estudo que realizamos para a conclusão de curso “José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó” defendido em 2018.

Outro trabalho importante é a tese de doutorado de Maristela Ferrari “Interações Transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: O extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de *Misiones* (Século XX e XIX)” defendida pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2011. Ferrari parte de uma perspectiva sociocultural, se preocupando com as relações culturais estabelecidas pela população de fronteira. Analisa as interações transfronteiriças e as interações de um segmento da fronteira Brasil-Argentina localizado no conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*, Argentina³³.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma discussão sobre os planos para a criação de Colônias Militares por todo território brasileiro no século XIX. Em um segundo momento é feita uma breve contextualização sobre as Colônias Militares instaladas no Brasil, levando em consideração principalmente os territórios escolhidos para a instalação, vistos como estratégicos do ponto de vista militar. E por fim uma contextualização do cenário da fronteira, utilizando como fonte um mapa argentino datado de 1892 e um texto do Ministro das Relações Exteriores da Argentina Estanislao Zeballos onde disserta sobre a questão territorial entre Brasil e Argentina na *Cuestión de Misiones*, também levantamos algumas hipóteses relacionadas a postergação da instalação das Colônias de Xaçepó e Xopim, tendo em vista que o decreto de criação é do ano de 1859 e a instalação ocorreu somente em 1882.

No segundo capítulo é desenvolvido uma discussão sobre a criação e instalação da Colônia Militar do Xaçepó através dos Relatórios do Ministério de Guerra e dos Relatórios apresentados ao Presidente da Província do Paraná, bem como o uso do acervo documental sobre as Colônias Militares alocados no Arquivo Histórico do Exército (AEX-RJ). Nos propomos a analisar as consequências da transição para a República na Colônia, principalmente

31 BEZERRA, Jéssika de Aquino. **Civilizar os sertões, consolidar o estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)**. 2015. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

32 BRÜGGEMANN, A. A. **A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)**. 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

33 FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XXI)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

questões relacionadas ao encilhamento. Também analisamos a distribuição das terras e o regime da colônia, com o auxílio de tabelas demonstrativas dos títulos de terras definitivos distribuídos por Bormann. Versamos sobre a atividade agrícola e pastoril, comércio, e a educação na Colônia. Pretende-se também iniciar uma discussão sobre as transformações ambientais provocadas pela instalação da Colônia Militar do Xapecó, por consequência da introdução de plantações e a derrubada de árvores para a instalação do núcleo populacional e das lavouras. A análise é feita por meio dos relatórios do Ministério do Império, Guerra, trechos de jornais e do estudo do médico Ismael da Rocha sobre as águas termais do rio Chapecó, a qual nos dão uma descrição mais detalhada da região.

No terceiro capítulo é realizado uma análise sobre os militares e civis que constituíam a Colônia Militar do Xapecó, através dos Relatórios do Presidente da Província do Paraná, o Relatório de José Bernardino Bormann referente ao ano de 1898, o Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil do ano de 1890, além de recortes de jornais dos estados do Rio de Janeiro e do Paraná. A população da Colônia era composta por: funcionários do Estado, no caso os oficiais militares, diretor, escrivão-almoxtarife, ajudante do diretor e médico; colonos com ofícios, carpinteiros, feitor, serralheiro e lavradores e suas respectivas famílias; e colonos voluntários que permaneceram na colônia após o cumprimento do seu contrato. Divididos o capítulo entre Oficiais Militares e Civis, que faz uma discussão sobre os caboclos e mestiços³⁴, negros, possíveis libertos e indígenas.

O quarto capítulo é reservado para uma análise sobre José Bernardino Bormann através de sua Fé de Ofício presente no livro o Centenário do Marechal Bormann e as reportagens presentes no mesmo sobre sua vida militar, política e intelectual, além da análise do Livro “Dias Fraticidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná” escrito por Bormann quando da Revolução Federalista do ano de 1893. Também analisaremos a construção da memória de Bormann no século XX e XXI, através da análise do livro “O centenário do Marechal Bormann”, organizado pelo exercito e publicado no ano de 1944 e o livro de Flávio Luiz Pansera “O centenário de morte do Marechal Bormann publicado em 2019”.

O desenvolvimento deste trabalho pretende contribuir para a melhor compreensão do que representou para a então província do Paraná, o estabelecimento de colônias militares no período imperial e posteriormente Republicano, especificamente a Colônia Militar do Xapecó. Com esta análise procura-se complementar os dados existentes a respeito da referida colônia, pois, são escassos os estudos faltando análises mais aprofundadas.

34 De acordo com o Censo demográfico de 1890.

CAPÍTULO I

COLÔNIAS MILITARES NO BRASIL IMPERIAL

Neste capítulo, inicialmente se faz uma discussão sobre os planos para a criação de Colônias Militares por todo território brasileiro no século XIX, tendo como fonte o texto escrito pelo militar José Joaquim Machado de Oliveira intitulado “Plano para uma Colônia Militar no Brasil”, publicado em 1845. O “Plano” é uma espécie de manual de instruções para a instalação das colônias, em que também constam reflexões sobre o território, armamento, praças e outros temas. Em seguida faremos uma breve contextualização sobre as Colônias Militares instaladas no Brasil, tendo como fonte os Relatórios do Ministério da Guerra, centrando atenção nos territórios escolhidos para a instalação, pois, eram vistos como estratégicos do ponto de vista militar. Ao final deste capítulo apresentamos uma contextualização do cenário da fronteira, utilizando como fonte dois mapas argentinos datados de 1891 e 1892 e um texto do Ministro das Relações Exteriores da Argentina Estanislao Zeballos onde disserta sobre a questão territorial entre Brasil e Argentina na *Cuestión de Misiones*, também levantamos algumas hipóteses relacionadas a postergação da instalação das Colônias de Xapecó e Xopim, tendo em vista que o decreto de criação é do ano de 1859 e a instalação ocorreu somente em 1882.

1.1 Planos para Colônias Militares no Brasil

Até o século XVIII, para a Coroa Portuguesa, governar era sinônimo de proteger, defender o território. Se governava o espaço³⁵, como bem diz Marlon Salomon. No século XIX, sobretudo, a partir do momento em que D. Pedro II passou a reger o Império, governar ganhou um novo significado, e o estabelecimento de Colônias Militares materializava isso. Não se intencionava governar somente o espaço, mas também a sua população. O espaço deixou de ser fechado, divulgado ao “velho mundo” e se tornou aberto, passível de ser explorado, conhecido, divulgado. Era necessário conhecer o espaço para conseguir governar (ou dominar) a população³⁶, e por consequência tomar posse efetiva, proteger e garantir a posse do território até o limite de suas fronteiras.

35 SALOMON, Marlon. **O saber do espaço**: Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: UFSC, Tese de doutoramento, 2002, p.12.

36 Ibidem, p.14.

Foi com base nessas premissas que as Colônias Militares, com o intuito de proteger a população de certas localidades do interior das hostilidades indígenas, bem como facilitar as comunicações, o comércio e auxiliar os núcleos civis fundadas em suas vizinhanças³⁷. As colônias possibilitariam o conhecimento do território, pois, as comissões fariam todo o reconhecimento da região antes de instalar o núcleo populacional para, assim, conseguir administrar a população e o território fronteiriço. Mas, primeiro era necessário demarcar, desenhar, mapear e abrir caminho, para tomar a posse efetiva do território.

Em 1844 o governo Imperial incumbiu José Joaquim Machado de Oliveira (Brigadeiro reformado) para a elaborar um estudo sobre a implantação de Colônias Militares, como forma de promover a ocupação e colonização inicial das fronteiras do Império. Em 1845 o brigadeiro publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o “Plano para uma Colônia Militar no Brasil”³⁸. Era uma espécie de documento base para a criação de Colônias Militares, continha um conjunto de ponderações que o tornava um manual de instruções de como proceder e qual o papel de cada componente integrante da Colônia Militar.

José Joaquim Machado de Oliveira acreditava que o soldado era o homem mais adequado para atuar junto às Colônias Militares, supostamente teriam o espírito de obediência. Acreditava que, entregando esses estabelecimentos a brasileiros, a agricultura e a indústria iriam se desenvolver significativamente. O Brigadeiro não viu como positivo a inclusão do imigrante europeu como colono militar, pois, não teriam a mesma dedicação que os brasileiros³⁹.

Como forma de minimizar os riscos à saúde dos colonos militares e facilitar a comunicação com outros núcleos indicava-se a instalação das Colônias Militares em locais que oferecessem as melhores vantagens, tais como: solo fértil, próximo a rios com remanso que permitissem a edificação de portos de embarque⁴⁰, e ainda, que a área urbana fosse erigida em um local elevado, com ar puro e salubre.

O Plano ainda salienta que os indivíduos que poderiam entrar na organização da Colônia Militar deveriam ser os “soldados inaptos para serviço ativo e que não tivessem concluído o seu tempo de engajamento”, ou que tendo concluído quisessem voluntariamente entrar na colônia como colonos e os demitidos do serviço e reformados⁴¹. Os filhos dos colonos, nos

37 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império do ano de 1859. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1860. p.64

38 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. "Plano para uma colônia militar no Brasil", Revista do IHGB. V.7 n.26, p 239-256. Rio de janeiro, 1845.

39 Ibidem, p. 242-243.

40 Ibidem, p. 244

41 Ibidem, p. 246.

primeiros vinte anos de fundação da colônia eram isentos ao recrutamento para o exército e marinha⁴².

Os colonos militares não poderiam se retirar da Colônia Militar antes do fim do tempo de serviço militar e da disciplina militar:

Cumprir-lhe-á obedecer às disposições gerais da administração colonial, e as que forem peculiares a sua classe, contanto que sejam concernentes ao bem comum e a prosperidade da colônia, e prescritas por um regulamento a respeito. Submeter-se-á ao trabalho ou mister a que for aplicado na colônia, e que seja compatível com o seu estado físico; certo de que nenhum se lhe imporá que não seja com o fim do seu próprio bem-estar, ou a prol do estabelecimento de que faz parte. Guardará, enfim, para com os seus superiores da colônia o mesmo respeito e subordinação que tinha para com os do seu antigo corpo⁴³.

Enfatiza-se que em caso da necessidade de punições ainda eram submetidas as leis militares, porém, banidos os castigos corporais. Havia a necessidade de solicitar permissão para a saída da colônia. Nos casos de não ter havido permissão ao colono que saiu da área colonial, era dado o prazo de um mês para ser julgado e punido como desertor do exército, sendo preso posteriormente⁴⁴. O prazo de disciplina ao colono militar era de quatro a oito anos, podendo continuar na colônia como colono proprietário. Com relação aos colonos proprietários, aponta o “Plano”:

A classificação e qualidade de colonos proprietários de uma colônia militar serão admitidos não só os colonos militares que tiverem preenchido o prazo que os sujeitava a disciplina militar, e quando queiram continuar sua residência na colônia, como os soldados reformados e os demitidos do exército e marinha, que espontaneamente o quiserem, e no caso de ainda se acharem em estado de trabalhar na cultura das sortes de terras que deverão ter em propriedade. Tanto a uns como a outros se farão extensivas as vantagens que são prescritas para os colonos proprietários⁴⁵.

Os colonos proprietários eram, preferencialmente os militares que cumpriram o tempo de serviço, e optaram por continuar residindo na Colônia Militar, ou aqueles demitidos do exército e da marinha e que decidiram migrar para uma Colônia Militar.

O “Plano de uma Colônia Militar no Brasil”, proposto por José Joaquim Machado de Oliveira foi aprovado na Câmara dos Deputados e pelo Senado Imperial. Por ocasião da

42 Ibidem, p. 247.

43 Ibidem, p. 250.

44 Ibidem, p. 251.

45 Ibidem, p. 252.

fundação de Colônias Militares nas Províncias de Pernambuco e Alagoas, foi transformado em Regulamento pelo Decreto nº 729, de 09 de novembro de 1850⁴⁶.

Para além da iniciativa do Governo Imperial e da iniciativa privada em fomentar a colonização do Brasil com imigrantes de origem europeia e asiática, a criação de Colônias Militares passou a ser um projeto governamental capitaneado pelos militares com o intuito de fomentar a ocupação territorial em regiões de fronteiras ou consideradas estratégicas do ponto de vista econômico e militar. Além de proteger os limites do país, seriam responsáveis pela concessão, uso e controle das terras devolutas destinadas a colonização. Com a Lei de Terras e sua Regulamentação instituía-se a colonização de espaços fronteiriços, surgida da necessidade de conhecer, controlar e dar segurança ao território.

Em 1850 o governo brasileiro instituiu a Lei nº 601, de 18 de setembro (conhecida como Lei de Terras), para normatizar e posteriormente em 1854, regulamentar o acesso e a apropriação da terra, via compra. Desse momento em diante o acesso às terras no Brasil passou a ser feito somente via compra, exceto as chamadas terras devolutas e as fronteiriças com países vizinhos em uma zona de cerca de 66 quilômetros, que poderiam ser concedidas gratuitamente⁴⁷. A concessão de terras passou a ser uma estratégia do governo Imperial para assegurar a posse e garantir a defesa dos limites territoriais e da região de fronteira.

Segundo a Lei de Terras de 1850, eram consideradas terras devolutas as que não estivessem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal; as que não estivessem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem por sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial. Seriam legitimadas as posses consideradas mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou com o primeiro ocupante, desde que estivessem cultivadas ou com início de cultura e moradia instalada nas terras⁴⁸.

Em 30 de janeiro de 1854, por meio do Decreto nº 1.318, a Lei de Terras passou a ter regulamentação para sua execução. Por tal regulamentação foi definido que as terras dentro de uma zona de 10 léguas, cerca de 66 km, com os países vizinhos seriam reservadas para o estabelecimento de Colônias Militares, que seriam distribuídos em lotes gratuitamente aos colonos. O artigo 83 do Capítulo VII fixava que:

46Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-729-9-novembro-1850-560142-publicacaooriginal-82759-pe.html>>. Acesso em: 25 fev., 2019.

47BRASIL IMPÉRIO. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <<https://arisp.files.wordpress.com/2007/11/lei-601-de-18-de-setembro-de-1850.pdf>> Acesso em: 25 fev., 2019.

48 Ibidem.

Para o estabelecimento de tais Colônias não é necessário, que preceda à medição; porém, está deverá ser feita, logo que for estabelecida a Colônia, por Inspetores e Agrimensores Especiais, a quem serão dadas instruções particulares para regular a extensão, que devem ter os territórios, que forem medidos dentro da zona de dez léguas, bem como a extensão dos quadrados, ou lotes, em que hão de ser subdivididos os territórios medidos⁴⁹.

As Colônias Militares seriam instaladas, preferencialmente, dentro de uma zona 66 quilômetros com os países vizinhos, e posterior a instalação, os lotes deveriam ser medidos por engenheiros para que fossem distribuídos pelo Diretor do estabelecimento militar, aos colonos militares e civis. No entanto, antes mesmo da publicação da resolução que regulamenta a Lei de Terras, muitas Colônias Militares já haviam sido instaladas em território brasileiro e outras em processo de formação, como a Colônia Militar Pedro II instalada no Pará no ano de 1840, a Colônia Óbidos na mesma província instalada no ano de 1854 e a Colônia Militar Leopoldina instalada na província de Alagoas no ano de 1852.

No início as Colônias estavam subordinadas ao Ministério do Império, portanto ligadas diretamente ao Gabinete do Imperador D. Pedro II. A partir do decreto nº 2.747, de 16 de fevereiro de 1861 passaram a alçada do Ministério da Guerra⁵⁰. Os Ministros da Guerra eram obrigados anualmente a prestar esclarecimentos sobre as Colônias Militares em seus relatórios. Esses Relatórios eram elaborados a partir dos Relatórios dos Presidentes das Províncias e estas por sua vez, nascidos, dos relatórios dos Diretores das Colônias Militares. Os Relatórios Ministeriais eram, portanto, uma síntese, da síntese. Demonstrando que havia uma escolha intencional do que deveria, ou não, ficar registrado para posterioridade. Nesses Relatórios era eliminado da história tudo (ou quase tudo) que era considerado negativo no processo de ocupação da fronteira: os problemas agrários, conflitos armados, mortes, as posses, os grilos, as práticas coronelísticas⁵¹ e detalhes sobre a presença de grupos indígenas na região.

O Ministério da Guerra compreendia a criação das Colônias Militares como uma medida política de alta relevância, além de facilitar a administração do território até então habitado por indígenas, promoveria a segurança de regiões limítrofes com outros países⁵². As Colônias protegeriam e facilitariam as comunicações pelas estradas e pela navegação fluvial do interior,

49 BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. Regulamento e execução à Lei de Terras, de 1850 Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>>. Acesso: 25 fev., 2019.

50 Coleção de Leis do Império do Brasil - 1861, Página 127 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2747-16-fevereiro-1861-556075-publicacaooriginal-75729-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019

51 MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907)**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2011. P. 104

52 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1862. p.28

além de serem em si mesmos núcleos que iriam se desenvolver pela colonização nacional e estrangeira⁵³. Também visavam a catequização do indígena, baseados na hegemonia racial:

Promovendo o desenvolvimento da população em lugares ermos, e procurando atrair ao grêmio do cristianismo e da civilização milhares de homens que vivem no seio da barbaria e da mais profunda ignorância, os quais infelizmente ainda abundam em nossas virgens florestas, as colônias militares a um tempo servem também de garantia contra injustas pretensões de absorção de território, e de poderoso auxílio ao cultivo das relações de boa inteligência com as nações vizinhas; ao passo que igualmente contribuem para o progresso da indústria e do comercio com as mesmas nações⁵⁴.

Cientistas, políticos, pesquisadores, literatos, acadêmicos e missionários do século XIX, tomaram para si a tarefa de abrigar uma ciência positivista e determinista para liderar e dar saídas para o destino da nação, se movem entre a aceitação das teorias estrangeiras, que condenavam o cruzamento racial e a sua adaptação a um povo já miscigenado. Ou seja, atualizou o que combinava e descartou o que era problemático para a construção de um argumento racial no país⁵⁵. Portanto era preciso civilizar os indígenas e as Colônias Militares auxiliariam nesse objetivo. O Ministério da Guerra, em seu Relatório de 1865 acreditava que estabelecendo Colônias Militares com distâncias razoáveis uma das outras pelas fronteiras do país auxiliaria na defesa, em caso de ataque uma poderia ajudar a outra. Tal procedimento era inviável no momento, devido aos custos e gastos com a Guerra do Paraguai⁵⁶ que inviabilizavam o processo de instalação de novas Colônias Militares.

As Colônias Militares não foram criadas somente nas fronteiras do país, mas também em lugares considerados estratégicos para a defesa da população contra os supostos ataques de grupos indígenas. Essas Colônias tinham características civis/militares o que fazia com que dentro do Ministério da Guerra defendia-se que essas Colônias Militares deveriam ser administradas pelo Ministério da Agricultura⁵⁷. Militares propriamente ditas seriam as instaladas nas fronteiras, como fica evidente na citação abaixo:

Quanto as colônias fundadas nas fronteiras do Império, essas sim podem ser convertidas em estabelecimentos propriamente militares. Com regulamentos convenientes e apropriados, tornar-se-ão centros de população militar e agrícola; servirão de atalhas do país em relação aos povos limítrofes, e poderão prestar relevantes serviços, em caso de necessidade, como pontos avançados das linhas de

53 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império do ano de 1858. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1859. p.91

54 Ibidem, p.28.

55SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. p.25

56 RELATÓRIO Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1865. P.20

57 RELATÓRIO Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1863. p. 27

defesa, tornando-se os colonos ao mesmo tempo defensores de suas propriedades e da integridade do Império⁵⁸.

Como se nota acima, as Colônias Militares eram instaladas em regiões pouco habitadas, como forma de fomentar o povoamento e conhecer esses territórios, além de catequizar os indígenas. As primeiras Colônias Militares seriam habitadas por uma variedade de etnias, como forma de integrá-los ao sistema brasileiro, na tentativa de construir um sentimento de pertencimento.

Com relação aos supostos “ataques” indígenas é importante destacar que o contato entre indígenas e colonos foi marcado pelo “estranhamento”. Os indígenas eram considerados intrusos em sua própria terra, portanto esses “ataques” era uma forma de defesa de seus territórios. Na perspectiva do indígena o colonizador era o invasor⁵⁹.

Em 1872, o Relatório do Ministério da Guerra sugeria que era necessário enviar oficiais inspecionar as Colônias Militares, a começar pelos aspectos geográficos, populacionais e econômicos: conter uma descrição topográfica, clima e produtividade das terras, número, estado e valor dos nacionais, fazer uma estatística sobre a população e o comércio, do desenvolvimento e estado das lavouras, além de se atentar as condições das vias de comunicação e a instrução literária moral e religiosa da população. Os relatórios deveriam ser acompanhados com as plantas das colônias⁶⁰. Esses relatórios deveriam construir um olhar denso sobre as Colônias Militares e que pudesse averiguar se elas estavam cumprindo os objetivos propostos na sua criação. Também era uma forma de observar quais eram os problemas presentes em tais estabelecimentos e a possibilidade de resolvê-los.

Ainda há poucos estudos sobre as primeiras Colônias Militares do Brasil, por consequência da dificuldade de fontes, pois, quando eclodiu a Guerra do Paraguai, grande maioria dos esforços do Ministério da Guerra foram para o conflito, deixando a desejar medidas importantes para os estabelecimentos e manutenção das Colônias Militares, incluindo os relatórios detalhados sobre as mesmas.

58 Ibidem, p.27.

59 SANTOS, Marcos dos. A construção do espaço rural nas colônias de imigrantes do sul do Brasil. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice S.; MORETTO, Samira P.; **História Ambiental e Migrações: Diálogos**. Chapecó: Editora UFFS, 2017. P.64

60 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1872. P.62

1.2 Colônias Militares instaladas no Brasil

Foram instaladas no Brasil 26 Colônias Militares distribuídas por diversos pontos do território e tinham como objetivos proteger as fronteiras com os países vizinhos e promover comunicação com as áreas mais remotas, bem como auxiliar a administração do Império. A primeira Colônia a ser instalada foi a de Pedro II no ano de 1840, na então província do Pará e localizava-se na margem direita do rio Araguari, em terreno considerável fértil e apropriado para a lavoura⁶¹. Uma das justificativas de sua criação estava relacionada com a questão de limites entre Brasil e a Guiana Francesa, (resolvida somente em 1900), e a Cabanagem⁶² que gerou um fluxo migratório de rebeldes na fronteira franco-brasileira⁶³. Havia a necessidade de controlar a população e o território, a criação de uma Colônia Militar foi uma alternativa para tentar conseguir esse controle.

No Pará foram instaladas as Colônias Militares Santa Thereza do Tocantins (1849), de São João de Araguaia (1850) e a de Óbidos (1854) responsáveis por promover a comunicação com outras regiões da mesma província⁶⁴, localizadas no bioma Amazônia. A preocupação de instalar as Colônias próximas aos rios e em terrenos considerados férteis era algo comum a esses estabelecimentos, os rios facilitariam o escoamento dos produtos agrícolas. O Ministério da Guerra acreditava que se a região fosse fértil em pouco tempo as Colônias seriam autossuficientes e gerariam um desenvolvimento econômico local e regional e não necessitariam da verba anualmente destinada para sua administração e manutenção. Muitas Colônias Militares foram instaladas em regiões pouco habitadas, servindo de ponto de lança para o povoamento.

No Espírito Santo foi criada a Colônia Militar de Guandú em 1857, localizada no bioma Mata Atlântica, instalada no porto de Souza, nas margens do rio Doce, na confluência do rio Guandú, local em que o governo estabeleceu uma colônias de nacionais e estrangeiros⁶⁵. Em Pernambuco foi criada a Colônia Militar Pimenteiras em 1852, localizada no bioma da caatinga,

61 RELATÓRIO Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866. P.12

62 Foi uma revolução social, que explodiu em Belém do Pará, que ocorreu entre 1835 e 1840. Matou mestiços, indígenas e africanos pobres ou escravizados, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. Ver mais em: RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v.11, p.15-40, 2006.

63 SILVA, Rafael Amaro. **Colônia Militar Pedro II**: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. p.19

64 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866. p.29

65 BRUGGEMANN, Adelson. Op., Cit. P.49

entre a Província do Mato Grosso e São Paulo⁶⁷, foi instalada próximo ao Salto Avanhandava⁶⁸. No 1858 foi assentada a colônia de Itapura, no lugar do salto do Itapura do rio Tietê⁶⁹. Tinha como objetivo a sede de um depósito de recursos e centro de comunicações com Mato Grosso⁷⁰. Era considerada um estabelecimento naval, a administração era responsabilidade do ministério da marinha, exceto a despesas com os praças, que eram responsabilidade do Ministério da Guerra.

Na província de Minas Gerais foi fundada a Colônia Urucú (1854), nas margens do ribeirão das Lages, frente da lagoa que existia do lado direito do mesmo ribeirão⁷¹. Na Província de Alagoas foi inaugurada a Colônia Leopoldina em 1852, localizada no espaço do Antigo Quilombo dos Palmares e da Guerra de Cabanos, tinha como objetivo central policial e povoar esse região, marcada por revoltas e rebeliões, foi um instrumento fundamental de segurança e reorganização política e territorial da região norte⁷².

Havia a preocupação em construir comunicações entre as Colônias Militares, fato que é enfatizado em diversos relatórios do Ministério da Guerra, para efetivar a segurança e o resguardo desses territórios, mas em muitas Colônias isso não foi efetivado, ou não ocorreu de forma satisfatória, pois, havia poucos recursos financeiros disponíveis.

Na Província do Maranhão a colônia São Pedro de Alcântara foi inaugurada em 1855, e estava localizada no lugar da Boa Vista em terreno alto e enxuto da margem direita do rio Curapy, há cerca de 26 quilômetros da população com o mesmo nome⁷³. Não existia nas colônias um Conselho Administrativo que fiscalizasse os atos dos diretores⁷⁴.

De acordo com o que foi dito anteriormente, o Ministério da Guerra acreditava ser necessário mandar oficiais inspecionar as colônias, tendo de se atentar na posição geográfica, conter uma descrição topográfica, clima e produtividade das terras, número, estado e valor dos nacionais, fazer uma estatística sobre a população e o comércio, do desenvolvimento e estado das lavouras, além de se atentar as condições das vias de comunicação e a instrução literária moral e religiosa da população. Os relatórios deveriam ser acompanhados com as plantas das

67 RELATORIO sobre a Colônia Militar Avanhandava. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1872. p.1

68 FERRARI, Daniel. **O Projeto da Colônia Militar do Avanhandava no Ensaio da Ocupação Territorial Paulista (1858-1878)**. 373f, 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2020.

69 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866.p.15

70 RELATORIO sobre a Colônia Militar do Itapura. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1872.p.14

71 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra. Op., Cit., p. 16

72 SILVA, Amaro. “**Colônias Militar Leopoldina**: das “Matas Incultas” às “Matas Civilizadas” (1851-1867). 287f. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

73 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1866. Op., Cit., p. 16

74 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra do ano de 1872/2. Op., Cit., p. 60

colônias⁷⁵. Esses relatórios seriam uma forma de organizar os estabelecimentos que até o momento não estavam cumprindo os objetivos propostos na sua criação. Também era uma forma de conseguir observar quais eram os problemas presentes em tais estabelecimentos e a possibilidade de resolvê-los.

Tendo como experiência as primeiras colônias militares instaladas a partir de 1840, o governo imperial elaborou novos mecanismos de controle como a inspeção das colônias militares, além de um estudo da região pelas comissões responsáveis antes da instalação efetiva, como forma de se certificar da melhor localização. Apesar de grande parte delas não atingirem os objetivos propostos, fomentaram a ocupação de espaços territoriais até então pouco habitados. As Colônias Militares se localizavam nas fronteiras das zonas de povoamento ou como ponta de lança para esse processo. Algumas foram construídas para garantir a fluidez dos caminhos de tropas, como o caso da Colônia Militar de Santa Thereza no estado de Santa Catarina, outras para fomentar o povoamento.

1.3 Contextualizando o Cenário Fronteiriço

O território compreendido como Campos de Palmas esteve envolvida em diversas disputas com relação a sua soberania, primeiramente entre Portugal e Espanha, nos séculos XVI e XVII, posteriormente entre a Argentina e o Brasil e entre as províncias de Santa Catarina e Paraná, foi somente a partir de 1916 que o território passou a ter estabilidade política e administrativa com o acordo de limites tratado no fim da Guerra do Contestado (1912-1916)⁷⁶.

Essa região constituía-se em uma vasta extensão de terras cobertas de ervais e matas. Embora fosse apresentado como um território vazio e inóspito, muitos estrangeiros e migrantes lá se mantinham vivendo de seu trabalho e de sua produção em sua maioria no interior de grandes propriedades denominadas de “obrage”. Esse termo retirado do castelhano passou a designar extensas unidades extrativistas de erva-mate e madeira instaladas em regiões de clima tropical, na Argentina e no Paraguai⁷⁷.

Durante meados do século XVIII e XIX a República Argentina contestou o território entre os rios Chapecó e Chopim, na conhecida Questão de Palmas para brasileiros ou *Misiones*

75 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1872. P.62

76 WITTE, Gerson. P.18

77 FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo oeste paranaense**: história territorial, região, identidade e (re) ocupação. Tese (Doutorado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. p. 23-24.

para os argentinos⁷⁸. Nesse período o Brasil estava construindo/definindo suas fronteiras com os países vizinhos, principalmente com a Argentina. E a forma de conseguir definir essas fronteiras era utilizar o princípio de *uti possidetis*, quem ocupasse de fato uma região, seria seu dono de direito⁷⁹. Era necessário conhecer o território para posteriormente legitimar a posse e exercer o seu domínio.

Fronteiras são instituídas para definir a soberania de uma federação, cercam simbolicamente o espaço de responsabilidade de um Estado Nacional, diferenciando o interno do internacional, provocando descontinuidade entre normas e códigos nacionais, criando diferentes identidades. Demarcadas no espaço, assumem carga simbólica pelos símbolos nacionais dispostos como bandeiras e criam várias funções, mas são elementos que também participam da organização dos territórios nacionais⁸⁰.

A fronteira com a Argentina foi objeto de disputas diplomáticas, cuja resolução somente ocorreu com arbitramento do presidente norte-americano, Grover Cleveland no ano de 1895⁸¹. Antes da resolução era necessário, no entender do Governo Imperial brasileiro, defender esse território de uma possível invasão Argentina, e uma das alternativas era a criação de núcleos populacionais, através de Colônias Militares que teriam o objetivo de defender o território e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento populacional e econômico da região.

Apesar de o decreto de criação da Colônia ser do ano de 1859, somente no ano de 1880 que a comissão foi nomeada para a sua instalação, ocorrida somente em março de 1882. A falta de documentação referente ao porquê do retardamento da instalação das Colônias Militares de Xapecó e Xopim, fez com que levantássemos algumas hipóteses, tendo como referências os Relatórios dos Negócios Internacionais e os Relatórios do Ministério da Guerra.

A primeira hipótese refere-se a Guerra do Paraguai. O pensamento primordial naquele momento era a formação de Colônias Militares na província do Mato Grosso, com o objetivo de defender as fronteiras com o Paraguai, impedindo um possível avanço inimigo, além de impossibilitar a população desse país de se estabelecer em território brasileiro⁸², as Colônias instaladas nessa província foram invadidas por forças paraguaias no final do ano de 1864⁸³, que

78 HEINSFELD, A. **Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas** (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007. p.12

79 Ibidem, p.78.

80 GUICHONNET; RAFFESTIN, 1974, apud FERRARI, 2011.

81 Ibidem, p.16.

82 GUERRA, Ministério. **Relatório dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1870. P.29

83 MAESTRI, Mário. A Invasão Paraguaia do Sul do Mato Grosso. **CONTRAPONTO**. Teresina, v. 2, n. 2, p.105-129, ago. 2015. P.106

as “destruíram”, ou nas palavras do Ministério da Guerra, as “aniquilaram”. Unido a falta de recursos financeiros, bélicos e de pessoal envolvidos com a Guerra, a Colônia Militar do Xapecó e Xopim não foram instaladas até o fim do conflito. De acordo com os relatórios analisados a urgência do serviço de guerra absorvia a atenção dos presidentes de Província o que resultou na falta de documentação nesse período com relação as Colônias Militares, o conflito retardou a remessa de esclarecimentos⁸⁴. Outra hipótese é de que a omissão de qualquer tipo de informação sobre a região de fronteira poderia ter sido proposital e tinha como objetivo não chamar atenção dos paraguaios e nem dar muitas informações sobre as condições das Colônias Militares e do Ministério da Guerra.

Outra hipótese refere-se à necessidade de um replanejamento comum para as Colônias Militares instaladas em território brasileiro. De acordo com o Ministério da Guerra a falta de planejamento comum não permitia um desenvolvimento no ponto de vista militar, novas colônias seriam instaladas somente após um novo plano, visando melhores condições para defesa, economia e autonomia dos estabelecimentos:

Quanto as colônias propriamente militares, não me parece conveniente que se estabeleçam indistintamente em alguns lugares, sem um plano previamente coordenado, de modo que, em vez de estabelecimentos fracos, tenhamos elementos de segurança, quando a ordem ou a defesa o exija⁸⁵.

Após 1865 muitos militares questionavam a eficiência das Colônias Militares, o que obrigou o Império a criar comissões de visitas *in-loco* e a elaboração de relatórios de cada Colônia Militar, para depois reconstruir os projetos e planos. Essas mudanças não permitiram o fortalecimento efetivo desses novos núcleos militares como veremos adiante. Após o replanejamento das Colônias, os Diretores dos estabelecimentos ficaram responsáveis por elaborar um relatório anual detalhado sobre a situação econômica, agrícola, bélica e territorial dos estabelecimentos, com o objetivo de manter informados os presidentes e o Ministro da Guerra.

O Ministério da Guerra defendia a criação de um centro fiscalizador das colônias, que obrigassem os diretores a dar conta de todos os negócios que lhes forem relativos⁸⁶. Previa

84 BRUGGEMANN, A.A. **A sentinela isolada**: O cotidiano da Colônia Militar de Santa Thereza (1854-1883). 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. P. 19

85 GUERRA, Ministério. **Relatório dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1865. P.20

86 GUERRA, Ministério. **Relatório dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1871. p.33

também a reorganização das Colônias Militares, adotando um sistema mais adequado a defesa das fronteiras. Até o momento os estabelecimentos não estavam tendo resultados satisfatórios⁸⁷. Portanto foi suspensa a autorização para a fundação de novas Colônias Militares até a apresentação de um plano de reestruturação dos estabelecimentos.

Somente em 1877 o Ministro da Guerra nomeou uma comissão, composta pelo Marechal de Campo, Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, como Presidente, do Conselheiro Quartel Mestre General, Brigadeiro Francisco Antonio Raposo, do Brigadeiro honorário Dr. José Vieira Couto de Magalhães e do Diretor da Repartição Fiscal, José Rufino Rodrigues Vasconcellos, afim de elaborar um plano de organização para todas as Colônias e Presídios Militares⁸⁸. Tal comissão havia sido autorizada em 1873, porém, o pouco conhecimento das situações dos estabelecimentos militares, não permitiu a sua elaboração.

A Comissão apresentou em 1879, após visitas *in loco*, o plano de reestruturação das Colônias, juntamente com um quadro das Colônias Militares existentes e indicou quais deveriam ser suprimidas e quais deveriam fundar. A Comissão julgou que deveriam ser extintas a de Itapura, em São Paulo e a de Santa Maria na província de Goiás. Apontavam ser estratégicas a fundação de outras Colônias Militares: no Paraná, as do Xagú (Chopim), Campo Erê (Chapecó) e Salto das Sete Quedas (Foz do Iguaçu); em Mato Grosso, a de Maracajú e a do Apa; no Amazonas, a do Iça, e a de São Joaquim no Rio Branco⁸⁹.

A sugestão de Rohan com relação a implantação de Colônias Militares no Paraná, visava a defesa dos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e Argentina, e a formação de núcleos de colonização em áreas até então habitadas por grupos indígenas e em áreas que estavam sendo visitadas e exploradas por argentinos de forma ilegal⁹⁰. A zona fronteiriça apresenta singularidades, produto e condição de um conjunto de interações materiais e imateriais estabelecidas entre fronteiriços, de acordo com Maristela Ferrari, as zonas fronteiriças podem ser concebidas como produto de relações tecidas antes de tudo entre sujeitos fronteiriços⁹¹.

De acordo com Bruno Aranha, a criação do Território Nacional de Misiones era uma questão geopolítica, sendo uma resposta de Julio Roca, presidente argentino na época, ao

87 GUERRA, Ministério. **Relatório dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1872. p. 60

88 GUERRA, Ministério. **Relatório dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1877. P.41

89 GUERRA, Ministério. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1879. P.24-25

90 MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907)**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2011. P. 96

⁹¹ FERRARI, Maristela. Op., Cit. P.139

Império do Brasil que havia criado Colônias Militares no lado brasileiro da fronteira⁹². A criação da Província de Misiones (1881), com capital em Posadas, tornou urgente a formação das Colônias Militares de Xapecó e Xopim, pois, o território litigioso já se encontrava ilustrado em mapas da nova província argentina⁹³.

Figura 02 – Misiones 1881



Fonte: Territorio de Misiones: croquis geográficos por C.A.S del Vasco, República Argentina, 1881. Disponível em: https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc_number=001108340&local_base=GENER. Acesso em 23 jul. 2020.

92 ARANHA, Bruno. Misiones ante o avanço brasileiro: a fronteira Brasil-Argentina na visão de Juan Bautista Ambrosetti (1891-1894). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015. P. 1

93 WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7 ed. Curitiba: Vicentina, 1995. P. 182

O interesse da Argentina nesse território devia-se a descoberta de importantes extensões de erva-mate de alto valor comercial, Misiones (território que compreendia e compreende a Argentina) era detentora de uma grande área abundante em erva mate, o que fomentou o consumo interno da erva mate⁹⁴. Paraguaios e argentinos já percorriam a região na coleta de erva mate silvestre, que se intensificou após a Guerra do Paraguai, o que foi interpretado pelo governo brasileiro como uma pretendida invasão dos argentinos no território de Palmas, o que causou informações incompletas e acusações a argentinos por brasileiros⁹⁵. A partir de 1881 a Argentina passou a reivindicar como fronteira com o Brasil, não mais os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio, mas sim dois rios localizados mais a leste, em território brasileiro: o Chapecó e o Chopim; após 1888, a reivindicação passou a ser os rios Chapecó e Jangada⁹⁶.

A figura 02, de 1881 disponível na Biblioteca Nacional Mariano Moreno na Argentina e confeccionado por C.A.S del Vasco, cobre a parte leste da atual província de Corrientes e parte dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. O território em litígio com o Brasil foi apresentado como *Sierra de Misiones* e a parte do atual oeste de Santa Catarina foi denominado como “bosques inexplorados”, porém, em outras partes do território, como Campo Erê foi destacado a presença de ervais, demonstrando o interesse e a importância que esse produto tinha para a República Argentina, no século XIX. Nos ervais em território litigioso havia argentinos e paraguaios desde o século XIX, principalmente em Campo Erê. Durante o litígio despontava entre os dois países a geopolítica militar com o objetivo de organizar o território e a segurança Nacional. Ferrari destaca que o território de Palmas representava, numa guerra, corredor estratégico para os argentinos que poderiam facilmente dominar a região sudeste que já se caracterizava como centro político do país⁹⁷.

Na figura 03, datado de 1882 o então Território Nacional de Misiones, composto por cinco departamentos, sendo San Martin, Piray, San Xavier, Monteagudo e Iguazu, incluíam as áreas a leste dos rios San Antonio e Peperi Guazú, equivalente ao oeste dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina⁹⁸. A preocupação da Argentina em delimitar esse território como seu partia do mesmo pressuposto da instalação das colônias, que tinham como intuito garantir a posse desse território.

Para Cristina Moraes, a divulgação de mapas com a delimitação do Território Nacional de Misiones pela Argentina contribuiu para que as Colônias Militares do Xaçepó e Xopim

⁹⁴ ARANHA, Bruno. Op., Cit. P.105

⁹⁵ FERRARI, Maristela. Op., Cit. P. 122

⁹⁶ HEINSFELD, Adelar. Op., Cit. P. 33

⁹⁷ FERRARI, Maristela. **Op., Cit.** P.114

⁹⁸ Ibidem, p. 3.

fossem de fato instaladas⁹⁹. De acordo com a documentação analisada a Comissão de instalação da Colônia foi criada no ano de 1880, sendo que no ano 1881 foi feito a exploração do território e a escolha do melhor local para abrigar as Colônias. Quando da divulgação dos mapas, o Brasil já estava se mobilizando para a instalação das Colônias.

Com relação a instalação das Colônias Militares em território de fronteira o Ministro das Relações Exteriores da Argentina em nota de dezembro de 1879 destaca o seguinte:

Em el momento actual, decía, no veo peligro inminente; pero preyendo conocer la política y los hombres de Estado desde país, arreglaría siempre la conducta del mio sobre la base que dejo expuesta: procuraria evitar facilitarles ese pretexto; abundaría em pruebas de amistad y de justicia para con ellos, y tendría nuestras fuerzas de mar y tierra ya, ya em una organizacion perfecta y pronta para la defesa, así como la tienen ellos prontas para agresión¹⁰⁰.

De acordo com Estanislao Zeballos, o Brasil insinuava que possuía o território litigioso, porém, devido as negociações e acordos rejeitados faltava a posse efetiva do território o que fez experimentá-lo em 1879, por iniciativa parlamentar. Destaca ainda que o governo imperial procedeu timidamente e pela rota exploratória, para descobrir o efeito que as fundações causariam no governo argentino e no povo, afirma que “las fundaciones intentadas despues del tratado de 1857 habían fracasado por el aislamiento en los desiertos”¹⁰¹. Ou seja, os argentinos não acreditavam que as Colônias Militares teriam sucesso na posse e na defesa do território, pois, eram instaladas em locais considerados “desertos” prejudicando o desenvolvimento do núcleo populacional.

Figura 03- Província de Misiones 1882

99 MORAIS, Cristina. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil. **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, v. 30, n.30, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11774>. Acesso em 18 fev. 2020. P.6

100 ZEBALLOS, Estanislao Severo. **Límites entre las Repúblicas Argentina y del Brasil**: extracto de la memoria presentada al congreso de la nacion. Buenos Aires: La Nueva Universidad, 1892. p.41

101 Ibidem, p.42.



Fonte: Mapa geográfico de la República Argentina: compilado sobre la base de los datos más recientes. Buenos Aires: Litografía é imprenta La Unión, de Stiller & Laas, 1882. Disponível em: https://catalogo.bn.gov.ar/F/282NL3RP1FN5G789PX9VFQNUITTD2NG99GMM38E3TK4JR2G3DHU-07281?func=full-set-set&set_number=022887&set_entry=000010&format=999. Acesso em: 24 jan. 2020.

O mapa foi confeccionado em 1882, em Buenos Aires pela *Litografía é imprenta La Unión, de Stiller & Laas*. Cristina Morais destaca que a elaboração e divulgação do Mapa do Território Nacional de Misiones foi uma ação ousada, pois:

[...] o mapa contrapõe-se a outras documentações oficiais argentinas. Em 20 de novembro de 1888, o Ministério das Relações Exteriores da Argentina publicou uma nota que, dentre outras manifestações, assegurava que “La República Argentina no tiene Mapas oficiales, u si algunos invocan esse carácter, este Ministerio no se los reconoce em matérias internacionales, pues jamás los has autorizado” (RIO BRANCO, 2002, P.225). Todavia, em 1876, por Ordem da Comissão Central da Argentina, foi produzido o Mapa da República Argentina pelos Engenheiros Arthur von Seelstrang e A. Tourment, para a Exposição de Filadélfia (1876) e assegura delimitação distinta daquele presente no Mapa do Território Nacional de Misiones. Esse desencontro de informações foi usado por Barão do Rio Branco para argumentar as alegações do Ministro Zeballos¹⁰².

102 MORAIS, Cristina. Op., Cit. p. 7

A importância da representação do território nacional, argentino e brasileiro está relacionada aos interesses das elites dirigentes da Argentina e do Brasil, sendo interessante as exposições universais, pois, evidenciava como o saber circulava nesses eventos e dialogava com a consolidação das fronteiras nacionais¹⁰³. Cristina Morais afirma que os mapas elaborados pela Argentina estavam atrelados a um projeto político que assegurava a conquista de novos territórios, como já havia sido efetuado em relação à Patagônia e ao Chaco¹⁰⁴.

Destacamos a relevância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 no processo de construção da unidade territorial brasileira, com base nas representações geográficas. Ou seja, o conhecimento histórico e cartográfico contribuiu decisivamente para a formação nacional. A cartografia produziu significativas representações do que “seria” o território nacional. Houve a modificação nas concepções geográficas, a delimitação territorial do Estado Nacional começou a ser pautada na ideia de *uti possidetis* com o objetivo de delimitar as fronteiras externas pela ocupação espacial e não mais pela ideia de um território situado no campo imaginário¹⁰⁵.

Os mapas não são imagens isentas de juízo e valor. Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. A cartografia transformou-se em uma forma de conhecimento e poder¹⁰⁶. É importante frisar que os mapas se constituem em uma invenção destinada ao controle do espaço. Eles facilitam a expressão geográfica dos sistemas sociais e são um meio de consolidar o poder do Estado. Como instrumentos de vigilância, eles se prestam ao mesmo tempo a coleta de informações pertinentes para o controle dos cidadãos pelo Estado e a vigilância direta de sua conduta¹⁰⁷. São documentos sociais, culturais e políticos, partes constitutivas da sociedade, construídas a partir de uma rede de interações, expressando interesses em conflitos e projetos em execução¹⁰⁸. Os mapas representam o real, mas ao mesmo tempo ajudam a construí-lo, pois, objetiva alterar a soberania em relação aquela área¹⁰⁹. A

103 MORAIS, Cristina. Op., Cit. p.8

104 MORAIS, Cristina. Op., Cit. p.9

105 PETROLI, Francimar. **Fronteiras, Províncias e Unidades Nacional na Formação do Brasil: Uma Análise sobre a “Questão de Limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889)**. 2018. 383 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p.59

106 HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, v.5, n.5, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf. Acesso em 18 fev. 2020. p.2-3

107 HARLEY, Brian. Op., Cit. p.4

108 MORAIS, Cristina. Op., Cit. p.9

109 MORAIS, Cristina. Op., Cit. p.9

cartografia permite manipular a imagem do mundo, representando no papel o mundo a partir das intensões elaboradas em relação a ele ou a uma parte dele¹¹⁰.

Nos mapas, as fronteiras foram objetos de distorções geográficas, as quais provêm de tentativas de afirmar pretensões históricas em um território nacional, ou seja, de utilizar os mapas por antecipação para projetar e legitimar futuras ambições territoriais. Por exemplo, fronteiras contestadas, que aparecem nos mapas oficiais e nos atlas, como a fronteira entre a Argentina e o Brasil¹¹¹.

Durante o processo de reconhecimento e instalações das Colônias Militares, aponta Brien Harley:

La República Argentina estaba dividida en dos campos por una sangrienta contienda fratricida, y el Gobierno ocupado de defender su existencia, se limitaba a acusar recibo al Plenipotenciario Argentino en Rio de Janeiro de las frecuentes y fundadas notas em que comunicabalas usuroaciones y aconsejaba medidas. Sin embargo, el Plenipotenciario Argentino em Rio de Janeiro señor Domínguez, amparó nuestros derechos com una gestión oportuna contra la tentativa de ocupación de Misiones, y si las desgracias internas de la República privaban a su palabra de la fuerza moral y de la sanción material necesarias para impedir aquellos planes, pude reconocer que el Gobierno Imperial no llevaba animo firme de arrostrar peligros para realizarlos, y abrió horizontes á la Cancilleria argentina, para esterizarlas¹¹².

Ou seja, a República Argentina estava passando por conflitos internos, prejudicando assim o seu posicionamento militar com relação as Colônias Militares. Houve negociação diplomática por parte do Ministro Domingez, por meio de várias correspondências entre os Ministros das Relações Exteriores da República Argentina e do Brasil, os argentinos exigiam a retirada dos militares da região, de acordo com Estanislao Zaballos com a instalação dessas haveria uma espécie de cordão de colônias militares guarnecendo a linha da fronteira¹¹³, o que não era visto com bons olhos pelo Governo Argentino.

A primeira comissão de instalação das Colônias Militar do Xaçepé e Xopim foram constituídas em 1880 e em 1881 partiram para a exploração do território, porém, não chegaram a instalar as colônias e nem fazer o reconhecimento da região:

O governo mandou ordem para que o capitão Bernardino Bormann se retire desde já da colônia militar de Chapecó, na província do Paraná. O motivo segundo nos informaram, foi o conflito, entre as autoridades argentinas e o comissário do governo,

110 MORAIS, Cristina. Op., Cit. p.10

111 HARLEY, Brian. Op., Cit. p.11

112 Ibidem, p.42-43.

113 ZEBALLOS, Estanislao. **Límites entre las Repúblicas Argentina y del Brasil**: extracto de la memoria presentada al congreso de la nacion. Buenos Aires: La Nueva Universidad, 1892. P.43

reclamando aquelas o terreno em que está estabelecida a colônia, como território argentino¹¹⁴.

De acordo com o Jornal do Recife no mesmo ano foram mandadas tropas para as imediações dos rios Peperi-Guaçu e Peperí-mirim, próximos do rio Chapecó, para que evitasse que brasileiros desocupassem a região devido aos argentinos, Bormann contava com 200 praças de infantaria na fronteira.¹¹⁵ Não há mais informações de um possível conflito nesse momento entre brasileiros e argentinos, porém, percebe-se que a situação era bastante tensa. Zeballos destaca que as comissões foram retiradas por consequência da negociação entre Brasil e a Argentina e destaca que “El señor Dominguez habia procedido eficazmente. La fundación de las colônias no solamente quedaba suspendida, sino desautorizada categoricamente por el Gobierno Imperial”¹¹⁶.

No final do ano de 1881, foram novamente montadas as comissões, mas com algumas alterações em sua composição Continuava como chefe da comissão José Bernardino Bormann, como ajudante foi nomeado o capitão de estado maior de artilharia bacharel Marciano Augusto Botelho de Magalhães e tenente de estado maior de 1ª classe bacharel Antonio Geraldo de Souza Aguiar, por almoxarife o alferes honorário do exército Joaquim Pinto d’Assumpção e por médico Ismael da Rocha¹¹⁷.

Segundo Relatório da Província do Paraná:

É verdade que, conforme já vos expôs meu ilustre antecessor, diversos especuladores vindos de Corrientes, segundo noticiais fidedignas, têm penetrado n’uma parte do nosso território, demandando os campos do Erê e Palmas, para deles extraírem mate e madeiras, apregoando que esse território não nos pertence e sim a Confederação. Os moradores daquelas paragens próximas do território limítrofe, têm-se mostrado bastante sobressaltados com tal invasão, receosos de sofrerem qualquer agressão desses aventureiros.

O jornal Gazeta Paranaense dá uma notícia no mesmo sentido:

Por carta particular informam-nos que os argentinos estão fazendo uma grande picada que vem sair na colônia militar do Chapecó, ultimamente estabelecida nesta província. Dizem-nos ainda que o pessoal da colônia esta receioso de algum ataque por parte dos argentinos quando saírem no Chapecó¹¹⁸

114 **Jornal da Tarde**, 31 de janeiro de 1881.

115 **Jornal do Recife**, 6 de fevereiro de 1881.

116 ZEBALLOS, Estanislao. Op., Cit. p.45

117 PROVÍNCIA, Paraná. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1881. p.13

118 Gazeta Paranaense, 1882.

Nas edições seguintes do jornal não são dadas maiores informações, porém, como não houve ataque argentino a Colônia, provavelmente tal estrada não foi finalizada, ou nem chegou a ser construída. Segundo Adelar Heinsfeld o que teria acontecido foi que alguns soldados argentinos revolucionários, perseguidos pelas autoridades militares de seu país refugiaram-se na área contestada¹¹⁹ o que gerou agitação dos moradores da região.

A criação de Colônias Militares nas fronteiras do Império, foi uma estratégia adotada visando a proteção, a ocupação e administração das regiões de fronteira, além de ser um órgão de concessão, uso e fiscalização das terras devolutas destinadas a colonização. Devido a não fiscalização das primeiras Colônias Militares foi criado o Plano para Colônias Militares no Brasil elaborado por José Joaquim Machado de Oliveira, que apesar de cumprir com o objetivo inicial de regulamentar e fiscalizar os estabelecimentos, não contribuiu para um desenvolvimento efetivo do ponto de vista do Ministério da Guerra, tendo em vista a falta de investimentos na infraestrutura dos estabelecimentos.

Nosso objetivo no presente capítulo foi de contextualizar a criação das Colônias Militares, não tendo a intenção de fazer uma análise mais aprofundada e destacar o reduzido número de estudos que abordam as Colônias Militares, principalmente as localizadas no Norte e Nordeste brasileiro, demonstrando a necessidade de novos estudos, partindo das mais variadas perspectivas e os Relatórios do Ministério da Guerra se apresentam como uma importante fonte de pesquisa. Ao utilizar fontes argentinas para analisar o contexto fronteiriço e a instalação da Colônia conseguimos compreender como foi discutido na República Argentina a questão territorial e como ocorreram as negociações, onde a utilização de mapas como fontes de análise foi fundamental, demonstraram as intenções de controle com relação a região. No capítulo dois adentramos na análise da Colônia Militar do Xapecó.

¹¹⁹ HEINSFELD, Adelar. Op., Cit.

CAPÍTULO II

COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ

Neste capítulo, a instalação da Colônia Militar do Xapecó é nosso objeto de atenção. Iniciaremos fazendo uma discussão sobre a comissão de instalação da Colônia Militar do Xapecó, que tinha como objetivo o reconhecimento da região, levando em consideração a fauna, a flora e principalmente a hidrografia e também o processo de instalação do estabelecimento na Campina do Xanxerê tendo como fonte de análise os relatórios do Ministério da Guerra e os relatórios do Presidente de Província do Paraná. Também faremos uma análise referente dinâmica de distribuição de terras e o regime de trabalho na Colônia, tendo como fonte os relatórios ministeriais e províncias, uma planta da Colônia, desenhada pelo Engenheiro Auxiliar Capitão Nicolás Alex Monis Freire, adaptada em 1903 por Silvestre Rocha e uma tabela com a relação nominal dos colonos que possuíam lotes definitivos. Tais documentos possibilitam fazer algumas reflexões sobre a questão agrária dentro do território da Colônia Militar do Xapecó.

Num terceiro momento centraremos a atenção na questão da agricultura, atividade pastoril e meio ambiente, também utilizando das fontes já citadas, mas também de mapas para ilustrar os mercados comerciais próximos as colônias e o caminho das tropas, também utilizamos reportagens do Jornal A República de Curitiba também versa sobre a dificuldade de comunicação com o estabelecimento militar fruto da péssima condição de conservação das estradas. Também fazemos uma análise sobre as consequências da proclamação da República, demonstrando que a Colônia sofreu com a falta de recursos e com o encilhamento que quadruplicou o valor dos suprimentos para a manutenção do núcleo militar, utilizando principalmente como fonte um relatório elaborado por José Bernardino Bormann no ano de 1898, em que faz uma análise aprofundada sobre a situação da Colônia, sendo seu relatório final, no mesmo se afasta para assumir cargos políticos.

E por fim discutimos a Revolução Federalista, que eclodiu no Rio Grande do Sul no ano de 1893 e que se alastrou pelo estado de Santa Catarina e Paraná, tencionando a fronteira. Utilizamos como fonte o livro “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná” escrito por José Bernardino Bormann e publicado no ano de 1901 por uma editora paranaense.

2.1 Escolha do Local e instalação da Colônia

O século XIX foi o período de emergência de vários projetos nacionais, entre eles a instalação de Colônias Militares por todo o território nacional, com o intuito de controlar, proteger e legitimar as fronteiras do Império. Por portaria do Ministério da Guerra em 16 de outubro de 1880 foram nomeadas as comissões para a instalação da Colônia Militar do Xaçepó e do Xopim já autorizadas pelo decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859. Foi nomeado como chefe da comissão referente a do Xaçepó o capitão do corpo de estado-maior de 1ª classe José Bernardino Bormann, como ajudante o tenente do 2º batalhão de artilharia a pé Agrícola Ewerton Pinto e como escrivão e almoxarife o tenente honorário José Lucas Barboza, como médico foi nomeado Francisco Alexandre Guedes Chagas.

Quando as respectivas comissões chegaram a Curitiba, capital da província do Paraná foram lhe passadas algumas instruções dentre elas: levar em consideração o ponto de vista estratégico, comercial e econômico para a instalação das colônias, a fim de prestar-se a indústria pastoril, com o intuito de fornecer gado para alimentação e transporte dos praças que eventualmente viessem a operar nas imediações. Nos trabalhos das comissões teriam de ser empregados praças tiradas do pessoal da colônia, as quais teriam gratificação diária fixada numa média de cerca de 300 réis. Os chefes das comissões eram autorizados a gastar quantias necessárias para a aquisição de uma ou mais guias (vaqueanos)¹²⁰. Os chefes das comissões também tinham responsabilidade de relatar mensalmente ao Ministério da Guerra os trabalhos realizados na colônia, com apresentação de relatórios que deveriam ser acompanhados das plantas com diversos detalhes, a fim de serem arquivadas na secretária do governo¹²¹. Alguns desses relatórios fazem parte do acervo documental do AHEX-RJ.

No trajeto entre União da Vitória até o local de instalação da colônia as comissões teriam de proceder o reconhecimento do terreno, apresentando desenhos organizados na escala 1m/40,000', além de descrever o solo e a flora. Também teriam de estudar os cursos de água que atravessavam, sua navegabilidade e vantagens resultantes ao comércio e defesa da Província e principalmente ficar atento há possíveis riquezas não exploradas¹²². Algumas informações coletadas no referido trajeto foram publicadas no jornal Dezenove de Dezembro:

Comissão da Colônia Militar do Chapecó. Porto da freguesia União da Vitória, 14 de janeiro de 1881. Ilustríssimo. Exmo. Sr. Tenho a distinta honra de comunicar a V. Ex.

120 Ibidem, p.48.

121 Ibidem, p.48.

122 Ibidem, p.49.

que ontem, depois de penosa viagem, devida ao péssimo estado da estrada ou antes da picada do Pinhal, que estabelece a comunicação entre a vila da Palmeira e o porto da freguesia da União da Vitória, cheguei a esta última localidade, sofrendo a cavalcada as consequências de marchas por uma zona difícil de transitar-se, na época chuvosa que atravessamos. Tendo-me encarregado pessoalmente do reconhecimento expedido da picada do Pinhal, logo que possa organizar esse trabalho terei a honra de envia-lo a V. Ex. acompanhado de uma memória ou pequeno relatório acerca do assunto. Deus guarde a V. Ex. Ilustríssimo e Exmo., Sr. Dr. João José Pedrosa, Digníssimo presidente da província do Paraná – o bacharel José Bernardino Bormann, capitão, chefe da comissão¹²³.

A missão de exploração da região tinha o intuito de determinar o lugar mais apropriado para a instalação do núcleo de povoação; determinar os lugares mais propícios para a agricultura e definir as espécies de animais e plantas que se aclimatariam e se desenvolveriam, com maior proveito, sendo responsabilidade do diretor da Colônia a aclimação de novas espécies de plantas, tanto para o consumo da população como para uma possível exportação e estabelecimento de comércio com as vilas da região.

Além da instalação das Colônias Militares essas comissões também eram de reconhecimento do território brasileiro. Era uma forma de conhecer, reconhecer, desenhar e explorar a fronteira. Narrar para, em seguida, publicar e buscar novos projetos e investidores, além dos colonos militares. A Colônia Militar do Xapecó foi uma estratégia para o avanço das fronteiras internas, pois, a concretização de unidades administrativas eram fundamentais para a consolidação do estado nacional. Com a instalação da Colônia, o território não ficaria mais no imaginário do Império, seria consolidado pela administração militar.

O relatório do Ministério da Guerra de 1888, salientado a importância de uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu sobre o rio Paraná, nas proximidades das ruínas de Santa Maria, que teria como objetivo a vigia das fronteiras com Argentina e Paraguai¹²⁴, tal colônia foi instalada no ano de 1888, denominada Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Cada uma das comissões levava um contingente de 40 praças, sendo 20 de infantaria e 20 de cavalaria, comandado por um oficial subalterno do 2º corpo desta última arma. Tinha-se uma preferência por praças casados para compor esses contingentes direcionados as colônias militares. Era uma forma de começar um povoamento, portanto além dos praças, suas famílias também compunham¹²⁵ a comitiva de viagem.

A comissão responsável pela Colônia Militar do Xapecó chegou ao Xanxerê no dia 2 de março de 1882 e, depois da exploração da região foi decidido por estabelecer o núcleo

123 **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 22 jan. 1881.

124 Ibidem, p.49.

125 Ibidem, p.14.

populacional nas imediações., na margem esquerda do rio Chapecó. Logo após a escolha do local foram derrubadas as árvores e vegetações próximas e, nas semanas seguintes foram construídos os ranchos para abrigar as famílias e os soldados¹²⁶ e dado início a construção dos primeiros prédios públicos, como o presídio, a casa do diretor da colônia, igreja, entre outros.

Todos as pessoas do núcleo militar obedeciam a um regulamento elaborado para o estabelecimento, que determinava as normas com relação a administração, polícia e defesa da colônia, os direitos e deveres dos civis e dos militares¹²⁷. Além do regulamento, os colonos assinavam um contrato chamado de *Contrato do Colono*.

O contrato estava dividido em 10 artigos, onde apontava-se que os serviços do médico, capelão e da farmácia eram gratuitos aos colonos e suas famílias. O contrato também defendia a liberdade religiosa, mas reforçava que não era permitido nenhum tipo de desacato a religião oficial do Estado, no caso a Religião Católica. O artigo 7º discorria sobre o tamanho das propriedades que variavam de 25 a 50 alqueires, conforme o número de pessoas. Também constava a obrigação dos colonos darem um dia de serviço a cada mês para os trabalhos gerais da colônia. Caso o contrato não fosse respeitado o colono e sua família eram obrigadas a indenizar o Estado de todas as despesas. E se o contrato fosse respeitado, após dois anos o colono poderia requerer o título definitivo de propriedade de suas terras¹²⁸.

De acordo com o decreto de criação da Colônia:

Art. 3º Em cada uma delas estabelecer-se-á um quartel geral com as acomodações necessárias para alojamento dos colonos solteiros, e também para os dos casados, em quanto estes não tiverem casas próprias, e para depósito do armamento e munições de guerra o de boca pertencentes às colônias.

Art. 4º Cada uma destas colônias poderá ter até 50 praças de pret., e os Oficiais precisos para comanda-las.

O comando geral de ambas será confiado a um único Oficial, que residirá naquela, que mais convier ao serviço, a juízo do Presidente da Província¹²⁹.

O estabelecimento de no máximo 50 praças era controverso, pois, se a colônia visava a proteção dos habitantes do núcleo militar e da população regional contra os indígenas e argentinos, esse contingente poderia ser insuficiente. Em caso de invasão a Colônia seria facilmente dominada, pois, a distância de outros núcleos populacionais era considerável como veremos adiante

126 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1882. p.109

127 BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1909**. 1980. Op., Cit., p.30

128 Boutin, Leônidas. **Op., Cit.** P. 76-77.

129 BRASIL. Decreto n. 2502, de 16 de novembro de 1859. Op., Cit.

No art. 5º, consta que na falta de praças de 1ª linha para a fundação das colônias, o Presidente da Província estava autorizado a engajar os colonos necessários, sendo esses pagos pelo Ministério do Império, enquanto os militares eram pagos pelo Ministério da Guerra, fixando em dois anos o tempo de serviço. Já os Oficiais, recebiam gratificações do Presidente da Província além dos vencimentos militares¹³⁰.

De acordo com o artigo 6º e 7º:

Art. 6º Os colonos militares engajados servirão por dois anos, e perceberão os vencimentos militares que lhes competirem, pagos pelo Ministério da Guerra, si os colonos forem praças do Exército, e pelo Ministério do Império se forem dos que trata o art. 5º. As mulheres e filhos de huns e de outros terão direito a meia etape durante o primeiro ano do seu estabelecimento na colônia. Os Oficiais além dos vencimentos militares terão as gratificações que forem indicadas pelo Presidente da Província, e aprovadas pelo Governo Imperial.

Art. 7º Além do soldo fornecer-se-á a cada um dos colonos engajados, por uma vez somente um machado, uma foice, uma enxada, uma faca ou facão de mato, uma espingarda ou clavina, uma libra de pólvora, quatro ditas de chumbo grosso, e uma data de terras de dez braças de frente, e cinquenta de fundo, própria para edificação de casas no lugar em que for estabelecida a colônia, e outra data de terras destinada para cultura ou criação, que nunca exceda de um quarto de légua quadrada, em terreno para cultura, o uma légua quadrada em campos próprios para criação¹³¹.

Segundo Leônidas Boutin as terras concedidas nessas colônias estavam entre a margem esquerda do Peperi-guaçu e a cerca de 66 quilômetros a leste da margem direita do rio Santo Antonio, destinadas a cidadãos brasileiros, não colonos, com a condição de serem imediatamente habitadas e cultivadas, ou povoadas com animais¹³². Esses habitantes também estavam sujeitos ao regulamento militar, sendo obrigatório o serviço de polícia e um dia de trabalho por mês em obras da colônia. As primeiras 50 famílias estabelecidas nessas condições teriam o direito a um ano de etapes¹³³, que era uma forma de remuneração, que visava auxiliar na fixação dos colonos no território. Logo após a instalação da Colônia Militar do Xapecó, Bormann convidou as populações existentes nas imediações para se estabelecerem dentro do perímetro da colônia, sendo que cerca de 40 famílias acataram ao convite decisivo.

Uma das estratégias para atrair migrantes e imigrantes para a Colônia Militar foram as propagandas vinculadas em jornais do Rio de Janeiro e de Curitiba. Uma propaganda veiculada no jornal Dezenove de Dezembro dizia o seguinte: “A Colônia do Xapecó, situada nesta província há cerca de 70 quilômetros do Rio Grande do Sul, oferece as maiores vantagens, aos

130 Ibidem.

131 Ibidem.

132 Ibidem.

133 Ibidem.

estrangeiros que quiserem ali estabelecer-se”¹³⁴. Essas vantagens oferecidas eram uma forma de sensibilizar o imigrante a se instalar na Colônia. Apesar das propagandas o número de imigrantes na Colônia Militar do Xaçepó não foi muito grande, chegando a 27 imigrantes no ano de 1890. Analisaremos adiante que Bormann não via com bons olhos o estabelecimento de imigrantes na região, tendo preferência brasileiros.

A planta da Colônia militar ilustrada abaixo na figura 01, foi desenhada pelo Engenheiro Auxiliar Capitão Nicolás Alex^o Monis Freire e adaptada por Silvestre Rocha, com a inclusão dos lotes de n^o 45, 46, 47, 48, 49 e 50. A planta é uma cópia feita pelo diretor da Colônia Tenente Coronel João José d’Oliveira Freitas, no ano de 1902, não há a data de seu desenho original. Por ser uma planta desenhada posterior a Bormann a grafia da Colônia é com CH.

Figura 04 - Planta da Colônia Militar



Fonte: FREIRE, Nicolás A. M. Planta da Colônia Militar do Xaçepó, 1902. Arquivo do Exército Brasileiro.

A instalação da Colônia significou a presença do Império em território até então, pouco explorado. Em 1884 a Colônia contava com 190 habitantes e 74 casas construídas. Já em 1885 contava com 242 habitantes, excluindo-se desse número o contingente militar, nesse mesmo

¹³⁴ Dezenove de Dezembro. Curitiba. 12 de julho de 1884. P.4

ano foram plantadas mudas de parreira e pés de cana, que futuramente, de acordo com Bormann, serviriam para a fabricação de vinho e açúcar¹³⁵.

Em 1887 a Colônia contava com 111 casas de colonos, 11 edifícios públicos, entre eles, igreja, escola quartel e depósitos. A principal via de comunicação até o momento era a estrada que ligava com Missões no Rio Grande do Sul, passando pelo centro do povoado e Palmas, Porto União, Palmeiras e Curitiba. Outro ramal dessa estrada ia até Palmas de Baixo, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Província de São Paulo. A população era de 424 pessoas, sendo 366 colonos, maiores de 17 anos e 101 menores. Foram efetuados dois casamentos, 18 batizados e registrou-se 20 nascimentos e 7 óbitos¹³⁶.

No ano de 1888 foram construídas a capela do cemitério, um depósito para guardar os materiais da Comissão Brasileira de Limites, criada em 1885, e chefiada pelo Barão de Capanema para explorar os rios Peperi-guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim¹³⁷. Ainda em 1888, foram realizados 9 casamentos e 29 batismos, foram registrados 19 nascimentos e a Colônia contava com uma população de cerca de 241 pessoas, um número bem menor do que o apresentado no relatório do ano anterior. Fruto da chamada “população adventícia” que se estabelecia na colônia temporariamente para a exploração de erva mate¹³⁸. Destacamos que o trânsito de brasileiros, argentinos e paraguaios era intenso na fronteira, justamente devido a extração da erva-mate.

Em 1890 o número de colonos homens era 204, de mulheres 166 e 158 crianças do sexo masculino e 160 do sexo feminino, de acordo com o redator do relatório parte dessa população era tida como “população adventícia”. Durante o ano foi confluído um chafariz na praça Duque de Caxias e começaram a construção de um novo armazém que serviria de depósito de armamentos e a obra da cadeia estava ainda sendo realizada¹³⁹.

No Relatório do Ministério da Guerra do ano de 1896 é destacado a necessidade de melhoramentos nos prédios existentes na colônia, além da construção de novos depósitos e fortificações, o que não eram viáveis no momento resultante do pequeno destacamento ali

135 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná.** Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884.

136 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná.** Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1887.

137 HEINSFELD, Adelar. Op., Cit. p.107

138 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de estado dos negócios da guerra. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1888.

139 GUERRA, Ministério. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de estado dos negócios da guerra.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1890.

existente e a falta de operários, situação agravada devido à pouca verba destinada ao custeio do estabelecimento¹⁴⁰.

2.2 Distribuição das Terras e Regime da Colônia

O território da Colônia Militar do Xapecó era de 16 léguas quadradas, (cerca de 57.600,00 hectares), que abrangia os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes. O território foi dividido em lotes rurais e urbanos. Para a construção do povoado e das casas dos colonos e dos praças do exército foram reservados 1.800,00 hectares e o restante do território dividido em lotes de 242 hectares. No ano de 1884 a Colônia contava com 15 lotes medidos e ocupados¹⁴¹.

Os lotes urbanos formavam o povoado e contavam com quintais e uma casa de madeira com cerca de seis metros de frente e cinco metros de fundo. Além das casas, no ano de 1884, o povoado passou a utilizar dois depósitos com 17,6 metros de frente e 6,6 metros de fundo. A igreja estava sendo construída e a casa da diretoria contava com 11 metros de frente e 11 metros de fundo, ofertado ao Estado pelo Capitão Bormann. Havia ainda uma pequena casa para a escola, construída e doada pelos ajudantes tenentes Francisco e Vicente Gomes. Neste período, todas as construções eram todas de madeira, cobertas de tabuinhas de pinho¹⁴².

A colônia foi dividida em três distritos com áreas desiguais: o 1º distrito começava no chamado “Pesqueiro” e terminava na margem direita do Xanxerê. O 2º sendo o menor, e mais populoso ia do Xanxerê até o arroio da “Serrinha” e o 3º estendia-se da “Serrinha” até o Xaxim¹⁴³. Na estrada da povoação havia um corpo de guarda que tinha como finalidade tomar o conhecimento das pessoas que entravam na colônia, bem como as que transitavam pelo caminho que ligava a província do Paraná a do Rio Grande do Sul¹⁴⁴, ou seja era uma forma de manter o controle do território.

Na tabela 01 a relação nominal de colonos que possuíam lotes definitivos na Colônia do Xapecó em 1903:

140 GUERRA, Ministério. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de estado dos negócios da guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1896.

141 PROVÍNCIA, Paraná. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884. p.27

142 Ibidem, p.28.

143 Ibidem, p.28.

144 Ibidem, p.28.

Tabela 01- Colonos com posse definitiva da terra no ano de 1903

Nomes	Data em que receberam o título
Pedro Euzébio Xavier	11/09/1886
Maria Jesuína de São Pedro	11/09/1886
José Antônio de Oliveira	03/06/1889
João Gomes de Lima	11/09/1886
José Gomes de Lima	11/09/1886
Viúva de Raymundo José de Almeira	01/05/1898
Raymundo José Narciso	11/09/1886
Marcelina Maria de Jesus	11/09/1886
Joaquim Manoel Narciso	03/06/1889
Jacinto Antonio de Oliveira	11/09/1886
José Nunes de Oliveira	03/06/1889

Fonte: FREITAS, João J. d'Oliveira. Relatório Colônia Militar do Chapecó. Xanxerê, 1903.

Observando a tabela percebemos a repetição de sobrenomes o que levanta a hipótese de serem membros da mesma família, pais, irmãos, sobrinhos, o que era possível. Os filhos dos colonos maiores de 18 anos poderiam requerer uma propriedade junto ao diretor da Colônia. Outra questão é a titulação em nome de Maria Jesuína de São Pedro e Marcelina Maria de Jesus o que nos leva a crer que eram as responsáveis por suas famílias e que havia a possibilidade de mulheres terem acesso legal à terra.

De acordo com a tabela 01, 11 colonos possuíam títulos definitivos da propriedade. No mesmo relatório, consta que outros 126 colonos (as) possuíam títulos provisórios, emitidos no ano de 1898. Após a Proclamação da República não haviam sido emitidos novos títulos definitivos de terras, efeito da: falta de instrução de como a distribuição das terras passaria a ocorrer, à possível falta de interesse dos militares em legalizar essas terras; inexistência de engenheiros para realizar a medição dos lotes, que deveriam ser contratados e pagos pelo Ministério da Guerra. Sem os lotes demarcados era impossível proceder a solicitação dos títulos definitivos para os colonos, resultando futuramente vários processos de usucapião de territórios que abrangiam a Colônia¹⁴⁵.

Além de conflitos em decorrência da posse e uso da terra alheia produto da ausência de demarcação, era recorrente as queixas e desentendimentos entre colonos por terem realizado a extração de madeira, erva-mate entre outras coisas, em terras de outrem. A ausência de medição e demarcação resultou num problema agrário, cuja origem teve seu início na distribuição das

145 Para saber mais: SCAPINELLO, F. G. *Op., Cit.*

terras aos colonos e o descuido, intencional ou não, na redistribuição dos mesmos terrenos quando da saída ou abandono das terras pelos antigos colonos ou militares temporários. Houve sobreposição de pessoas sobre as áreas tidas como “sem dono” e ainda a possibilidade de alguns colonos terem recebido mais de uma área de terras, como “presente” ou influência junto aos militares.

Arthur Durão, diretor interino da Colônia no ano de 1891 destaca:

Em qualquer colônia é uma das primeiras necessidades terem seus colonos seus lotes medidos e demarcados, porque só assim tomam intimo pelo lugar onde trabalham e tornam-se legítimos proprietários do terreno, no entanto, apesar das contínuas reclamações do Diretor, passam-se vezes e as vezes anos sem que possa-se realizar uma medição, ora por parte dos ajudantes, como acontece atualmente que com a sua ausência tive de assumir a direção da colônia, cujos múltiplos trabalhos prendem-me todo tempo, não deixando margem para ocupar-me com tal serviço; ora pelo número limitado de praças do destacamento¹⁴⁶.

A ausência de pessoas com domínio de conhecimentos específicos na Colônia acabava por saturar as atividades do diretor e seu ajudante, impedindo-os de tomar atitudes para resolver a questão da titulação das terras. Acreditava-se que ao realizar a medição das terras os colonos permaneceriam nas terras por um período mais longo na área colonial. Fator importante para a defesa da fronteira, visto que era necessário a fixação deles na terra, fazendo com que criassem o sentimento de propriedade e de pertencimento. A não resolução da problemática agrária, como destacado anteriormente, pode ter sido intencional por parte dos militares, com o objetivo de conseguir uma maior área de terras quando da extinção da Colônia Militar, ou ainda de ter sido fruto do descaso do Ministério da Guerra resultado da longa demora na resolução da Questão de Palmas, que só em 1895, obteve a definitiva posse do território ao Brasil.

Ao usar o termo dono legítimo da terra, Arthur Durão¹⁴⁷ enfatizava que até os lotes não serem medidos e demarcados, mesmo com os títulos provisórios os colonos não eram seus donos legítimos, a legitimidade viria somente com a expedição dos títulos definitivos expedidos pelo governo provincial. Tal fato nos faz acreditar na possibilidade da existência de posseiros sem a devida autorização do diretor.

Em janeiro de 1894 Bormann encaminhou um ofício sob ao comandante do distrito:

Tendo esta diretoria desde mil oitocentos e oitenta e oito solicitado, já por ofícios, já por meio de cartas oficiais ao ministério da Guerra o regulamento que deve reger a Colônia por serem deficientes as instruções que trouxe a comissão encarregada de fundá-la especialmente na parte relativa à área que deve ser concedida aos colonos

146 DURÃO, Arthur. **Relatório anual de 1891 da Colônia Militar do Chapecó**. Xanxerê, 1891.

147 Ibidem.

nos termos apropriados a agricultura e a indústria pastoril, ficando isso por assim dizer *ad libitum* do diretor, o que não parece conveniente para a boa marcha da administração, venho de novo pedir que quanto antes seja está colônia dotada de um regulamento. Devo declarar-vos que o serviço de medição de lotes acha-se interrompido para recomeçar depois de estabelecido no regulamento a área que se deve conceder aos colonos solteiros e bem assim ás ex-praças. Estas aqui não se conservarão uma vez que os colonos paisanos que não serviram nas armas forem melhor aquinhoados na extensão dos lotes de terra. Convém também lembrar-vos que ainda não foi resolvido a quem se deve enviar os títulos provisórios dos colonos para eles serem passados aos definitivos, serviço este no regimento decaído, dá atribuição dos presidentes de província¹⁴⁸.

Como se nota no ofício de Bormann, havia necessidade da criação de um regulamento para normatizar a situação das terras, para que as demarcações pudessem ser executadas bem como a distribuição dos títulos definitivos, que só poderiam ser emitidos se as terras fossem devidamente demarcadas¹⁴⁹. De acordo com Bormann:

Há muito acha-se parado o serviço de medição de lotes porque aguardava-se a solução de questões afeitas ao Governo, questões que ainda não foram resolvidas. As instruções que baixaram com o decreto número dois mil quinhentos e dois de dezesseis de novembro de mil oitocentos e cinquenta e nove; as de vinte de setembro de mil oitocentos e oitenta e um e finalmente as de sete de janeiro de mil oitocentos e oitenta e cinco, são há muito deficientes. Para a fundação da colônia elas eram suficientes, mas, com o correr do tempo, tornou-se necessário serem elas substituídas por um regulamento, pelo qual se pudesse dirigir o estabelecimento. Esse regulamento muitas vezes solicitado ainda não foi concedido a Colônia, de modo que a diretoria se vê constantemente embaraçada ante as questões que se apresentam e para resolve-las tem de recorrer ao que existe na legislação concernente aos estabelecimentos congêneres¹⁵⁰.

Bormann enfatizava a importância de um novo regulamento com relação as terras, a fim de resolver as questões pendentes, pois, supostamente os decretos já existentes não eram suficientes, sendo necessário a substituição por um regulamento específico.

De acordo com o art. 7, do decreto mencionado por Bormann os colonos tinham o direito de um lote de terra destinada para a cultura ou criação, que não excedesse um quarto de légua¹⁵¹ quadrada em terreno para cultura e uma légua quadrada em campos próprios para criação. Todos requeriam o quarto de légua quadrada, o decreto não especificou e nem deu instruções sobre que colonos deveriam receber o valor máximo de terras e isso colocou a diretoria em embaraços. Bormann enfatiza a necessidade de regulamentação da situação para que não ficasse ao arbítrio da diretoria, evitando assim queixas, reclamações e desgostos entre os colonos¹⁵².

148 BORMANN, José Bernardino. **Relatório anual de 1898 da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1891.

149 SCAPINELLO, F. G. *Op., Cit.*

150 BORMANN, José Bernardino. **Relatório anual de 1898 da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1891.

¹⁵¹ Cada légua equivale a 6,6 quilômetros.

¹⁵² Ibidem.

Em 1898 alguns colonos já tinham posse de seus títulos definitivos, outros aguardavam instruções para saber a quem se dirigir para requererem os títulos definitivos. Antes da Proclamação da República os requerimentos eram endereçados ao presidente da província, com a mudança de regime Bormann não sabia como proceder¹⁵³.

Ainda no Relatório do ano de 1898, aponta Bormann:

Cerca de trezentos lotes precisam ser medidos e a maior parte deles já estão habitados pelos seus possuidores, que já o obtiveram títulos provisórios, mas nos parece conveniente aguardar a palavra do governo relativa as questões que lhe foram afetadas ou o regulamento para se proceder a continuação das medições pelos motivos expostos já em outra parte¹⁵⁴.

Após a saída de José Bernardino Bormann da direção da Colônia, o trabalho de medição de lotes foi retomado em 1902, sendo executadas as medições em 50 lotes. Os títulos de terra ainda não tinham sido transferidos de provisório para definitivo. Levantamos a hipótese de não ser do interesse do Ministério da Guerra proceder a titulação definitiva desse território, havendo a possibilidade de planos futuros para essa região de abrangência da Colônia Militar do Xapecó.

2.3 Agricultura, Atividade Pastoril e Meio Ambiente

Com a instalação da Colônia Militar do Xapecó em 1882, no atual Oeste Catarinense, região considerada como um vazio demográfico pelo poder público brasileiro começou a ter uma ocupação mais intensa, ocupada até então pelos caboclos e indígenas. A Atlântica era um espaço a ser ocupado pelos colonos civis e militares através do estabelecimento de pequenas propriedades dedicadas a policultura de subsistência e ao abastecimento do mercado interno, promovendo a transformação ambiental da região através da instalação do núcleo populacional da Colônia, bem como a distribuição de lotes rurais para os moradores. Para demonstrar isso, buscamos analisar as plantas da colônia, relatórios ministras e um estudo do médico Ismael da Rocha, sobre as águas termais do rio Chapecó, que conta com descrições detalhadas sobre o ambiente da região.

Muitos trabalhos relevantes foram produzidos sobre as Colônias Militares, porém, a relação de colonos e militares com o meio ambiente ainda é pouco abordada. Apesar de não haver trabalhos que abordam a questão ambiental nas Colônias Militares, há estudos que

153Ibidem.

154 BORMANN, José Bernardino. **Relatório anual de 1898 da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1891.

abordam as Colônias agrícolas na perspectiva da História Ambiental, um deles é a dissertação de mestrado de Marcos Gerhardt, que aborda uma “História Ambiental da Colônia Ijuhy”¹⁵⁵, no estado do Rio Grande do Sul, onde analisa o processo de intensas mudanças no ambiente das áreas florestais da região de Ijuí nos séculos XIX e XX, envolvendo caboclos, estancieiros, Estado, imigrantes e outros grupos sociais como comerciantes e profissionais liberais.

Antes da chegada do colonizador a região era habitada por grupos indígenas e caboclos. De acordo com Wilmar da Rocha D’Angelis, a área de mata subtropical no Oeste Catarinense era ocupada pelos Guarani, principalmente ao longo dos grandes rios enquanto os indígenas Kaingang ocupavam a Mata de Araucária e seus campos intermediários¹⁵⁶. Para os indígenas Kainkang a mata possibilitava o sustento dos grupos indígenas, além de estar relacionada aos significados que norteavam a sociedade presentes em rituais sagrados. Se dedicavam a pesca, caça, coleta de pinhão, mel e a cultivar alimentos como o milho¹⁵⁷.

Apesar de não serem tão agressivos com o meio ambiente como os colonizadores, os grupos indígenas e caboclos também modificaram o ecossistema e a paisagem¹⁵⁸, transformação essa que foi acentuada significativamente com a chegada dos colonizadores e a instalação de núcleos populacionais, principalmente no início do século XX. Ou seja, povos diferentes escolheram formas distintas de interagir com o ambiente circundante e suas escolhas têm ramificações não somente na comunidade humana, mas também no ecossistema maior¹⁵⁹.

A partir do século XVI registra-se presença europeia no planalto sul brasileiro, através de incursões de jesuítas, bandeirantes e exploradores, que não deixaram marcas significativas de sua presença, somente no século XVIII, a partir da exploração do gado, nos campos do Rio Grande do Sul, há uma maior fixação na região¹⁶⁰. O trânsito desses animais pelos caminhos

155 GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Colônia Ijuhy**. Editora Unijui: Ijuí, 2009.

156 D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios no Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, p.265-343, ago. 2006. P.267-268

157 LAPPE, Emelí. LAROQUE, Luís. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Ty Tãnh e Foxá. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v.34, p.147-156, ago. 2015.

158 DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

159 NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História ambiental. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 9, n. 1, jan-jun. 2009, p. 136-150, 2010. P. 137

160 SILVA, Claiton Marcio. BRANDT, Marlon. MORETTO, Samira P. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André L.; RENK, Arlene; SALINI, Ademir M. **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. P. 185

das tropas deu origem a diversas fazendas de pouso e criação, que mais tarde formaram as primeiras vilas e povoações da região¹⁶¹.

A maioria da população era composta por caboclos e denominados mestiços pelo censo demográfico de 1890, o número de imigrantes presentes na Colônia era bem reduzido. Uma das primeiras ações da comissão de instalação da Colônia foi a derrubada da vegetação ao redor do local escolhido como núcleo urbano, no caso, a campina do Xanxerê para a construção de casas para colonos e militares e construção dos prédios públicos necessários para o desenvolvimento da colônia. De acordo com Leônidas Boutin a colônia tinha abundância da *araucaria angustifolia*, sendo essa usada para a construção das casas e dos prédios públicos. Uma das dificuldades era a transformação dos troncos dos pinheiros em vigas e tábuas, por consequência da ausência de uma serraria. Nos primeiros meses os soldados falquejavam com machado e posteriormente foi instalada uma pequena serraria movida a água¹⁶².

As construções eram todas de madeira, cobertas de tabuinhas de pinho. Após a construção da serraria movida a água houve um aceleramento nas construções dos prédios públicos e das residências dos colonos, ocasionando a derrubada de árvores num ritmo mais acelerado¹⁶³. Outra questão importante a destacar eram as constantes reformas solicitadas devido ao apodrecimento da madeira.

De acordo com a documentação analisada, o desenvolvimento da Colônia Militar do Xapecó estava atrelado a agricultura. A doação de lotes de terras previa o enraizamento de colonos, sujeitos a obrigação de um tempo mínimo de cultivo. O diretor era o responsável por estimular as plantações, com o intuito de que fossem suficientes para a subsistência dos habitantes, não precisando recorrer aos cofres públicos¹⁶⁴. Em março de 1883 o antigo Registro Fiscal foi transferido para o Xanxerê a pedido do diretor Bormann. Assim cobriria os impostos do comércio que se fazia do Rio Grande para Palmas de Cima. Outra questão que Bormann salienta é a diminuição dos impostos de importação de animais vindos das Províncias vizinhas, além de exigir o pagamento a vista, evitando o longo prazo e auxiliando na economia da

161 BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

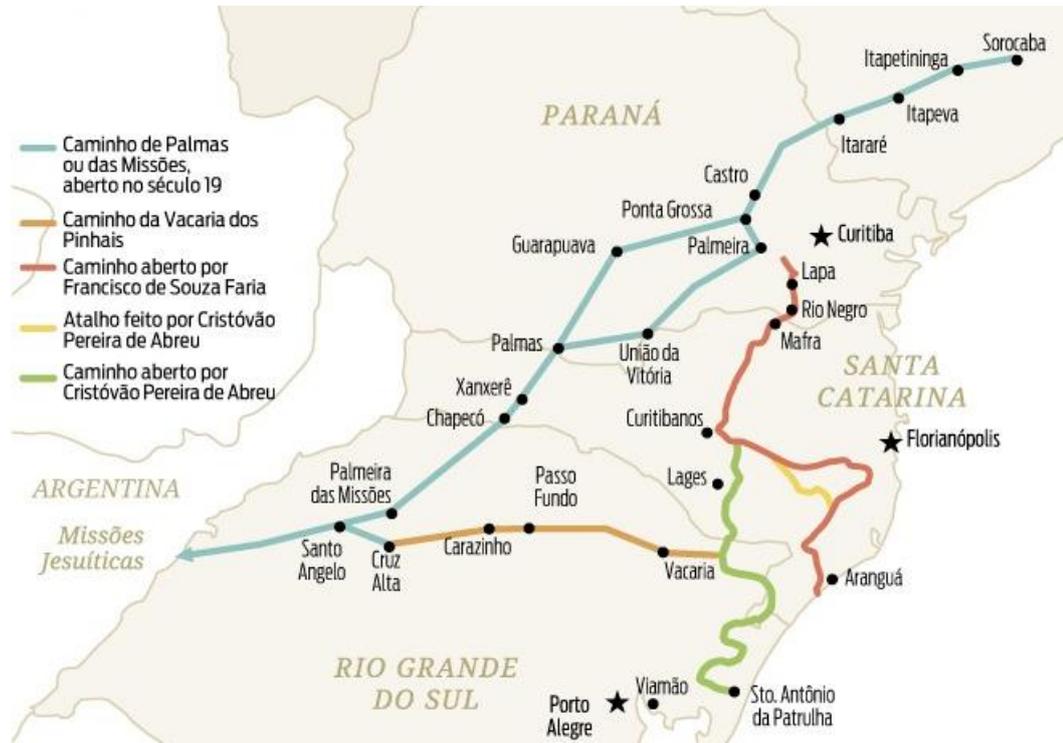
162 BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. **Separata do Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1977. P. 37

163 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884.

164 BEZERRA, Jéssika de Aquino. **Civilizar os sertões, consolidar o Estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)**. 2015. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015. P. 97

colônia¹⁶⁵. Com essas medidas Bormann acreditava que o comércio entre as Províncias cresceria e acabaria com a injustiça de terem alguns a possibilidade de pagarem os impostos a longos prazos.

Figura 05 – Caminho das Tropas



Fonte: Gazeta do Povo (2014). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-primeiro-caminho-das-tropas-8crdny1ct68tssmxqfi38ctam/>. Acesso em 28 out. 2019.

Com a prática da agricultura por parte dos colonos foram realizadas plantações de arroz, cevada, café, centeio, vinha, trigo, fumo e algodão culturas necessárias para a manutenção da população. Também eram utilizados alguns animais como vacas, touros, bois, cavalos, éguas, mulas e porcos. Parte dos animais foram doados pelos estancieiros de Palmas agradecidos ao governo imperial pela escolha da localidade da instalação da Colônia¹⁶⁶. Destacamos a presença de plantações de uvas na Colônia do Xaçepó, demonstrando que a plantação de vinha é anterior a chegada de imigrantes e migrantes italianos na região.

No relatório ministerial de 1884, é destacada a venda de couro das rezes carneadas para o consumo da tropa, e o dinheiro era utilizado para o aluguel e sustento de bois carreiros, pregos

165 PROVÍNCIA, Paraná. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1882. P.109

166 Dezenove de Dezembro, 1882. Edição 00061, p. 3.

e despesas com a festa da benção da igreja. O que evidencia que a Colônia estava começando a gerar rendas para a manutenção do estabelecimento¹⁶⁷. Nos relatórios posteriores havia constante reclamação resultante do pouco desenvolvimento da indústria na Colônia.

Com relação as estradas e ao comércio:

A principal via de comunicação da colônia é a que liga as Missões, no Rio Grande do Sul, passando pelo centro do povoado e Palmas, Porto da União, Palmeiras e Curitiba, todas na Província do Paraná. Outro ramo dessa estrada vai ter a Palmas de Baixo, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Província de São Paulo. [...] O comércio é por ora muito limitado; consiste apenas na permuta dos gêneros produzidos pelas pequenas lavouras; acontecendo o mesmo a indústria, que se acha também muito atrofiada, pela grande distância em que está a colônia dos centros populosos.

As péssimas condições das estradas e o alto custo dos transportes, encarecia os produtos, o comércio na colônia não havia se desenvolvido da maneira esperada por Bormann e pelo Ministério da Guerra. Os colonos eram obrigados a prestar mensalmente dois dias de trabalho gratuito ao Estado. Os produtos de sua lavoura os pertenciam exclusivamente, podendo fazer a venda livremente, porém, tinham que obedecer a uma tabela para vendê-los as tropas da colônia. Também produziam rapadura e aguardente, devido a construção de um pequeno engenho nas imediações da Colônia.

No relatório provincial de 1888 destaca-se os poucos recursos disponíveis na colônia, impedindo um maior desenvolvimento da indústria pastoril e a necessidade da aquisição de ganhões de meio sangue para o aperfeiçoamento da raça cavalari na colônia. Neste mesmo ano os colonos possuíam: 415 vacas; 40 touros; 164 bois; 165 cavalos; 206 éguas; 91 mulas e 1250 suínos¹⁶⁸. No entanto, a lavoura foi precária resultado das inundações que inutilizaram as plantações¹⁶⁹.

O clima da região era frio no inverno e temperado no verão, não tendo grandes geadas nem durante o inverno, pois, o terreno era baixo rodeado de serras e morros. As matas que se estendiam ao longo do rio Chapecó encontravam-se vários animais, como a jacutinga, rola, tucanos, papagaios, veados, capivaras, antas e cágados¹⁷⁰. O clima contribuiu para a plantação da cana-de-açúcar que necessita de duas estações bem distintas, uma estação quente e úmida nas áreas de vales para auxiliar na germinação, perfilhamento e desenvolvimento vegetativo e

167 PROVÍNCIA, Paraná. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884. P. 31

168 P. 126

169 GUERRA, Ministério. **Relatório Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1889. P. 47

170 Ibidem, p.62

a estação fria e seca, para promover a maturação e acúmulo de sacarose nos colmos¹⁷¹. Bormann acreditava num bom rendimento da cana-de-açúcar se houvessem vias de comunicação para o escoamento, o que durante sua gestão não ocorreu.

Na Colônia Militar do Xapecó a fertilidade do solo dava esperanças a administração:

A diferença de clima que se nota em distintas partes da Colônia, a uberidade prodigiosa do seu solo, dar-lhe-ão talvez, em próximo futuro um lugar de honra no meio dos outros produtores se estradas carroçáveis forem abertas para Palmas e Boa Vista neste Estado e Nonoai no Rio Grande do Sul¹⁷².

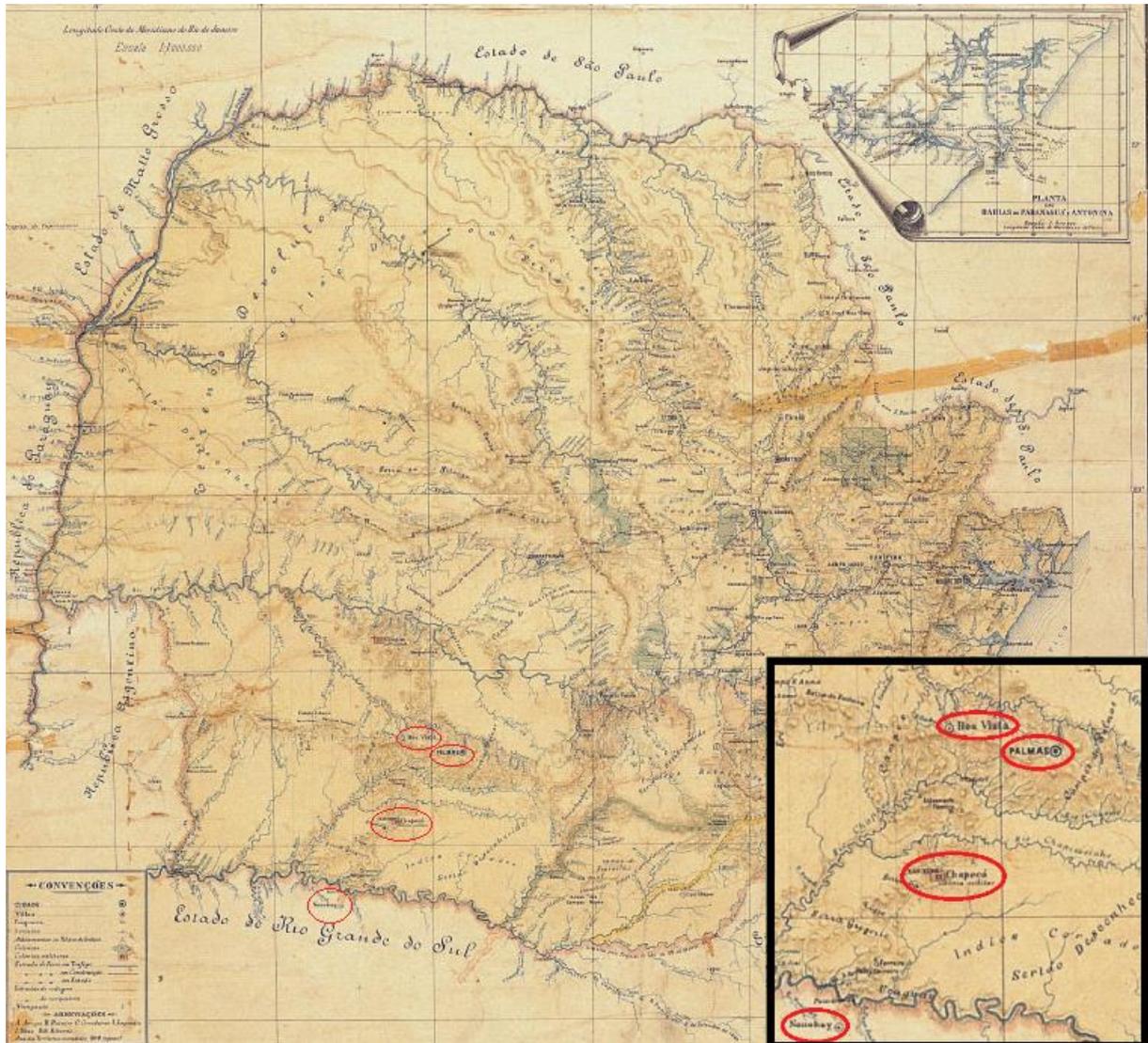
De acordo com o Capitão Monteiro Tourinho havia o interesse do Ministério da Guerra em converter os postos militares em núcleos produtores, com o intuito de que o orçamento do Ministério fosse exonerado da despesa com a remuneração dos praças e forragens dessas guarnições¹⁷³, ou seja, visavam que a Colônia fosse auto suficiente.

Figura 06- Localização dos mercados consumidores.

171 FONTANETTI, Carmem Silva. BUENO, Odair Correa (ORG). **Cana-de-açúcar e seus impactos**: uma visão acadêmica. Bauru: Canal6 editora, 2017.

172 DURÃO, Arthur. Relatório anual de 1891 da Colônia Militar do Chapecó. Chapecó, 1891.

173 PROVÍNCIA, Paraná. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884. p.27



Fonte: Coletâneas de Mapas do Paraná, 1896. Adaptado por Leticia Maria Venson.

A figura 06 é do ano de 1896, onde o Estado do Paraná ainda comportava parte do território onde atualmente é o Estado de Santa Catarina, estão demarcados a Colônia Militar do Xapacó, a vila de Palmas (82 km), Boa Vista (60 km) e a Freguesia de Nonoai (79 km), na Província do Rio Grande do Sul. Esses eram considerados mercados consumidores importantes para a Colônia, eram os mais próximos, porém, havia a necessidade de boas vias de comunicação para conseguir fazer o comércio entre essas vilas, o que não ocorreu durante a administração da Bormann, não permitindo que houvesse desenvolvimento econômico e autonomia da Colônia com relação ao Ministério da Guerra.

Bormann em 1882, salientava a importância de abrir uma picada do Xanxerê a vila de Palmas como forma de permitir o comércio da Província do Rio Grande do Sul, pois, até o momento o caminho exigia melhorias. Bormann também acreditava ser necessário baixar os

impostos de importação de animais vindos das províncias vizinhas e exigindo pagamento a vista¹⁷⁴, fazendo com que houvesse um desenvolvimento efetivo na região e uma maior circulação de dinheiro. A principal via de comunicação da Colônia no ano de 1887 era a que ligava com as Missões, no Rio Grande do Sul, passando pelo centro do povoado de Palmas, Porto União, Palmeiras e Curitiba, todas no Paraná. Outro ramo dessa mesma estrada ia para Palmas de Baixo, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Província de S. Paulo¹⁷⁵. Neste mesmo ano ocorreu uma seca, que teve como consequência a escassez de produtos como feijão e milho. Como estratégia para driblar a escassez deste alimentos em 1888, os colonos fizeram as plantações no início do verão, pois, “caso se repita o mal, ele já encontra o milho bastante desenvolvido e por consequência na condição de não sofrer muito com a falta de chuva”¹⁷⁶.

No ano de 1892 o jornal *A República de Curitiba* chamava a atenção dos poderes públicos para a necessidade da construção de pontes sobre os lajeados Xapecó e Xapecosinho, na estrada da Colônia que se dirigia aos campos de Palmas¹⁷⁷. Em uma das edições do jornal *O Xapecó*, editado por Bormann e impresso na Colônia diz o seguinte:

As picadas que da vila de Palmas conduzem o viajante a colônia estão quase intransitáveis; a que comunica a colônia a vila de Nonoai, no Estado do Rio Grande, acha-se também em péssimas condições; a que une a colônia ao Campo-Erê e este a Campina do Américo, onde estão assentadas as cabeceiras dos nossos rios Peperiguaçu e Santo Antonio, nossos limites com a vizinha república argentina, transformou-se em perigosos atoleiros e imensos tremendas¹⁷⁸.

As estradas precisavam de manutenção, para possibilitar o tráfego de pessoas. O objetivo de Bormann ao apresentar essa informação no jornal, que circulava na região era de fazer os moradores perceberem a situação e demonstrar que os reparos não estavam sendo feitos por decorrência da pouca verba destinada a Colônia. Bormann afirmava também que o trabalho feito pelos soldados pouco rendia, pois, o número de militares era reduzido¹⁷⁹.

Apesar das constantes reclamações de Bormann não houve investimentos por parte do Governo Imperial, (posteriormente republicano) ou da Província do Paraná para a construção/manutenção de estradas que permitissem um fluxo de tráfego mais intenso e com valores acessíveis aos colonos. Por isso, não era viável o pagamento de carroceiros para a

174 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1882. p.109

175 Guerra, Op., Cit. 1887, p.34.

176 Bormann, José. **Relatório sobre a Colônia Militar do Xapecó de 1888**. Xanxerê, 1888.

177 **A REPÚBLICA**. Curitiba, 1892.

178 BORMANN, José B. **O Xapecó**, 1892.

179 BORMANN, José B. **O Xapecó**, 1892.

condução dos produtos as vilas consumidoras, o valor do transporte era alto e, não dava lucro para o colono, resultando no lento crescimento da produção local o que impediu o avanço das relações comerciais com os mercados mais próximos.

A falta de vias de comunicação com as vilas próximas passíveis de um comércio com a Colônia, não houve um maior desenvolvimento da agricultura, contribuindo para que não ocorresse uma maior exploração do solo e do ambiente por parte dos moradores da Colônia.

2. 4 Consequência da Proclamação da República na Colônia

José Bernardino Bormann permaneceu como diretor da Colônia Militar do Xapacó até meados de setembro do ano de 1898 e antes de abdicar do cargo, fez um relatório, com mais de 20 páginas sobre a colônia com o intuito de informar quais eram as condições do estabelecimento para o seu sucessor. Com base neste relatório iremos analisar as consequências da Proclamação da República para a região e para a Colônia Militar.

O final do Império no Brasil e início da Primeira República, como bem aborda a historiografia sobre esse tema é marcado por uma crise econômica que ficou conhecida como “Encilhamento”. A política monetária e as grandes fraudes no mercado foram responsáveis por uma retração econômica, inflação e quebra de instituições financeiras¹⁸⁰. Sobre isso, José Murilo de Carvalho aponta que:

Para atender a demanda real de moeda para pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro, no que foi seguido com entusiasmo pelo governo provisório, este preocupado também em conquistar simpatias para o novo regime. Concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa¹⁸¹.

Com isso ocorreu o encarecimento dos produtos importados e aumento da demanda e de consumo, resultando em uma inflação generalizada e duplicação dos preços. Com a queda do câmbio os produtos de importação encareceram ainda mais e para piorar a situação, o governo aumentou os impostos de importação e passou a cobrá-lo em ouro contribuindo ainda mais para a exacerbação do custo de vida¹⁸².

180 ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. **Rev. Econ. do Centro-oeste**, Goiânia, v. 2, n. 2, p.19-36, jun. 2016. p.20

181 CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987. p.19

182 Ibidem, p.20

Em janeiro de 1892, José Bernardino Bormann esteve na Capital Federal, então, Rio de Janeiro para expor ao vice-presidente brasileiro, Marechal Floriano Peixoto, e o Ministro da Guerra, Francisco Antônio de Moura, as necessidades da Colônia do Xapecó. Nas conversas realizadas, Bormann apontou que algumas colônias seriam suprimidas, sendo possível usar esses investimentos nas Colônias que apresentavam um potencial para o crescimento populacional e econômico. Ainda sobre a verba disponível para a Colônia, Bormann disse o seguinte:

Ela não chega sequer para dar trabalho aos colonos e assim conte-los no estabelecimento de sorte que muitas e muitas vezes temos retribuído os serviços prestados ao Estado com os pequenos recursos de nossa bolsa particular. Chegou, pois, a ocasião, como dissemos, do patriótico governo da República dar começo ao plano de engrandecimento desta região¹⁸³.

As consequências do Encilhamento não se limitaram as capitais das províncias, chegando também à Colônia Militar do Xapecó. Em uma carta, datada de 01/10/1896, José Bernardino Bormann confidenciava ao Ministro da Guerra, Marechal Bernardo Nasques:

Tomo a liberdade de lembrar também a Vossa Excelência que a verba destinada a esta Colônia, hoje que tudo triplica de valor, é a mesma com que este estabelecimento era dotado antes da crise que atravessamos. Para as despesas de materiais, destinados as reconstruções, melhoramentos, concertos e todo custeio do estabelecimento seria conveniente um conto de reis por mês, pelo menos nestes dois primeiros exercícios, se vier um destacamento em que se encontrem operários; ao contrário só com o dobro se poderia conseguir pessoal estranho que venha aqui trabalhar e ter recursos para fazer face aquelas despesas¹⁸⁴.

O valor destinado a Colônia não era suficiente para a sua manutenção, pois, a maioria dos prédios eram de madeira e havia a necessidade de reformas ou até mesmo a reconstrução, pois, utilizavam a araucária nas construções, que tem resistência inferior a madeira de lei. Outra questão salientada acima era a falta de praças do exército com habilidades no caso “ofícios” para fazer essa manutenção, sendo necessário chamar pessoal de fora da Colônia, o que geraria mais custos. Portanto, não havia recursos para contratar trabalhadores para a manutenção e muito menos verba para a compra de todo o material necessário para tal empreitada como fica evidente no trecho a seguir:

Os preços continuaram a subir. O material que a princípio se adquiria para as obras, ferragens, etc., etc., por dois contos no máximo, não se poderia obter por menos de

183 BORMANN, José B. **O Xapecó**, 1892.

184 BORMANN, José Bernardino. **Relatório da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1898.

oito, e assim foi preciso reduzir a sua aquisição que se fazia anualmente a diminutas proporções muito longe das necessidades da Colônia, pois, para uma compra correspondente as mesmas necessidades seria só realizável despendendo-se toda a verba destinada aos custeios¹⁸⁵.

O trecho acima também faz parte da carta destinada ao Ministro da Guerra. Em vários momentos na correspondência Bormann salienta a necessidade e dá exemplos para o aumento da verba destinada a Colônia. Até sua saída a solicitação não havia sido atendido. O que justifica os pedidos de adiantamento de verba por parte do Diretor como fica evidente na reportagem do jornal *A República*, de 17 de janeiro de 1890:

A mesma respondendo o ofício dessa inspetoria n.51 de hoje datado, declaro-vos que o adiantamento de 9.938:750 réis solicitado pelo diretor da colônia militar do Chapecó, deve ser recebido nesta tesouraria pelo capitão ajudante da mesma colônia Artur Pereira d'Oliveira Durão, que nesta data é despachado para seguir ao seu destino¹⁸⁶.

Há outras reportagens como está em outras edições do mesmo jornal, apontando que para o funcionamento da colônia, mesmo que em condições mínimas, era necessário pedir constantes adiantamentos, pois, não houve atualização do valor da verba destinada ao estabelecimento por parte do Ministério da Guerra. Em seu último relatório como diretor da Colônia, Bormann destinou espaço para criticar a falta de atenção do Ministério da Guerra para as necessidades da Colônia como a não construção de boas vias de comunicação:

Se a Colônia tivesse sido logo adotada de boas via de comunicação a crise acabrunhadora que atravessa o país a teria encontrado já com elementos de vida própria pelo florescimento da agricultura e mesma alguma indústria, e assim dispensaria o patrocínio do Governo, mas, não se cuidou de suas primeiras necessidades que eram os caminhos carroçáveis e o resultado foi o seu aniquilamento previsto e anunciado em nossos ofícios e relatórios¹⁸⁷.

Se aos olhos dos governantes as estradas eram vistas como sinal de modernidade e progresso, a sua falta na região da Colônia Militar do Xapecó foi declarada por Bormann como responsabilidade do governo imperial, resultando no pouco desenvolvimento da indústria e da agricultura na Colônia. Sem boas estradas e um transporte barato era quase que impossível exportar os produtos da colônia para outras regiões. Se por um lado o Ministério da Guerra desejava que a Colônia fosse autossuficiente, o mesmo Ministério não fornecia condições para

185 Ibidem.

186 **A República**: Órgão do Partido Republicano. Curitiba. 17 de janeiro de 1890

187 BORMANN, José Bernardino. **Relatório da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1898.

que isso viesse realmente acontecer, a crise serviu para evidenciar o que já vinha ocorrendo desde a sua instalação, o que também ocorria nas demais Colônias Militares.

Outra mudança que já vinha ocorrendo durante todo o século XIX e que se intensificou após a Proclamação da República foi a reavaliação das políticas de terras. Houve uma expansão das áreas cultivadas para fins comerciais resultando na expansão da fronteira agrícola, para territórios até então considerados de terra virgem¹⁸⁸. Na Constituição da República de 1891, a primeira republicana, houve a transferência das terras de uso público da União para os Estados, o que acarretou numa desarmonia federativa, pois, cada Estado deu solução diversa para a questão fundiária, não havendo controle da União. De acordo com Paulo Pinheiro Machado a legislação dos estados sobre as terras e a colonização não diferiam do que era praticado durante o Império, pois os Estados herdaram as contradições e ambiguidades da política imperial de terras. Destaca que as fraudes, grilagem e açambarcamento de terras públicas modificaram os objetivos iniciais da legislação de terras¹⁸⁹.

As terras devolutas pertencentes à União eram somente as consideradas indispensáveis para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais¹⁹⁰, ou seja, o perímetro que compreendia a Colônia Militar do Xapecó era considerada devoluta e de posse da União, tendo em vista as construções militares e o número reduzido de títulos definitivos expedidos por aquele núcleo militar. Na atual Constituição Federal Brasileira (1988), o território que compreendia a Colônia Militar ainda é considerado território da União, por se localizar em território de fronteira, considerado “indispensável” para a defesa do território, apesar de haver a possibilidade de usucapir esse território, há muitos pequenos agricultores lutando judicialmente pelo direito a terra.

2.4.1 Revolução Federalista

Nesse cenário de mudanças sociais, econômicas e políticas eclodiu a Revolução Federalista, que trouxe impactos diretos para o cotidiano da Colônia Militar do Xapecó. A situação política do momento da Proclamação e dos primeiros anos da República. Com relação

¹⁸⁸ COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1999.

¹⁸⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p.1-18.

¹⁹⁰ ARAUJO, Ionnara. Regularização Fundiária e Terras Devolutas. **R. Fac. Dir.:** UFG, v.33, n.2, p.112-127, jul./dez. 2009.

ao golpe que iniciou o Governo Provisório (1889-1891) de Deodoro da Fonseca, contou com o apoio e a pressão do Partido Republicano que era composto em sua maioria por agricultores, fazendeiros, profissionais liberais e proprietários cariocas, paulistas, mineiros, paranaenses insatisfeitos com a abolição da escravidão. O golpe promoveu o estabelecimento de alianças políticas para a manutenção do poder. No Rio Grande do Sul, os liberais eram maioria e estavam apoiando o retorno a monarquia, diante disso Deodoro exilou Gaspar Silveira Martins, presidente da província, e nomeou Júlio de Castilhos¹⁹¹. O que fomentou a rivalidade e a violência entre os republicanos e federalistas do estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao sistema econômico colonial¹⁹², o que afetou a política da província, pois, em primeiro momento os Partidos Liberal e Conservador se alternaram no governo local durante o Segundo Reinado (1840-1889), com o tempo, o Partido Liberal tornou-se hegemônico, e passou a usufruir sozinho o poder político provincial¹⁹³. Com isso surgiu tardiamente os interesses republicanos no Rio Grande do Sul, com a criação em 1882 do Partido Republicano Rio-Grandense, que congregou jovens republicanos de orientação positivista, sendo destaque Júlio de Castilho. Ou seja, na época da Proclamação da República o Partido Republicano local ainda era pequeno e sem força política¹⁹⁴.

Com a Constituição da República de 1891 o sistema federativo foi instituído e confirmou Deodoro da Fonseca como presidente do país, que deveria governar até 1894. O presidente concedeu anistia aos exilados políticos e Gaspar Silveira Martins pode retornar ao Rio Grande do Sul¹⁹⁵. A Constituição dava liberdade para os Estados se organizarem, sendo assim no Rio Grande do Sul, formou-se uma Assembleia Constituinte composta apenas por Deputados do Partido Republicano rio-grandense¹⁹⁶. Na prática a Assembleia instituiu poder centralizado nas mãos do presidente do Estado e permitiu ao Legislativo apenas funções de análise e aprovação de orçamento, ou seja, o Legislativo não tinha mais autonomia. Em 1892, reformulando o antigo Partido Liberal foi fundado o Partido Federalista, para ser oposição a Júlio de Castilhos, tendo como um dos principais líderes Gaspar Silveira Martins.

191 PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana; AMÂNCIO, Silvia; IPÓLITO, Veronica. *Op., Cit.*

192 FRAGA, Gerson; GRITTI, Isabel. Os farroupilhas em três tempos: aspectos da Guerra dos Farrapos e suas celebrações na imprensa sul-rio-grandense por ocasião de seu centenário e sesquicentenário. In: RADIN, José; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (Org). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015. P. 191

193 PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana; AMÂNCIO, Silvia; IPÓLITO, Veronica. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

194 Ibidem.

195 Ibidem.

196 Ibidem.

Com relação aos primeiros anos da República Bormann destaca o seguinte:

Foi a má política do início do regime republicano a fonte dos nossos males. Ela derruiu moral e materialmente o país e extremando os partidos, dividiu, por tanto, profundamente a família brasileira ao ponto de seus ódios levá-la a luta armada, imprimindo-lhe um aspecto de perversidade repugnante. [...] Homens completamente desconhecidos foram guindados até as altas regiões políticas e administrativas, sem competência, e o resultado foi não passarem de títeres nas mãos dos mais hábeis¹⁹⁷.

Bormann, aponta que as origens da Revolução Federalista foi uma má política desenvolvida por Deodoro da Fonseca nos primeiros anos da República, que dividiu os partidos brasileiros e fomentou a violência partidária principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, entre Federalistas e Republicanos e destaca a falta de competência dos ministros que faziam parte do congresso que não souberam mediar a situação. Outro fato que Bormann destaca é o Golpe de Estado proferido por Deodoro em 3 de novembro de 1891:

O velho soldado, ferido em seu amor-próprio, sentiu dolorosamente a ingratidão daqueles que julgará sustentáculos de sua política e, para vingar agravos pessoais, atirou-se ao congresso, dissolveu-o, perseguiu os oposicionistas; enfim, opôs à força ao direito sem medir a extensão dos males que fatalmente produziria esse ato violento, injustificável e imprudente¹⁹⁸.

Ao dissolver o congresso e perseguir oposicionistas Deodoro teria desencadeado diversos fatores que contribuíram para a sua renúncia. O Estado do Paraná apoiou o golpe, gerando ataques da oposição por meio da imprensa¹⁹⁹. Deodoro acreditava contar com apoio da Marinha, das Forças Armadas e do povo. Diante das pressões e falta de apoio, o Marechal renunciou ao poder e seu vice Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República²⁰⁰. Em primeiro momento a renúncia de Deodoro restabeleceu os ânimos, porém, as medidas que Floriano tomou deu fôlego a novos descontentamentos.

Uma das primeiras medidas de Floriano foi exonerar a maioria dos chefes de governo estaduais que haviam apoiado Deodoro da Fonseca, trazendo intranquilidade e feriu a autonomia dos Estados²⁰¹. No Rio Grande do Sul, apesar de Júlio de Castilho ter apoiado Deodoro da Fonseca, a outra facção política local, o Partido Federalista, era radical na

197 BORMANN, José B. **Dias Fraticidas**: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typ. Da Livraria Economia Annibal Rocha e Cia, 1901.

198 BORMANN, José B. *Op., Cit.* P.20

199 Ibidem, p. 22.

200 BORMANN, José B. **Dias Fraticidas**: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typ. Da Livraria Economia Annibal Rocha e Cia, 1901.

201 PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana; AMÂNCIO, Silvia; IPÓLITO, Veronica. *Op., Cit.*

percepção de Marechal Floriano Peixoto levando-os a apoiar Júlio de Castilhos. Tal situação propiciou mais rivalidade política entre os federalistas e republicanos.

No Rio Grande do Sul, além da eclosão da Revolução Federalista houve a eclosão da Segunda Revolta da Armada, tendo como um dos líderes Almirante Custódio Melo que se posicionou contrário ao apoio de Floriano a Castilhos. Os marinheiros formaram focos de conflito no Rio de Janeiro e tomaram a ilha de Desterro, aliando-se aos federalistas do Rio Grande do Sul²⁰².

Sobre as causas da Revolução Federalista, Gunter Axl diz que:

O objetivo direto da Revolução era a derrogação da Constituição estadual de 14 de julho de 1891, que aluía a separação dos Poderes e facultava ao mandatário reeleições indefinidas, bem como a remoção de Castilhos do Governo. Se combatia também, entretanto, o Regimento Eleitoral Alvim e o presidencialismo florianista. Já, para os castilhistas, resistir tratava-se de consolidar a hegemonia republicana positivista e não parlamentar, além de afastar o fantasma da restauração monárquica, igualmente temido por Floriano Peixoto²⁰³.

A revogação da Constituição Estadual e a derrubada de Júlio de Castilhos como governador do Estado era o grande objetivo, demonstrando que o conflito tinha o formato de uma Guerra Civil do que uma revolução. Inicialmente não pretendiam alterar as estruturas sociais, econômicas ou política da província, mas promover modificações políticas bem pontuais, de acordo com o interesse do partido. Os castilhistas resistiram, pois, tratava-se da consolidação da República.

Com a expansão da revolução para os demais estados, a Colônia Militar do Xapecó, surge como uma das possibilidades de invasão, devido a possibilidade de fornecer armamentos e alimentos para os revoltosos. Uma importante fonte para analisarmos a Revolução Federalista é o livro redigido por Bormann intitulado “Dias Fraticidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná”, escrito e publicado no ano de 1901, pouco tempo depois de deixar a direção da Colônia. Sendo um memorial da Revolução Federalista ocorrida no ano de 1893. O livro é uma espécie de retratação sob os acontecimentos da Revolução envolvendo a Colônia Militar do Xapecó. Em abril de 1894 Bormann foi dispensado do cargo de diretor da Colônia e de comandantes da Guarnição e fronteira de Palmas, além de ser transferido para a segunda classe do Exército, resultante de uma denúncia de suposta traição. De acordo com o Ministério da Guerra Bormann estaria abrigando federalistas na Colônia Militar do Xapecó. As acusações

202 PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana; AMÂNCIO, Silvia; IPÓLITO, Veronica. *Op., Cit.*

203 AXT, Gunter. *A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil*. Rio de Janeiro: **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, p. 107-136, 2018. P.115

a Bormann, foram posteriormente revogadas e houve retratação por parte do Ministério da Guerra, destacando a lealdade de Bormann à República²⁰⁴.

Com o avanço dos ideais da revolução para os territórios de Santa Catarina e Paraná, bem como a suposta presença de federalistas no interior da Colônia Militar do Xaçepó, Bormann foi chamado a capital do Estado do Paraná para prestar esclarecimentos. Foi dispensado do cargo de diretor da Colônia e de Comandante da Guarnição e Fronteira de Palmas e transferido para a segunda classe do Exército. Em seu desfavor também, foi expedido uma ordem de prisão²⁰⁵.

Sobre a situação da fronteira de Palmas em função da Revolução Federalista Bormann destaca o seguinte:

Mas, se na capital do Estado, e na maior parte do seu território, tudo apresentava um aspecto tranquilizador, não sucedia o mesmo na Fronteira de Palmas, onde os acontecimentos do Rio Grande faziam impressão, agitavam o espirito público, segundo sua importância e gravidade²⁰⁶.

A agitação na fronteira era consequência da deposição de Júlio de Castilhos. Seus amigos e correligionários que constituíam o partido republicano, eram perseguidos no interior e nas fronteiras do Estado e o Paraná e a Colônia serviram de refúgio a republicanos que residiam na região norte do Rio Grande do Sul²⁰⁷.

Nesse cenário de possível invasão da Colônia Militar do Xaçepó pelos federalistas o telégrafo, instalado as vésperas da Revolução, se tornou uma ferramenta utilizada a favor dos federalistas devido as falsas informações disseminadas por Henrique Widikim, telegrafista de Palmas, assim descrito por Bormann:

Um telegrafista de Palmas, exaltado federalista, chamado Henrique Widikim, quer fosse enganado pelos seus colegas das estações telegráficas de Curitiba e do interior quer das estações do Rio Grande, ou quer de motu-próprio, o que parece mais provável enviava notícias a Prestes Guimarães, telegramas falsos de amigos e correligionários deste informando que a revolução tinha irrompido, que Castilhos caiu do poder e refugiara-se na campanha, onde reunia gente contra o Marechal Floriano²⁰⁸.

As informações passadas por Henrique Widikim a líderes federalistas da região tencionaram ainda mais a fronteira do Paraná com o Rio Grande do Sul. Os telegrafistas

204 Ibidem. p. 28

205 Ibidem. p. 28

206 BORMANN, José B. *Op., Cit.* p. 29

207 BORMANN, José B. *Op., Cit.* P.56

208 BORMANN, José B. *Op., Cit.* P. 70

deveriam ser bem treinados, a fim de conseguir transcrever com êxito as mensagens passadas com o Código Morse. A maioria das informações recebidas por Widikim vinham de Curitiba, o que nos faz pensar sobre as intencionalidades desse telegrafista. Mesmo que as informações não fossem modificadas ou geradas por ele, a disseminação era por sua própria conta e risco, o que demonstra o seu interesse para que elas chegassem a Colônia Militar e a Prestes Guimarães.

Levantamos a hipótese de que as falsas informações divulgadas por Widikim tinham o intuito de promover conflitos e levar à invasão da fronteira de Palmas, o fato de Bormann acreditar ser de “motu-próprio” decorrente das falsas informações divulgadas anteriormente. No decorrer do livro, Bormann destacou várias vezes em que os telegramas eram falsos ou que foram divulgados para outras pessoas além dos destinatários, ou seja, o telegrafista não respeitou a privacidade dos telegramas. As falsas informações tiveram consequências para a Colônia Militar. Fomentou a possibilidade de um conflito armado entre a tropa de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, que estava no Goio-En e forçou José Bernardino Bormann a tomar um posicionamento, que até o momento constituía-se em neutralidade.

Antônio Ferreira Prestes Guimarães foi, ainda durante a monarquia, vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul e um dos líderes maragatos na região de Passo Fundo, chegando a comandar a Divisão do Exército Libertador Federalista²⁰⁹. Após a deposição de Júlio de Castilhos em 1891, ocupou a cidade de Passo Fundo e Tomou o poder municipal. Os republicanos não aceitaram o fato e liderados pelo Coronel Francisco Marques Xavier Chicuta, que estava na chefia do Partido Republicano em Passo Fundo²¹⁰, iniciaram a concentração reunindo-se em armas na sede do município. Prestes Guimarães, juntamente com Frederico Schultz, Veríssimo da Veiga e Borges Vieira organizaram a liderança do Partido Federalista em Passo Fundo, com centenas de adeptos²¹¹. O assassinato de Chicuta provocou o acirramento do confronto no município e levou Prestes Guimarães e sua família a se retirar para Nonoai, posteriormente Curitiba²¹² e na Colônia Militar do Xapecó.

A presença de Prestes Guimarães na Colônia foi um dos principais motivos que fundamentaram a desconfiança de uma possível traição por parte de Bormann que esclareceu a presença de Prestes Guimarães e de outros federalistas na Colônia consequência do seguinte “nessa época tínhamos ordens para dar proteção a esses emigrados e elas persistiam enquanto

209 NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana. **Vultos da História de Passo Fundo**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014. P. 27

210 FERREIRA, Mariluci. **A trajetória política de Prestes Guimarães**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014. P. 56

211 Ibidem, p. 57.

212 Ibidem, p. 59.

os acontecimentos no Rio Grande apresentavam uma feição puramente local ou doméstica por consequência, esses fugitivos eram perfeitamente recebidos e tratados”²¹³. Ou seja, a presença de federalistas na Colônia é justificada devido a ordens, possivelmente da Província do Paraná ou do Ministério da Guerra, de abrigá-los, outra questão que justifica tal decisão é que a “população de Palmas era em sua maioria federalista, de modo que os emigrados ainda tinham a seu favor as simpatias do povo, e isso facilitava-lhes tudo”²¹⁴. Portanto, para manter a tranquilidade da Fronteira de Palmas, era necessário um bom relacionamento com os federalistas.

Bormann tinha ordem de manter a neutralidade até o momento em que a luta se mantivesse no Estado do Rio Grande do Sul a irradiação da revolução por outros estados modificou todas as relações mantidas até então naquela fronteira. A situação de Bormann era complicada. Enquanto militar deveria ser leal ao Ministério da Guerra, porém, estava em uma região cheia de federalistas e a Colônia estava muito mais próxima de Palmas do que de Curitiba e do Rio de Janeiro, por uma questão estratégica era necessário manter as boas relações com os federalistas de Palmas, principalmente se levar em consideração a vida política de Bormann no estado do Paraná.

As falsas informações contidas nos telegramas fizeram com que José Bernardino Bormann, ocupasse a vila de Nonoai com o intuito de manter as comunicações entre o Paraná e o Rio Grande do Sul²¹⁵, sem as intervenções de Widikim. Afirma que tinha sob suas ordens apenas meia dúzia de praças de linha, e para fazer os serviços na colônia reunia os colonos mais jovens, enfatiza que se tivesse que ocupar militarmente Nonoai não poderia fazer sem chamar as armas todos os jovens da colônia.

Com a circulação das falsas informações de Henrique Widikim ficou impossível para Bormann manter a neutralidade. Com a deflagração do conflito seu posicionamento seria a favor da República e não dos federalistas. A ameaça de invasão dos federalistas fez com que Bormann construísse um sistema de fortificação na Colônia, além de convocar todos os homens válidos, cerca de 300, que foram distribuídos da seguinte forma: 200 praças de infantaria, comandadas pelo capitão honorário Tertuliano Albuquerque, 60 de cavalaria, sob o comando de João Batista Xavier e 30 para as guarnições da artilharia, subordinadas ao capitão Vitorino

213 BORMANN, José B. **Dias Fraticidas**: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typ. Da Livraria Economia Annibal Rocha e Cia, 1901. P. 56

214 Ibidem, p. 72.

215 BORMANN, José B. *Op., Cit.* P. 71

Geolás²¹⁶. Grande maioria dos convocados não tinha a mínima instrução militar, ou seja, em caso de ataque seriam facilmente rechaçados. Uma das constantes reclamações de Bormann era sobre as poucas praças militares disponíveis para aquela Colônia, o que tornava o policiamento da região quase impossível. Bormann destaca que “A força do exército que guarnecia a colônia era insignificante: requisitamos mais gente e ordem para arregimentar os colonos a vista do estado de coisas. Era, então, Comandante do Distrito o General Sebastião Raymundo Ewerton Quadros, soldado valente”.

Bormann tentou contato com o Comandante do Distrito e com o Governador do Estado, a fim de pedir notícias, mas “o telégrafo conservava-se mudo para nós, então diretor da Colônia e Comandante da Fronteira”²¹⁷. Por consequência da à atuação de Widikim, o telégrafo mudo teria sido proposital, para deixar Bormann sem saber do que estava acontecendo no restante do Estado impossibilitando-o de estabelecer comunicação com quem pudesse esclarecer a situação.

Com relação a tropa de Prestes Guimarães:

Prestes Guimarães preparava-se, a vista da insistência das notícias favoráveis, para transpor o Goio-En, e com efeito, passou o rio a frente de 100 homens; mas, encontrando forças muito superiores retrocedem. A notícia da invasão foi transmitida para Passo Fundo e Palmeira e rapidamente destas localidades marcharam forças civis contra o invasor, e reuniram-se em Nonoai. Não chegaram as respostas dos vários telegramas dirigidos ao governo pelo Comandante da Fronteira de Palmas²¹⁸.

O falso telegrama de Widikim causou muita tensão entre a Colônia do Xapecó e Prestes Guimarães que só não invadiu a Colônia Militar devido número de homens que José Bernardino Bormann conseguiu reunir e a repressão que sofreu das forças civis de Passo Fundo e Palmeira que rapidamente reuniram-se em Nonoai. De acordo com Bormann “Os telegramas que levaram esse chefe federalista a invasão, sem dúvida eram forjados pelos próprios telegrafistas, pois, não é admissível que particulares pudessem transmitir notícias falsas e tão alarmantes pelo telegrafo”²¹⁹. O uso do telégrafo como meio de transmissão de informações sobre a Revolução Federalista causou um impacto na Colônia Militar do Xapecó e se demonstrou como um instrumento eficaz nas disseminações rápidas de falsas informações, que trouxeram prejuízos a Bormann e a Colônia Militar.

216 XAVIER, Aristóteles. **O Centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944. p. 107

217 BORMANN, José B. *Op., Cit.* p. 71

218 BORMANN, José B. *Op., Cit.* p. 73

219 *Ibidem*, p. 75.

A Colônia Militar não chegou a ser invadida. A Divisão do Norte comandada pelo general Pinheiro Machado se aproximou da região, passando pela Colônia Militar do Xapecó, onde se abasteceram de armamento, munição, equipamento e animais²²⁰. Caso houvesse a invasão, os relatos de Bormann apontam que em função do pequeno contingente militar e os combatentes paisanos, sem a mínima instrução de guerra, a Colônia seria facilmente tomada.

Devido a suspensão por 23 anos da instalação da Colônia, levantamos algumas hipóteses, tendo como base Relatórios do Ministério da Guerra do Ministério das Relações Exteriores. A Colônia Militar do Xapecó foi instalada em território considerado estratégico, tanto militarmente, quanto economicamente, porém, nos anos que Bormann ficou em sua direção a Colônia não obteve autonomia financeira devido à falta de estradas que a ligassem aos mercados comerciais próximos. O Ministério da Guerra desejava que a Colônia fosse um posto de guerra e um centro econômico, mas não disponibilizou estruturas para isso.

A falta de uma regulamentação da questão fundiária da Colônia gerou conflitos territoriais que ainda estão em andamento no tempo presente, no âmbito judicial, expresso nos inúmeros processos de usucapião. Outra questão que abordamos foram as consequências da transição Império para a República, que dificultou ainda mais o gerenciamento do estabelecimento, devido a não atualização dos valores de subsídios do Ministério da Guerra e no meio disso ainda houve a Revolução Federalista, que tensionou a fronteira com o estado do Rio Grande do Sul e trouxe consequências para José Bernardino Bormann, pois teve um posicionamento ambíguo, que gerou interpretações duvidosas sobre sua postura militar. No capítulo III faremos uma discussão focada nos personagens que construíram e fizeram parte da Colônia Militar do Xapecó.

220 Ibidem. p. 108

CAPÍTULO III

MILITARES E CIVIS MORADORES DA COLÔNIA MILITAR DO XAPECÓ

O presente capítulo faz uma discussão sobre os militares e civis que constituíam a Colônia Militar do Xapecó. Utilizaremos como fontes os Relatórios da Província do Paraná e do Ministério da Guerra, os Relatórios dos diretores da Colônia dos anos de 1888, 1898 e 1903. E o Recenseamento da Comarca de Palmas realizado em 1890, além de reportagens de alguns jornais, como o Jornal do Comércio e a Gazeta Paranaense.

Os Relatórios da Província do Paraná e do Ministério da Guerra não apresentam muitas informações sobre a população da Colônia. A maioria das informações são sobre os militares que faziam parte da administração. Por esse motivo tivemos de fazer uso de outras fontes documentais para de tentar suprir as lacunas deixadas pelos relatórios. Os relatórios dos diretores são mais extensos e detalhados: o de 1888 relata sobre a questão dos libertos da Comarca de Palmas, nos fazendo levantar diversas hipóteses sobre a possível presença de libertos na própria Colônia. O relatório de 1898 traça um perfil do ponto de vista de José Bernardino Bormann sobre os praças do exército, nos fazendo refletir sobre a própria instituição militar, já o de 1903, apesar de ultrapassar nosso recorte temporal nos auxilia a identificar os colonos presentes na colônia. Conta com várias tabelas de títulos de terras, diferenciando os com lotes definitivos e os com lotes provisórios além de conter informações sobre a produção pastoril e agrícola.

O Recenseamento de 1890 foi de suma importância, permitindo identificar a origem dos colonos instalados na colônia, bem como sua raça, que no momento eram classificadas como branca, preta, cabocla e mestiça. A bibliografia sobre os censos nos permitiu fazer uma melhor leitura dessas categorias raciais. Os jornais vieram como um suporte para demonstrar as propagandas feitas pela província com o objetivo de atrair colonos nacionais e imigrantes. As propagandas direcionadas aos imigrantes não são em grande quantidade, sendo uma das justificativas para o pouco número desses na Colônia Militar do Xapecó. Outra justificativa é o fato de José Bernardino Bormann preferir colonos nacionais e principalmente os que já viviam na região da Colônia, que já estavam acostumados a viver longe dos grandes centros comerciais.

A população da Colônia era composta por: funcionários do Estado, no caso os oficiais militares, diretor, escrivão-almojarife, ajudante do diretor e médico; colonos com ofícios, carpinteiros, feitor, serralheiro e lavradores e suas respectivas famílias; e colonos voluntários

que permaneceram na colônia após o cumprimento do seu contrato²²¹. Só faziam parte da administração do núcleo populacional, militares com patentes e formação, sendo os sem formação definidos como praças. A construção da própria categoria de praças no século XIX justifica tais medidas do Ministério da Guerra. Muitos haviam cometido pequenos delitos e servir o exército nas Colônias Militares era uma punição. Com isso os trabalhos dos administradores da Colônia eram dobrados, pois, deveriam cuidar da população civil e ao mesmo tempo estar atento e vigiar os praças que haviam cometido algum delito.

Em nossa pesquisa nos preocupamos em observar quem eram estes homens e mulheres, bem como o papel que desempenhavam na Colônia Militar. Bormann em seu relatório de 1898 traça um perfil sobre os praças do exército, o que nos permite compreender de uma forma mais geral quem eram os militares que compunham a Colônia e como a administração os caracterizava, além disso procuramos auxílio em referências bibliográficas a fim de compreender o exército brasileiro no século XIX.

Uma das nossas maiores dificuldades foi encontrar fontes relacionadas aos indígenas e negros que viviam na região da Colônia Militar do Xapecó, a maioria dos Relatórios analisados não fazem menção aos grupos indígenas que viviam na região e nem dos demais grupos, e os que mencionavam não passava de um ou dois parágrafos, o que tornou a bibliografia sobre os indígenas e a escravidão no Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense muito importante para a presente pesquisa.

3.1 Oficiais Militares

A administração da Colônia Militar era responsabilidade de um diretor, oficial do exército brasileiro, que poderia ser ativo ou reformado, indicado pelo Presidente da Província e nomeado pelo governo. O diretor possuía poder civil e militar, detinha controle sobre todos os moradores e distribuía os títulos das terras²²², com autorização do governo estadual. Era sua responsabilidade elaborar relatórios mensais detalhados a fim de informar o Governo Provincial da situação da Colônia.

De acordo com Jéssika Bezerra os diretores tinham a tendência em apresentar informações que demonstrassem a decadência do núcleo, sendo uma tática para conseguir mais

221 BEZERRA, Jéssika de Aquino. **Civilizar os sertões, consolidar o Estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)**. 2015. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015. P. 111-112

222 BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Op., Cit.* P. 114

verbas, pois o governo tinha a intenção de reduzir os subsídios para a manutenção²²³. Visavam que as colônias fossem núcleos autossuficientes. Nos relatórios de Bormann isso fica evidente, ressalta inúmeras vezes a necessidade de boas vias de comunicação para o desenvolvimento da Colônia e a pouca verba disponível para a manutenção do núcleo, além de traçar um perfil negativo dos praças do exército. Com essas constantes reclamações Bormann tentava aumentar a verba destinada a Colônia ou até mesmo conseguir adiantamentos para a execução de serviços como medição dos lotes e construção e manutenção das estradas. Como expusemos no capítulo II percebe-se que os valores das verbas não foram atualizados de acordo com a inflação do mercado o que fez dos adiantamentos uma prática bem comum e uma das únicas alternativas para manter a colônia em funcionamento.

Difícilmente um diretor permaneceu muitos anos à frente de uma Colônia Militar, por exemplo, no período de existência da Colônia Militar do Jataí passaram por ela 13 diretores²²⁴, porém, o caso da Colônia Militar do Xapecó é distinto, pois, José Bernardino Bormann permaneceu na região do Xapecó por quase 20 anos. Ainda utilizando a Colônia Militar do Jataí como exemplo, o diretor que permaneceu por mais tempo na Colônia foi o Major Muniz e o tenente Mathias Barbosa dos Santos, com cinco anos²²⁵, apesar de não ter um período de permanência pré definido com relação aos diretores, percebe-se que não era comum a permanência por quase duas décadas do mesmo diretor na região. A rotatividade de diretores nas colônias é justificada pela distância que esses estabelecimentos tinham de centros urbanos, ficando em locais de difícil acesso, a falta de estradas em boas condições e de meios de transportes mais velozes dificultava ainda mais a situação.

Uma das constantes preocupações de Bormann era o pequeno número de praças estabelecidas na Colônia: entre 1880 e 1898 não passaram de 40 oficiais, insuficiente para se fazer o policiamento na fronteira e no estabelecimento militar. De acordo com o Relatório Arthur Durão, em 1891, houve distúrbios na Vila de Palmas e de Passo Carneiro colocando o diretor da Colônia em embarços pelo pequeno contingente militar²²⁶. Na Colônia Militar do Xapecó não se conseguia realizar com êxito o policiamento da região e muito menos garantir a segurança da população dentro e dos entornos da Colônia Militar. Apesar das constantes reclamações de Bormann o número de praças não foi ampliado, sob justificativa de falta de recursos: quanto maior o contingente militar, maiores seriam os gastos do Ministério da Guerra

223 Ibidem. p. 115

224 Ibidem. p. 115

225 Ibidem. p. 119

226 DURÃO, Arthur. **Relatório anual de 1891 da Colônia Militar do Chapecó**. Xanxerê, 1891.

com os seus salários. Como a Colônia Militar do Xapecó não conseguia ser autossuficiente era prejudicada em diversas frentes de atuação: militares, comunicações, estradas, entre outros. Após a resolução do conflito territorial com a Argentina em 1895, por meio dos Relatórios do Ministério da Guerra e da Província do Paraná percebe-se que os esforços para manter esse núcleo em funcionamento eram mínimos.

Outra questão abordada por Bormann em seu relatório de 1898 era com relação ao caráter dos praças, supostamente os piores e incorrigíveis “remetê-los para a colônia era o castigo que infligiam como se um estabelecimento destinado a fins patrióticos como este, fosse um presídio, ou uma colônia correccional ou ainda uma penitenciária!”²²⁷. Para Bormann eles prejudicavam o funcionamento da Colônia e sobrecarregavam os militares responsáveis pela administração militar, pois, deveriam ficar de olho nos praças além de fazer todos os trabalhos relacionados com o funcionamento do estabelecimento.

De acordo com Francisco Prisco de Souza Paraizo:

Para o turbulento nacional, como para o mendigo e vagabundo, um código correccional, com processo abreviado, tendo por elemento essencial da penalidade o trabalho em colônias ou presídios militares, mas sempre por tempo bastante para desarraigar o vício da ociosidade e os hábitos de desordem, é a meu ver imprescindível...²²⁸

O Império defendia a criação de um código correccional, que autorizasse os chamados desordeiros, vagabundos e mendigos a cumprirem suas penas em presídios e colônias militares tendo em vista as colônias espalhadas por todo território brasileiro. O que reforça e ilustra que servir em uma Colônia Militar afastada em regiões longínquas e de fronteira era considerado nos meios militares como um castigo. Evandro Ritt cita como exemplo o caso do Coronel Torres Homem que assumiu a administração da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, sendo esse um castigo imposto por insubordinação pela Revolta da Armada que havia ocorrido no Rio de Janeiro²²⁹.

De acordo com o relato de Bormann pode-se dizer que alguns dos praças estavam cumprindo alguma pena, pois, não tinham nenhum tipo de “ofício” e eram constantemente questionados com relação a sua índole. O degredo servia como política povoadora para as colônias afastadas das capitais e como forma de exclusão dos elementos sociais indesejáveis

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ GUERRA, Ministério. **Relatório Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1884. Anexo XVI.

²²⁹ RITT, E. **A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. p.99-100

que ameaçavam a ordem. Essa prática no Brasil teve início no começo do século XIX²³⁰. Isso fica evidente em uma reportagem presente no jornal Gazeta Paranaense:

Ao do 2º corpo, verificando-se, pelo que pondera v.s. em seu ofício n. 1056 de hoje, que em 2 de julho p. futuro que o soldado do corpo sob seu comando José de Sant'Anna, destacado na Colônia Milita do Chapecó, termina o tempo a que é obrigado a servir no exército, visto ter o referido soldado de descontar em seu tempo de serviço três meses que cumpriu de sentença, imposto pelo supremo conselho militar de justiça...²³¹

A presença de soldados cumprindo pena em Colônias Militares era algo contraditório. Esses soldados deveriam manter a segurança da população e ser o “exemplo” da ordem, o que de fato não ocorria, dificultando a função do diretor da Colônia, que deveria administrar o estabelecimento e, ao mesmo tempo policiar os sentenciados, garantindo que cumprissem suas funções como colonos militares. Nos jornais do Estado do Paraná foram publicadas várias notícias relacionadas a fuga de alguns praças, que eram caracterizados como desertores, (sendo esse um crime militar). Como a região de fronteira era de mata fechada, a possibilidade de fuga era algo recorrente.

Para embasar suas críticas com relação a índole dos praças, Bormann deu o seguinte exemplo, no relatório de 1898:

Para dar uma ideia do pessoal que aqui tem estado basta consignar que em dezesseis anos e cinco meses de existência da Colônia, apenas uma só praça se tornou cabo do primeiro batalhão de engenharia, Antonio Ribeiro dos Santos, falecido em mil oitocentos e noventa e quatro, pode-se confiar diligências como ir em serviço a Capital, comandar uma escolta, ou um destacamento!²³²

Para compreendermos a afirmação de Bormann é necessário a contextualização sobre como ocorria as promoções no Exército brasileiro no século XIX. Em 1850 foi promulgada a Lei nº 585, de 6 de setembro de 1850, que tinha como finalidade regular o acesso aos postos oficiais²³³. Tal lei acentuou o caráter profissional militar, pois, exigia critérios rígidos de promoção, abolindo o sistema aristocrático, fazendo com que os filhos da elite passassem a se

230 FERREIRA JUNIOR, Francisco. **A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX.** 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p.19

231 CARRÃO, Benedicto. Secretaria Militar. *Gazeta Paranaense*. Curitiba, p. 4-4. 01 mar. 1882.

232 BORMANN, José Bernardino. **Relatório da Colônia Militar do Xaçepó.** Xanxerê, 1898.

233BRASIL. Lei nº 585, de 6 de setembro de 1850. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-585-6-setembro-1850-559825-publicacaooriginal-82236-pl.html>>. Acesso em 09 de jan. 2019.

dedicar as profissões liberais, onde a ascensão era mais rápida²³⁴, portanto, carreira militar tornou-se pouco atrativa para a elite brasileira.

Mesmo com a regulamentação ao acesso aos quadros oficiais pela Lei promulgada em 1850, ainda era costume se utilizar de ligações pessoais para a ascensão na carreira. Outro fator era a estrutura do ensino militar, que tinha melhores condições na Corte, enquanto o restante do país sofria com instalações precárias²³⁵. A lei não abolia as antigas práticas, de acordo com o Art. 7 poderiam ser feitas promoções por serviços considerados relevantes, como ações de bravura e inteligência, além do tempo de serviço²³⁶. Portanto, para conseguir uma promoção na Colônia Militar do Xapecó, devido a distância das escolas militares para uma formação, os praças necessitavam ter algum feito de bravura, além de permanecerem no serviço militar um tempo superior a dois anos, e durante o período que Bormann permaneceu no estabelecimento somente uma praça conseguiu promoção, tornando-se cabo de engenharia.

Com a Proclamação da República foi elaborado pelo Congresso Constituinte uma nova Constituição Federal no ano de 1891. No artigo 87, inciso 3, é abolido o recrutamento militar forçado. O Exército e a Armada seriam compostos a partir de então pelo voluntariado e sorteio em caso da falta de voluntários²³⁷.

As juntas de alistamento eram formadas pelo juiz de paz, pelo subdelegado e pelo pároco local. Tal lei gerou descontentamento da população, causando inúmeros conflitos, pois:

A modernização do recrutamento será interpretada pela população livre como uma ampliação injustificada dos encargos exigidos pelo Estado imperial, uma ameaça à liberdade que aproximaria perigosamente a condição do homem livre pobre daquele cativo. Ser soldado no Brasil imperial significava estar sujeito a longos anos de disciplina brutal e arbitrária, trabalhos pesados, privações²³⁸.

No período de instalação da Colônia Militar do Xapecó, o Exército estava passando por mudanças significativas com relação a sua organização, o que fica evidente nas declarações de Bormann, que menosprezava os praças recrutadas. O recrutamento forçado realizado era uma forma de controle social. Punia seletivamente os indivíduos considerados turbulentos, que cometiam pequenos crimes, maridos infiéis, filhos desobedientes e trabalhadores pouco

234 NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A imprensa periódica militar no século XIX: Política e Modernização no Exército Brasileiro (1850-1881)**. 2015. 473 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p.80

235 Ibidem, p.81.

236 BRASIL. Lei nº 585, de 6 de setembro de 1850. Rio de Janeiro, 1850. Op., Cit.

237 BRASIL. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 08 de jan. 2019.

238 Ibidem, p.271.

diligentes²³⁹. Portanto, como já ressaltado anteriormente, o recrutamento era uma forma de punição. Tal prática não foi abolida com a Lei de 1875, nem com a Constituição de 1891, pois, praças sem habilitações e de índole duvidosa, de acordo com Bormann, foram recrutadas para servirem na Colônia no período de 1882 a 1898. O que podemos observar na afirmação de Peter Beattie:

De fato, o Exército desse período era o lugar para onde os agentes do Governo enviavam os detidos, os inconformistas, os vadios e os suspeitos. Por essa razão, é possível concluir que o recrutamento permaneceu forçado, em alguma medida e provavelmente decrescente, por todo o período que precedeu o estabelecimento do sorteio militar no Brasil²⁴⁰.

As mesmas práticas no início do Império continuavam a ser aplicadas por todo o Brasil. O recrutamento militar continuou a ser forçado e servindo como forma de controle social da população.

De acordo com Adelson Bruggemann:

Durante o século XIX eram recorrentes as reclamações referentes a população livre e pobre brasileira e o recrutamento forçado recaiu sobre essas camadas mais pobres da população. O resultado, portanto, não poderia ser muito diverso: se as autoridades reclamavam das pessoas livres e pobres e as recrutavam a força para o Exército: como esperar que o confinamento em uma colônia militar no interior do Brasil, longe da família desses recrutas e de outras relações estabelecidas no local de origem, poderia torna-los cidadãos disciplinados, ordeiros e lavradores²⁴¹?

O questionamento de Bruggemann nos leva a ponderar sobre o método de recrutamento dos militares que compunham o Exército não se poderia esperar um perfil diferente dos colonos militares. De acordo com Bormann apenas uma praça de todo o pessoal da Colônia, concluiu o tempo, e dedicou-se a lavoura e a criação. Considerado um dos melhores colonos, sendo o colono Zeferino Veloso Silveira, ex-praça do primeiro batalhão de infantaria²⁴². Depois de concluído o tempo de serviço dos praças, elas e suas famílias deixavam a colônia, apesar dos esforços do Ministério da Guerra para o estabelecimento delas na Colônia como se lê em uma nota publicada no Jornal O Paiz, em 1887:

O Sr. Ministro da guerra mandou destacar para as colônias do Chopim e do Chapecó praças da guarnição da província do Paraná que estiverem prestes a terminar o seu tempo de serviço e manifestarem a intenção de se estabelecer naquelas colônias. Por

239 Ibidem, p.272

240 FERREIRA, Bruno T. HANEMANN, Marcos. A imagem dos praças na formação do Exército Brasileiro (1864-1895). **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 58, jun. 2013. Apud BEATTIE, Peter p.26

241 BRÜGGEMANN, Adelson. *Op., Cit.* P.124

242 BORMANN, José Bernardino. **Relatório anual de 1898 da Colônia Militar do Xaçepé**. Xanxerê, 1898.

esse modo procura o Sr. Ministro da guerra, não só reforçar o destacamento das duas colônias, como ter em prazo curto colonos conhecedores do lugar e já aclimatados²⁴³.

O isolamento da Colônia com relação aos centros urbanos era um grande empecilho para a permanência dos militares na região. Outra questão é que apesar de não serem mais militares se permanecessem na colônia deveriam continuar se comportando como militar, pois a colônia era administrada por militares.

O relatório escrito por Bormann em 1898, demonstra a manutenção, ao longo do final do século XIX, de uma mesma opinião a respeito dos soldados do Exército brasileiro, onde a caracterização das más qualidades dessas pessoas reforça a interpretação da história das Colônias Militares no Brasil, especialmente ao predispor a ideia de insucesso desse sistema de colonização relacionada ao tipo de pessoa que formaria essas colônias.

Outra situação que merece destaque é a deserção dos soldados. No jornal *Dezenove de Dezembro* de 12 de julho de 1882, há uma reportagem sobre a deserção do Soldado Pedro José Caetano do Conto, que fez parte do contingente que acompanhou a comissão encarregada da fundação da Colônia²⁴⁴. O isolamento da colônia não era visto com bons olhos pelos militares, pois, não havia muito o que se fazer nos momentos de folga, não havia onde “gastar o soldo” e nem atividades relacionadas a recreação.

Nos documentos analisados os únicos militares citados eram aqueles que tinham algum cargo administrativo, sendo os almoxarifes, escrivães e médicos, os praças do exército só são mencionadas em reportagens de jornais quando são desertores ou caso se deslocam a capital do estado, por ordens do diretor afim de executar alguma função, como a busca de armamentos, medicamentos ou adiantamentos financeiros. Um dos militares que dispomos de maiores informações foi Ismael da Rocha, pois, conta com uma biografia escrita pelo Militar Alberto Martins da Silva. Ismael foi contratado como médico da Colônia Militar do Xapacó, em 28 de setembro de 1881, tendo apenas 23 anos, onde permaneceu até o ano de 1886, quando foi mandado passar a disposição do Ministério de Estrangeiros para fazer parte da Comissão de Limites entre o Brasil e a República Argentina²⁴⁵, o 2º cirurgião José Antonio Alves Pinto foi nomeado médico da Colônia em seu lugar²⁴⁶. Também no ano de 1886, Ismael da Rocha foi nomeado para o cargo de delegado de higiene da Vila de Palmas. Em 1890 foi transferido para

243 **O PAIZ**. Rio de Janeiro, 1887. P.1

244 **Dezenove de Dezembro**. Curitiba. 12 de julho de 1882. P.3

245 SILVA, Alberto M. da. **Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): Sua vida de Cientista e de Militar**. Brasília: Thesaurus, 2004. P.16-18

246 Relatório, 1888. P.117

o Rio de Janeiro, onde passou a ocupar a função de assistente do General médico Antônio de Souza Dantas. No fim do mesmo ano foi designado a viajar a Europa a fim de estudar a cura da tuberculose²⁴⁷.

Em 1890 o médico do estabelecimento era Publio Ferreira Baptista, adjunto do exército, que exerceu cumulativamente as funções de farmacêutico. Também era jovem e tinha pouco tempo de formado quando adentrou na Colônia Militar²⁴⁸. De acordo com Arthur Durão cometia algumas falhas resultado da pouca experiência. Percebe-se que os médicos destacados para a Colônia eram frequentemente jovens e inexperientes²⁴⁹, o que demonstra a dificuldade de designar médicos para região. Como era em um local afastado dos grandes centros urbanos, dificilmente um médico renomado e com família aceitaria se estabelecer em local tão longínquo. A Colônia também careceu de médicos por determinado período como fica evidente a seguir no relatório de Bormann, de 1898:

Faleceram cinco pessoas todas no mês de dezembro, sendo quatro crianças, duas do sexo masculino e duas do feminino e um adulto maior de setenta anos, todos sem assistência médica, por não haver um facultativo nessa colônia. Tomo a liberdade de novamente lembrar a Vossa Excelência a necessidade absoluta de nos servir nesta Colônia um facultativo, pois com a população nela existente julgo que muitas pessoas falecem devido a não serem convenientemente medicadas, como sucedeu o mês de dezembro findo²⁵⁰.

Os jovens médicos após ganharem certa experiência eram realocados pelo Ministério da Guerra, usamos como exemplo, a transferência de Ismael da Rocha no ano de 1890 para o Rio de Janeiro onde ocupou a função de assistente do General médico Antônio de Souza Dantas²⁵¹, ou seja, a permanência desses médicos na Colônia era somente para ganharem alguma experiência para posteriormente serem realocados em outros cargos com mais prestígio e visibilidade nos centros urbanos.

No ano de 1887 o destacamento Militar da Colônia contava com 27 praças, sendo 16 do Batalhão de engenheiros, 9 do 3º Regimento de artilharia a cavalo e 2 do 2º Corpo de cavalaria sob o comando do Tenente Rodrigo José de Figueiredo Neves Junior. O redator do Relatório de 1887 abordava a conveniência de aumentar o número de praças para 50, a fim de melhor defender aquela região²⁵², mas na realidade sempre aconteceu o aposto, a Colônia

247 SILVA, Alberto M. da. *Op., Cit.*

248 DURÃO, Arthur. **Relatório anual de 1891 da Colônia Militar do Chapecó**. Xanxerê, 1891.

249 Ibidem.

250 BORMANN, José Bernardino. **Relatório anual de 1898 da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1898.

251 SILVA, Alberto M. da. *Op., Cit.* P.21

252 RELATÓRIO, 1888. P. 117

constantemente perdia militares, com as deserções, o fim dos contratos de serviços e poucos eram substituídos.

Outro militar que participou da comissão de instalação da Colônia foi Marciano Augusto Botelho de Magalhães, irmão de Benjamin Constant e veterano da Guerra do Paraguai²⁵³. Em 1885 quando Bormann foi desligado da comissão e nomeado diretor, Marciano foi nomeado chefe da comissão ficando responsável pela construção de estradas, prédios públicos e pela elaboração do *Contracto dos Colonos*²⁵⁴.

Outros militares que fizeram parte da administração da Colônia quando Bormann era diretor foram o Capitão de Engenheiros Arthur Pereira de Oliveira Durão como ajudante, José Joaquim da Silva Santigado como escrivão e almoxarife²⁵⁵, o Capitão de Estado Maior de 1ª Classe Antonio Vasconcellos de Menezes, o 1º Tenente de Artilharia João Carlos Pereira Ibiapina²⁵⁶.

Sobre a administração militar, Bormann diz o seguinte em uma matéria do jornal O Xapecó do ano de 1892:

Enfim, se nos fosse dado comparar o progresso moral que se observa nesta região remota, onde assenta a linda povoação do Xanxerê, progresso moral devido a nossa energia, ao nosso patriotismo, e aos nossos sacrifícios de toda espécie, com o estado das comunicações, das pontes, do que constitui, em uma palavra, o progresso material, poderíamos dizer com orgulho: nós temos feito muito, mas muito mais do que podíamos: os governos, porém, nada, nada, nada fizeram em relação ao que podiam fazer²⁵⁷.

Na publicação Bormann aproveitou para se autopromover, destacando que por consequência do seu patriotismo, energia e aos sacrifícios houve muito “progresso moral”, o que salienta que a Colônia era um núcleo fiscalizador e possivelmente opressor nas fronteiras do território brasileiro, é interessante destacar que dentro da colônia havia um prédio que servia de cadeia para aqueles que descumprissem a lei na região. Também aproveitou para fazer uma crítica aos governos, tanto estadual quanto federal, os culpando pelo raquítico desenvolvimento do “progresso material”.

253 MUAZE, Mariana. O Império do Retrato: Fotografia e Poder na sociedade oitocentista. **Projeto História**: São Paulo, n. 34, jun. 2007. P.169-188.

254 GUERRA, Ministério. **Relatório Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmer, 1885.

255 GUERRA, Ministério. **Relatório Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1891. P. 49.

256 GUERRA, Ministério. **Relatório Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1893. P.47

257 BORMANN, José B. **O Xapecó**, 1892.

3.2 Civis

Além dos militares que compunham a administração da Colônia e os praças responsáveis pelo patrulhamento da região e segurança, havia civis, os não militares que compunham o estabelecimento. Aqui os classificamos como caboclos, imigrantes, negros e indígenas, utilizando principalmente como fonte o Censo Demográfico da Província do Paraná no ano de 1890.

Nos relatórios aqui analisados a população não militar foi muitas vezes esquecida, devido a forma com que os Relatórios do Ministério da Guerra e da Província eram elaborados. Como já destacamos os Diretores que passavam pela Colônia tinham como tarefa essencial a elaboração de relatórios bem descritivos, sobre a população, atividade agrícola e pastoril, título de terras, matrículas dos colonos, enfim tudo o que acontecesse na Colônia. Esses relatórios, em suma, eram sintetizados pelo Ministério da Guerra e pelo Governo do Estado, sendo assim muitas informações, principalmente as relacionadas a população não foram reproduzidas. No momento acreditavam ser necessário dar ênfase nas informações que envolvessem o desenvolvimento material do estabelecimento. O essencial seria utilizar os relatórios dos diretores, porém, no AHEX, o qual tivemos acesso não conta com todos os relatórios, sendo assim vamos ultrapassar o nosso recorte temporal e utilizar um relatório de 1903, que conta com informações relacionadas aos colonos que viviam na colônia.

Apesar das poucas informações coletadas sobre esses personagens optamos por mesmo assim escrever sobre, demonstrando que o estabelecimento não foi feito apenas de militares, mas de civis, que já viviam na região, caboclos, negros, imigrantes e indígenas que contribuíram na fundação e manutenção desse núcleo militar.

3.2.1 Caboclos e Imigrantes

Os caboclos surgem na fronteira sul do Brasil principalmente a partir do século XVIII, com as incursões de portugueses e escravizados pelo interior do país, são fruto da miscigenação resultante do encontro entre brancos, negros escravizados ou libertos e indígenas²⁵⁸. Até meados do século XX o termo caboclo carregou um estigma, marca negativa, associado a ideia de cultura pobre. Tal estigma foi reforçado várias vezes pelos governantes estaduais que atribuíam

258 MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes. Cultura cabocla nas fronteiras do Sul. In RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015.

aos caboclos e indígenas estereótipos de “acomodados” ou “incapazes”, que contrastavam com os atributos do imigrante, visto como trabalhador e desbravador²⁵⁹. Paulo Pinheiro Machado define caboclo no como “pobre do meio rural” e que, mesmo não tendo conotação étnica, era frequentemente apontado como sendo o mestiço ou de origem indígena/africana²⁶⁰.

O diretor da Colônia Militar de Caseros, instalada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul estigmatizou os negros e caboclos, não via como positiva a instalação na Colônia, pois, supostamente eles não tinham robustez para o trabalho²⁶¹. José Bernardino Bormann, em 1882 quando chega a Xanxerê percebeu que a região já se encontrava habitada, por cerca de 40 famílias, de caboclos, e os ofereceu garantias de posse de terra e fornecimento de material para a construção das moradias caso aceitassem se integrar na Colônia Militar do Xapecó²⁶². Ao contrário do que viria acontecer no século XX, Bormann inseriu esses habitantes no contexto da colônia, não ignorando sua existência, acreditava que por já estarem na região não veriam como problema o distanciamento dos centros populosos, além de serem acostumados com a vida agrícola.

Com a colonização via empresas no século XX esses caboclos foram forçados a deixar as terras tendo em vista a chegada dos imigrantes que possuíam documentos comprovando a posse. A região era vista pelo governo como área de “vazio demográfico” ou de “terras despovoadas” e seus habitantes que não possuíam documentação comprovando a posse das terras foram tratados como “intrusos”²⁶³. Como foi explorado no capítulo anterior, o número de documentação definitiva expedida pelo diretor da Colônia foi bem reduzido, o que justifica a falta de documentação e a expulsão dos caboclos que viviam na região e na Colônia.

Assim como na colônia, nos corpos do exército havia o predomínio dos mestiços (morenos e pardos). Peter Beattie destaca que os assentamentos do Exército se serviam de quatro categorias para a cor da pele, sendo branca, morena, parda e preta. Cerca de 20% dos soldados eram brancos, 25 % negros, 2% índios e mais de 50 % mestiços²⁶⁴, ou seja, dentro da própria categoria militar havia a presença de indígenas, negros e mestiços.

Entre os colonos civis, o sistema de colonização militar permitiu também o ingresso de colonos estrangeiros. No “Jornal do Commercio” foi publicado um anúncio especificamente

259 Ibidem. p. 110.

260 MACHADO, Paulo Pinheiro. O movimento do Contestado e a questão de terras. In: Zarth, P. (Org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, Chapecó: UFFS, 2012.

261 TEDESCO, João C; VANIN, Alex A. *Op., Cit.* p.161

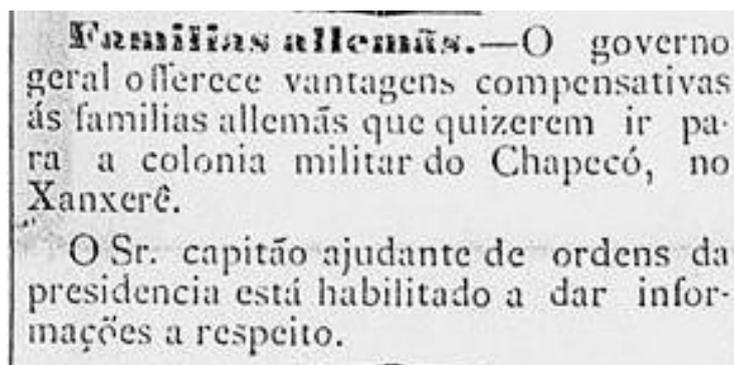
262 PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1983. p.384

263 MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes. *Op., Cit.* p. 116

264 BEATTIE apud BRUGGEMAN. *Op., Cit.* p. 131.

para as famílias alemães, porém, apesar dessas propagandas o número de imigrantes alemães e de demais nacionalidades instaladas na Colônia eram bem reduzidos de acordo com o Recenseamento do ano de 1890, que apresenta um total de 27 imigrantes, somente 6 eram alemães²⁶⁵.

Figura 07: Propaganda às famílias alemães



Fonte: Jornal do Commercio, Curitiba, 1883.

Não foram encontradas muitas propagandas desse gênero sobre a Colônia Militar do Xapecó, o que pode ser uma das justificativas para a presença reduzida de imigrantes, outra questão era relacionada ao distanciamento da Colônia e o próprio posicionamento de Bormann com relação aos imigrantes, o que veremos no decorrer do capítulo. A grande maioria dos colonos eram provenientes do Brasil, e do Estado do Paraná, como fica evidente na tabela 02:

Tabela 02- Naturalidade dos Habitantes da Colônia Militar do Xapecó no ano de 1890

Alagoas	Bahia	Ceará	Distrito Federal	Minas Gerais	Paraíba	Paraná	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	Santa Catarina	São Paulo	Sergipe
3	7	18	2	1	9	332	14	9	2	57	5	1	30	2
Total: 495														

265 BRASIL. **Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1890.

Fonte: BRASIL. **Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1890.

De acordo com Leônidas Boutin havia várias famílias de imigrantes alemães na Colônia Militar do Xapecó, porém, um grupo de alemães de Curitiba, representantes dos presentes na Colônia, oficiou o presidente da Província, que no momento era Alfredo d'Escragnolle Taunay, pedindo a dispensa do contrato dos colonos ali instalados. Boutin não soube informar o motivo do pedido de dispensa²⁶⁶, em consequência desse pedido Bormann escreveu uma carta ao vice-presidente da Província do Paraná, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho:

Em primeiro lugar dizia que nunca havia concordado com a ideia de levar alemães para aquela fronteira. Queria homem, de preferência sertanejos adaptados ao isolamento do sertão e com possibilidades de amoldarem-se aos interesses do exército e todos, os vagabundos e turbulentos, fazendo exceção de apenas uma família, de sobrenome Hubsh²⁶⁷.

O fato de preferir os “sertanejos” estava atrelado ao isolamento da Colônia com relação as cidades e vilas, as péssimas estradas e o preço elevado do transporte. Os colonos vindos de outras cidades ou até mesmo os militares tinham mais dificuldades de se adequarem, pois, estavam acostumados a morar mais próximos dos centros urbanos, o que gerava a constante mobilidade dos moradores da Colônia.

Tabela 03: População da Colônia Militar do Xapecó no ano de 1890.

Homens				Mulheres			
Branca	Preta	Cabocla	Mestiça	Branca	Preta	Cabocla	Mestiça
98	14	76	96	71	6	75	86
Total: 522							

266 BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. **Separata do Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1977. P.42

267 Ibidem. p.42

Fonte: BRASIL. **Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1890. Adaptado por Leticia Maria Venson.

Na tabela 03 estão contabilizados tantos os colonos estrangeiros, como os brasileiros, totalizando uma população de 522 pessoas no ano de 1890. É importante salientar que uma porcentagem desse total era de moradores sazonais, que se estabeleciam na colônia durante a colheita da erva mate. Entre os 522 moradores, 20 foram caracterizados como pretos, possivelmente escravizados libertos. Para compreendermos isso é necessária a contextualização sobre a realização dos censos no século XIX.

Tabela 04 – Estado Civil dos moradores da Colônia

Solteiros	Casados	Viúvos	Divorciado
328	178	15	1

No censo de 1872 os indivíduos eram classificados por raça, sendo uma classificação mais voltada para a realidade social, do que para a cor da pele ou herança hereditária, o censo de 1890 utiliza o termo “cor” e não raça, classificando como branca, preta, cabocla e mestiça²⁶⁸, substituindo a cor parda, pela cor mestiço, sendo essa uma indicação mais genérica abrangendo os diversos resultados de fusão com os diferentes grupos indígenas. No censo de 1872 a população de Palmas era de 3.300 pessoas, em 1890 era de 9.601, consequência da criação da Colônia Militar do Xapacó e Xopim, bem como da indústria ervateira e pastoril.

3.2.2 Negros

A temática de escravidão no sul do país vem ganhando folego, demonstrando a existência de escravizados nos estados do Paraná e de Santa Catarina, um dos trabalhos mais recentes sobre é a dissertação de mestrado de Eliane Taffarel defendida no ano de 2019, pela UFFS, intitulada *Da Fazenda São João à Comunidade Quilombola Invernada dos Negros: Terra,*

268 GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan/mar 2013. P. 106

*trajetória e permanência*²⁶⁹, onde discorre sobre a formação da Comunidade Quilombola Invernada dos Negros, situada atualmente nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista/SC, utiliza fontes documentais eclesiásticas, cartoriais e judiciais, traçando a trajetória dos legatários e seus descendentes com o intuito de compreender a formação dessa comunidade negra, a permanência no espaço legado e como essa população se relaciona com o meio natural.

Outro trabalho importante para compreendermos os escravizados no Paraná é a dissertação “Compadrio e Família Escrava em Palmas, Província do Paraná (1843-1888)” de autoria de Daniele Weigert, defendida em 2010, pela Universidade Federal do Paraná, onde analisa as possibilidades de formação e manutenção das famílias escravas e as relações que mantinham por via do compadrio em Palmas, no período de 1843 a 1888, também utiliza como fontes os registros paroquiais de batismo e casamento. A partir da análise quantitativa dos dados levanta as tendências para o local e assinalou trajetórias individuais a fim de acompanhar o percurso de alguns escravos, onde observa o perfil dos compadres que escolhiam e a reincidência na escolha como estratégias de ligação a uma rede social que tinha o parentesco como base.

O sistema escravista chegou ao estado do Paraná devido a descoberta do ouro nos atuais estados de Minas Gerais e Goiás, esse estímulo econômico fez com que as pessoas saíssem da costa brasileira e se dirigissem ao interior, investindo na criação do gado, que não exigia tantos recursos de capital e mão de obra como a grande lavoura e a mineração²⁷⁰. A expansão da criação de gado fez com que posteriormente os Campos de Palmas fossem ocupados e explorados por famílias interessadas em expandir suas propriedades rurais²⁷¹.

Os setores produtivos do Estado do Paraná, que mais utilizaram mão de obra escrava, foram a pecuária e a agricultura²⁷². Em 1875 havia em Palmas cerca de 273 escravos e em 1884, 301 e em 1887 foram alforriados 214 escravos, através do Fundo de Participação para a emancipação dos escravos, destes 9 escravos foram libertados em Palmas²⁷³. Esses escravizados estavam divididos em médias e pequenas escravarias.

De acordo com o censo de 1872, os escravizados nem sempre era denominados de “pretos” muitas vezes eram caracterizados como mestiços ou pardos. Nos relatórios do Ministério da

269TAFFAREL, Eliane **Da Fazenda São João à Comunidade Quilombola Invernada dos Negros: Terra, trajetória e permanência**. 2019.220 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

270WEIGERT, Daniele. **Compadrio e Família Escrava em Palmas, Província do Paraná (1843-1888)**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. P. 11

271 Ibidem, p. 16

272 LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e Evolução da População de Palmas - 1840-1899**. 1987. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987. P. 203

273 GRAF apud LAGO, P. 207.

Guerra e da Província do Paraná, bem como os elaborados por Bormann ou pelos diretores interinos não é comentado sobre a existência de escravizados na Colônia Militar, porém, a presença de 20 pessoas caracterizadas como negras e 182 mestiços, no censo de 1890 nos faz pensar na possibilidade da existência de libertos no estabelecimento e o relatório de 1888 escrito por Bormann reforça esse entendimento.

No relatório de 1888 Bormann chama atenção para alguns libertos presentes na vila de Palmas que “andam com gente de maus precedentes e passivos a sair entregando-se a divertimentos inconvenientes”. Mandou para lá o Tenente Rodrigo José de Figueiredo Neves que ficou responsável de “aconselhar” os libertos a trabalhar, termina o relatório falando o seguinte “Tudo felizmente tem unido na paz e preces desses libertos que não se acham empregados, de modo que eles vêm por aqui mostrando que são dignos de usufruir os frutos da magnânima lei de 13 de maio de 1888”.

Esse aconselhamento feito pelo Tenente Rodrigo era uma forma de controlar a população liberta, evitando que viessem a causar algum desconforto as populações de Palmas, não são dadas maiores informações sobre a maneira em que foi dado esses “aconselhamentos”, se foi de forma pacífica ou violenta, pois, não podemos esquecer que uma pequena tropa foi mandada a região. Pela maneira de relatar Bormann insinua que a resolução da questão foi pacífica. Mas os militares eram agentes representantes do estado, usando de diferentes técnicas para manter a ordem, não podemos descartar outras possibilidades para o desfecho dessa questão.

Adelson Bruggemann destaca que o regimento da Colônia Militar de Santa Thereza, localizada no caminho das tropas, próximo, do atual município de Lages, proibia escravizados na colônia, sendo exceção para aqueles que possuíam escravizados e terras naquela localidade antes da instalação da colônia²⁷⁴. No regulamento da Colônia do Xaçepó não há menção sobre proibição de escravizados ou algo do gênero, porém, a presença de caboclos na Colônia dava-se mediante autorização do diretor do estabelecimento.

3.2.3 Indígenas

Por ocasião do crescimento da atividade pastoril no início do século XIX, que abastecia o mercado de Sorocaba com muares e gado de corte, houve a expansão pastoril aos campos de Guarapuava, que até então era território dos indígenas Kaingang e Xokleng. Em março de 1837

274 BRUGGEMANN, Adilson. Op., Cit. p. 124.

foi conquistado os Campos de Palmas²⁷⁵. A preocupação de possível ataque dos indígenas locais, fez com que utilizassem como técnica a amizade com um grupo indígena, dando-lhes presentes, chamados de “índios mansos” para neutralizar os ataques dos grupos que se opusessem. O Aldeamento de Palmas surgiu em função da necessidade de os fazendeiros defenderem sua ocupação naqueles campos²⁷⁶. Os Aldeamentos eram uma unidade da administração da Província, uma localização oficial dos grupos de indígenas, contrapondo-se aos inúmeros toldos ou aldeias espalhadas por todo o território sem nenhuma forma de controle e fiscalização²⁷⁷.

De acordo com a Diretoria dos Índios de Palmas:

Cada dia torna-se mais urgente a necessidade de aldear em um posto os índios de Palmas. O Chefe da Comissão Militar do Xapecó teve ordem de chamar os índios a um centro e ali estabelece-los para o que o Governo autorizou-o a organizar um orçamento, e mais tarde o Ministro da Guerra em aviso participou ao mesmo Chefe que o Ministro da Agricultura havia posto a disposição da Presidência do Paraná cinco contos de reis para o estabelecimento²⁷⁸.

Apesar das poucas informações coletadas sobre os indígenas nos relatórios ministras havia uma preocupação do aldeamento desses indígenas por parte dos militares da Colônia Xapecó e, apesar dos cinco contos de reis serem disponibilizados pelo Ministério da Agricultura em nenhum momento essa verba foi utilizada para os aldeamentos. De acordo com o Relatório da Província do Paraná no ano de 1884, o município de Palmas contava com três toldos: um próximo à vila; outro próximo ao passo da Balsa, junto à margem esquerda do rio Chapecó; e o terceiro no lugar denominado Formiga, há cerca de 23 quilômetros da colônia²⁷⁹.

O governo Imperial encarregou a comissão da colônia militar do Xapecó de escolher um local apropriado para aldear os índios. Bormann, em seus relatórios solicitou as providências necessárias aguardando a terminação dos principais trabalhos da comissão para dar começo a um grande aldeamento nas Formigas, fundindo em um só os três toldos existentes. No relatório de 1884 não é citado qual a etnia dos indígenas. O redator esclarece que tais informações foram solicitadas, mas, não houve retorno por parte dos responsáveis de Palmas, mas segundo a bibliografia existente eram índios kaingangues²⁸⁰.

275D'ANGELIS, Wilmar R; FÓKÂE, Vicente F. Toldo Imbú. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, 1994. P. 15

276Ibidem. p. 16-17

277 Ibidem. p. 26.

278 Diretoria dos Índios de Palmas. **Apontamentos a respeito dos índios de Palmas**. Palmas, 1883.

279 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884. p.31.

280 Ibidem, p.31.

No Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1890, na comarca de Palmas foram recenseados 1216 indígenas, assim distribuídos:

Tabela 05 – População indígena aldeada nos Campos de Palmas

Palmas	164
Palmas do Sul	369
Boa Vista	138
Campo Erê	149
Passo do Carneiro	245
Colônia Militar do Xaçecó	151

Fonte: BRASIL. **Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1890. Adaptado por Leticia Maria Venson.

O número de 1216 é referente somente aos indígenas que o estado tinha aldeado e tinha o controle, sendo impossível contabilizar os indígenas que viviam na região, longe dos aldeamentos, mas com a bibliografia existente acreditamos que era um número bem maior. De acordo com Wilmar da Rocha D'Angeliz e Vicente Fernandes Fókê José Bernardino Bormann contratou serviços dos indígenas do Xaçecó para a abertura de estradas e colocação da linha telegráfica, cujos trabalhos ocorreram entre 1892 e 1893. O Governo Provincial prometeu terras aos indígenas, que foram demarcada somente em 1902, para os Kaingang do Xaçecó²⁸¹.

Ali existem já alguns colonos contratados e bem assim alguns índios que o chefe da comissão conseguiu catequisar e chamar ao serviço, tendo sido este ato do Capitão Bormann aprovado pelo ministério da Guerra, o qual traz economias para os cofres públicos. A disposição do chefe desta colônia acha-se uma força composta de 20 praças de cavalaria e 20 de infantaria. Segundo informa o diretor, acha-se povoada a colônia, tornando-se portanto digna da atenção do governo geral²⁸².

Os indígenas auxiliavam principalmente nas atividades agrícolas. De acordo com Boutin “dava-se assim início ao processo de integração e abasileiramento daqueles elementos nativos”²⁸³. Bormann aparentemente sabia o idioma dos Kaingang, com os quais dialogava

281 Ibidem. p. 31

282 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1883. p.50

283 BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. **Separata do Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1977. P.35

sempre aprendendo seus usos e costumes²⁸⁴. Wilmar da Rocha destaca que provavelmente as relações com indígenas de parte dos oficiais da Colônia militar, resumiram-se ao relacionamento com os chefes indígenas dos toldos de Xapecó²⁸⁵. Destaca que o Capitão Bormann ficou na memória dos Kaingang de Xapecó, cuja tradição oral registra seu suposto casamento com uma indígena²⁸⁶.

No relatório de 1888, Bormann diz o seguinte sobre a população indígena das imediações:

Nenhuma notícia neste semestre da aproximação de índios selvagens da vizinhança da colônia. Todo serviço da catequese consiste em fazer com que os índios mansos se aplicassem em algum trabalho útil afim de sair da pilhagem e da embriaguez. Independentemente a generalidade destes índios possui trabalho. Nos casos de enfermidade os índios têm sido encaminhados para o médico da Colônia²⁸⁷.

Segundo Boutin os colonos queixavam-se dos indígenas, pois, supostamente eram ociosos e furtavam, ressalta a suposta embriaguez e falta de rendimento do trabalho²⁸⁸. O que ressalta as representações construídas sobre a região, onde difundiam a imagem das populações locais, principalmente as indígenas, como rudes, violentas, atrasadas e incivilizadas²⁸⁹.

Boutin destacou ainda a falta de confiança dos militares com relação aos indígenas, “que naquelas condições não mereciam confiança como elemento de defesa da fronteira”, pois, “não tinham consciência de nacionalidade, tanto lhes fazia serem brasileiros ou argentinos”²⁹⁰. No final do século XIX e início do século XX, prevaleciam nas ciências sociais representações negativas sobre etnia, se atribuíam qualificativos questionáveis para a tarefa de construir a nação brasileira²⁹¹.

3.3 Educação

Em 1884, construída uma casa para servir de escola, sendo doação dos ajudantes tenentes Francisco e Vicente Gomes e no mesmo ano foram criadas duas escolas, uma diurna e uma noturna, que nesse mesmo ano era frequentada por cerca de 48 alunos divididos entre os

284 Ibidem. P.40

285 D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Op., Cit.* P.308

286 Ibidem. P. 308

287 BORMANN, José. **Relatório da Colônia Militar do Xapecó de 1888**. Xanxerê, 1888.

288 BOUTIN, Leônidas. *Op., Cit.* P.40

289 RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009. P. 19

290 BOUTIN, Leônidas. *Op., Cit.* P.40

291 RADIN, José Carlos. *Op., Cit.* P.39

dois turnos²⁹². De acordo com o regimento da Colônia competia ao capelão o ensino para as turmas da escola. No ano de 1888 os responsáveis pelo ensino eram colonos, que mudavam com frequência, fazendo com que as turmas sofressem com a mudança repetida de professores. Isso ocorria em função dos deveres dos colonos para com a colônia²⁹³. Em diversos relatórios foram enfatizados a falta de um Capelão na Colônia, o que gerava despesas. Para a realização de batismos e casamentos era necessário chamar o vigário de Palmas e pagar sua ida e volta, com verbas da própria Colônia.

No ano de 1887 foi criada uma escola de música na colônia pelo diretor Bormann, que ofertou o instrumental e outros artigos. A banda foi formada por 17 integrantes, comandados pelo colono Fortunato Bernardino Marçal, que aos domingos e feriados tocavam na praça²⁹⁴. Também havia um teatro, onde os atores e atrizes das comunidade (muitos deles crianças) representavam comédias, revistas, interpretadas pelos próprios militares e civis²⁹⁵. O aniversário da Colônia era comemorado no dia 14 de março, com uma festa, onde também eram realizados os casamentos e batizados²⁹⁶.

No ano de 1891 o colono Fortunato Bernardino Marçal era o responsável pela instrução dos alunos, tanto do diurno quanto do noturno, permaneceu como professor da Colônia até o ano de 1900. De acordo com o Ministério da Guerra a instrução primária não atingiu um grau completamente satisfatório por consequência da necessidade que os pais dos alunos tinham de trazer consigo durante alguns meses em lotes para o serviço de plantações e colheitas das roças. A aula de música era dirigida pelo colono Domingos de Lara e funcionava com regularidade²⁹⁷.

Parece-nos azada a ocasião para pedir ao professor que proibia a algazarra que fazem os meninos ao saírem da escola. O professor tem, além da nobre missão de instruir os meninos, o dever de educa-los como se fossem seus próprios filhos. Todo ato mau deve ser censurado e proibido pelo professor²⁹⁸.

Na matéria do jornal o Xapecó de 1892 Bormann pedia mais rigidez ao professor com relação aos alunos, para que eles tivessem um bom comportamento e disciplina, ressaltando o caráter militar desse núcleo populacional. Em 1898, a escola não contava com grande

292 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884. p.33

293 PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1888. p.124

294 GUERRA, Ministério. **Relatório Ministério da Guerra**, Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1887. p.34.

295 XAVIER, Aristóteles. *Op., Cit.* P.104

296 BORMANN, José. **Relatório da Colônia Militar do Xapecó de 1888**. Xanxerê, 1888.

297 DURÃO, Arthur. **Relatório anual de 1891 da Colônia Militar do Chapecó**. Xanxerê, 1891.

298 XAPECÓ. Xanxerê, 1892.

frequência dos alunos de modo que o progresso deles era muito demorado. Os pais, em geral, eram muito pobres e precisavam dos filhos para ajudá-los em seus labores²⁹⁹.

3.4 Crimes

De acordo com Alferes Melanio, diretor interino na Colônia Militar do Xapecó, os colonos em geral eram pacíficos e respeitadores da autoridade. O jornal *A República* faz menção a Antonio Ferreira de Barros e José Garcia Werneck, que deveriam ser recolhidos a cadeia, por serem criminosos de morte³⁰⁰, na mesma edição do jornal não são dados mais detalhes. Foram feitas pesquisas atrás de maiores informações, mas não encontramos nada relacionado a esse crime e a punição dos infratores.

Outro crime relatado ocorreu no final do ano de 1898, onde um irmão raptou e deflorou a irmã menor. Foram presos quando fugiam da Colônia, o raptor foi posto à disposição do comissário de polícia da cidade de Palmas, a fim de ser processado³⁰¹. O serviço de polícia nos diferentes distritos da colônia era feito por colonos gratuitamente, os quais prestaram auxílio a diretoria, especialmente o do distrito urbano³⁰². Tais serviços eram de suma importância, pois, o destacamento militar era pequeno, e as tropas volte e meia se dirigiam as vilas próximas para fazer o policiamento, deixando a Colônia desprovida de proteção militar.

Na cidade de Palmas-PR, no fórum, existem mais processos crimes envolvendo moradores da Colônia Militar do Xapecó, passíveis de análises mais aprofundadas. O presente subtítulo pretendeu, apenas demonstrar que assim como em outras Colônias, vilas e cidades há conflitos internos, passionais ou não.

No presente capítulo fizemos uma análise sobre os militares e civis que constituíam a Colônia Militar do Xapecó e houve uma maior dificuldade na realização da pesquisa devido as poucas informação nos relatórios ministras sendo uma fonte muito importante nesse momento o Recenseamento da Comarca de Palmas de 1890. Contendo informações sobre origem, raça, gênero e idade dos moradores da Colônia, demonstrando a variedade racial e a origem maciça de pessoas do próprio estado do Paraná, resultado das poucas propagandas vinculadas nos meios impressos. Outra questão que abordamos foi a procedência dos praças, não considerados como bons elementos, devido a prática comum de inserir nas Colônias Militares homens de

299BORMANN, José Bernardino. Relatório anual de 1898 da Colônia Militar do Xapecó. Xanxerê, 1898.

300 **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro, 1890.

301 BORMANN, José Bernardino. **Relatório anual de 1898 da Colônia Militar do Xapecó**. Xanxerê, 1898.

302 Ibidem.

procedência duvidosa, condenados por algum delito, o que gerava o próprio sucateamento da ordem na Colônia, tento em vista que estavam sendo punidos e ao mesmo tempo eram representantes do Ministério da Guerra numa região de fronteira. No capítulo IV nos debruçamos sobre José Bernardino Bormann, personagem que viveu muito tempo na região da Colônia, sendo responsável pela sua administração e pelo policiamento tanto da Colônia, quanto de Palmas e da fronteira com a Argentina e com o Estado do Rio Grande do Sul. É um personagem ainda muito lembrado no Oeste de Santa Catarina, sendo visto como um herói, desbravador, por ter ficado tanto tempo num lugar longe dos centros urbanos e econômicos.

Como veremos no capítulo quatro, que versa sobre José Bernardino Bormann ele foi e ainda é considerado um herói pelos militares brasileiros, tanto por sua participação na Guerra do Paraguai como pela fundação e permanência na Colônia Militar do Xapecó, é visto de uma maneira romântica, como um desbravador do Oeste Catarinense, assim como aqueles que colonizaram a região posteriormente. Mas diferente dos colonizadores do século XX, Bormann se preocupava com os caboclos e indígenas, talvez não de uma forma intensa, mas se interessava em integrá-los a Colônia.

CAPÍTULO IV

BORMANN UM INTELLECTUAL NA FRONTEIRA

Neste capítulo abordaremos a vida de José Bernardino Bormann, mais precisamente aqueles aspectos referentes a sua vida militar como os de sua formação. Com ênfase no período em que esteve à frente da direção da Colônia Militar do Xapecó e da Guarnição de Palmas. Também analisamos a construção da memória sobre Bormann através de prédios e espaços urbanos (Escola de Educação Básica Marechal Bormann o Distrito de Marechal Bormann, a rua Marechal Bormann e o Memorial de Bormann), todos na cidade de Chapecó-SC.

José Bernardino Bormann foi nomeado chefe da comissão para a instalação da Colônia Militar do Xapecó e, posteriormente foi nomeado diretor do estabelecimento, permanecendo na região por cerca de 20 anos. Após pedir exoneração do cargo de diretor da Colônia em 1898, continuou morando na cidade de Palmas, em função de sua vida política no Estado do Paraná. Bormann era influente e reconhecido no meio político, militar e intelectual. Sua permanência por longo período em um local distante, afastado e com estradas em péssimas condições é algo que nos gerou curiosidade.

Bormann escreveu vários livros de história, romances e algumas peças de teatro. Sua primeira esposa, Maria Benedita Bormann também foi escritora, tendo diversas obras publicadas sob alguns pseudônimos. Na Colônia Militar do Xapecó fundou o jornal “O Xapecó”, em 1892, com tiragem limitada e circulação periódica mensal, com o objetivo de informar a população da região sobre os acontecimentos da Colônia Militar e do país. Existia uma tipografia e um jornal periódico nas fronteiras do Império no Brasil Meridional nos Campos de Palmas. Isso certamente não era algo comum para o período, porque envolvia uma técnica específica para seu uso com um valor considerável. Com a eclosão da Revolução Federalista em 1893 as atividades do jornal foram encerradas. É uma fonte importante para analisar a figura de Bormann e a Colônia Militar. Algumas edições estão disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional (Arquivo Nacional) e no Centro de Memória do Oeste – CEOM, na cidade de Chapecó.

Ainda como diretor na Colônia, criou uma escola de música, tendo doado os instrumentos e uniformes a banda. Também construiu um teatro, onde eram encenadas peças, cujo alguns roteiros eram escritos por Bormann. Além de escrever algumas peças tocava violino.

Como fonte de pesquisa utilizaremos a Fé de Ofício de Bormann presente no Arquivo Histórico do Exército (AEX-RJ). Seu livro intitulado “Dias Fraticidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná”, escrito e publicado no ano de 1901, pouco tempo depois de deixar a direção da Colônia. Outra fonte importante é o livro “O Centenário do Marechal Bormann (26/09/1944)”, elaborado pela Biblioteca Militar e organizado pelo General V. Benício da Silva. O livro conta com uma cópia da fé de ofício e vários recortes de jornais que fazem menção a Bormann, nos permitindo compreender esse personagem que não era só um militar, mas um intelectual, considerado um grande soldado e defensor da fronteira por parte do Ministério da Guerra.

No subtítulo *Memórias sobre Bormann*, vamos abordar a construção da memória de Bormann através da Escola de Educação Básica Marechal Bormann localizada em Chapecó-SC, criada em 1930, o Distrito de Marechal Bormann, Farmácia Bormann criada no distrito no ano de 2016 pelo então Prefeito Municipal Luciano Buligon e o Memorial de Bormann, do ano de 2008 realizada em parceria com a E.E.B. Marechal Bormann, Governo de Santa Catarina e Fundação Cultural de Chapecó.

Bormann foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, sendo patrono da Cadeira número 14 da Academia Paranaense de Letras³⁰³. Foi considerado escritor, historiador e romancista, entre suas obras estão *Rosas e o Exército Aliado*, *Biografia de Duque de Caxias*, *Campanha do Uruguai*, entre outros. Fez parte do Partido Republicano, e se elegeu vice-governador do estado do Paraná, ficando responsável pelo governo do estado por um pouco mais de 1 mês, entre abril e maio de 1899, também foi candidato a deputado estadual³⁰⁴.

4.1 Trajetória de Bormann

José Bernardino Bormann nasceu em Porto Alegre em 04/04/1844, filho de Guilherme Bormann, (militar alemão, contratado pelo Império do Brasil para servir de artilheiro no Corpo de Estrangeiros de Dom Pedro I³⁰⁵, durante a guerra contra a Argentina de Juan Manuel de Rosas 1851-1852³⁰⁶) e de Ricarda Manoela da Maia Bormann, brasileira. O primeiro casamento foi com Maria Benedita Câmara Bormann, sua sobrinha, no ano de 1872. Maria era jornalista

303 Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-14/cadeira-14-patrono/>. Acesso em 20 jan. 2020.

304 A República: órgão do Partido Republicano. Curitiba, agosto de 1895.

305 BRASIL IMPÉRIO. **Contrato de Guilherme Bormann**. Hamburgo, 5 jun. 1851. (Acervo Biblioteca Nacional- RJ).

306 BEATTIE, Peter. Op., Cit. p.70

e escritora. Conhecida pelo pseudônimo de Délia. Colaborou em diversos jornais do Rio de Janeiro como *d'A Gazeta da Tarde*, *A Família*, *O Paiz* e escreveu diversos livros como *Aurélia* (1883), *Angelina* (1886), *Lésbia* (1890) entre outros³⁰⁷. Morreu no ano de 1895 no Rio de Janeiro aos 41 anos, vítima de uma úlcera no estômago³⁰⁸. Nas diversas documentações analisadas, tanto as relacionadas a Colônia Xapecó, quanto ao próprio José Bernardino Bormann não é mencionado se Maria Benedita chegou a morar no estabelecimento ou na região, Bormann tinha a vida pessoal muito reservada, o que dificulta a pesquisa de sua vida privada.

O segundo casamento de Bormann foi realizado na Colônia Militar do Xapecó com uma indígena Kaingang, chamada de Candinha³⁰⁹, com quem teve sua única filha, Ephigênia Bormann. Na certidão de óbito de Ephigênia é relatado que era natural de Curitiba, e nascida no ano de 1898, porém, o nome de sua mãe está redigido como Anna Vera Bormann³¹⁰, nome da terceira esposa de Bormann, o que gera várias dúvidas e questionamentos, pois, Ana Vera teria então somente 12 anos quando do nascimento de Ephigênia. Segundo os relatos enviados pelos descendentes da família Bormann, acreditamos que Cândida era a mãe de Ephigênia e a troca de nomes foi possivelmente um erro de cartório. Bormann casou novamente em 1907, já com 63 anos, na cidade do Rio de Janeiro com a jovem de 18 anos, Anna Vera Monteiro Nogueira, natural do estado de Minas Gerais³¹¹. Não tendo filhos. Ana Vera faleceu no ano de 1977 em decorrência de uma hemorragia digestiva.

Bormann estudou como paisano no Curso de Cavalaria e Infantaria na Escola Militar na província do Rio Grande do Sul, assentando praça voluntariamente no 4º Regimento de Cavalaria. No ano de 1861 foi habilitado nos exames preparatórios, onde se matriculou no primeiro ano da Escola Militar, também no Rio Grande do Sul, sendo aprovado no exame de suficiência³¹². No ano seguinte matriculou-se no segundo ano da Escola Militar, onde foi aprovado em Direito e em topografia, completando o Curso de Cavalaria. No mesmo ano foi transferido para o Primeiro Regimento de Artilharia conseguindo licença para estudar na Escola

307 SILVA, Evander R, da. De leões sem garras e homens eruditos: visões do masculino em *Lésbia* (1890), de Maria Benedita Câmara Bormann (Délia). **ArtCultura**, Uberlândia, v.19, n.34, p.197-214, jan. 2017. P.200

308 BRANDOLT, Marlene Rodrigues. Sob o olhar de Maria Benedita Bormann. **Rev. Educação e Linguagem**, Campo Mourão, v.3, n.5, p.165-174, jun. 2014. p.164

309 LAROQUE, Luís Fernando. **Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Estudos Históricos Latino-Americanos) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. P. 128

310 NITERÓI (RJ). Primeira Zona Judiciária de Niterói, estado do Rio de Janeiro. **Certidão de óbito de Ephigênia Bormann Sigwalt**. Registro em: 11 nov. 1996.

311 RIO DE JANEIRO (RJ). 02ª Circunscrição, Rio de Janeiro. **Certidão de casamento de José Bernardino Bormann e Anna Vera Martins Nogueira**. Registro: 05 jan. 1907.

312 GUERRA, Ministério. Fé de Ofício do Senhor General de Divisão José Bernardino Bormann.

Central. Em 1863 se matriculou na segunda cadeira do primeiro ano letivo da Escola Central, no qual foi aprovado³¹³.

No ano de 1865 apresentou-se na cidade do Rio Grande do Sul ao comando de fronteira e seguiu para Pelotas, marchando sentido a Bagé, onde se apresentou ao quartel-general, sendo incorporado ao segundo batalhão de infantaria que faziam parte das forças que guarneceram a fronteira do Rio Grande, para impedir a invasão dos Orientais. Nessa missão Bormann foi reconhecido segundo cadete. No final do mês de abril seguiu para Porto Alegre em virtude ao ofício do comando de armas. Posteriormente marchou para a campanha, onde se apresentou no Rio Pardo do comando da Quinto Batalhão de Voluntários da Pátria onde foi mandado servir e marchou com o batalhão se reunindo à Primeira Divisão Ligeira. Foi nomeado alferes em comissão para a primeira campanha do Vinte e Dois Corpo de Voluntários. Participou no sítio de Uruguaiana o que lhe rendeu uma medalha concedida às forças que assistiram à rendição de Uruguaiana³¹⁴.

O Corpo de Voluntários da Pátria foi criado em janeiro de 1850 pelo Decreto nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865. Em função do número reduzido de voluntários, essa tropa oferecia maior pagamento, bônus de engajamento e dispensas mais atraentes³¹⁵. O artigo 2º previa concessão de terras nas colônias militares e agrícola³¹⁶ o que pode ser um dos motivos de terem encarregado Bormann na criação da Colônia Militar Xapecó e de sua permanência por tempo considerável na região. Beattie destaca que a criação de uma tropa distinta com privilégios e status especiais fez com que o governo reconhecesse o desdenho popular ao serviço militar³¹⁷.

No ano de 1866 Bormann fez parte do Segundo Corpo de Exército para o Paraguai, onde desembarcou em Itapirú, sendo transferido para o Corpo Provisório de Artilharia. Foi elogiado pela sua bravura no combate de Curuzú. Envolveu-se no ataque de Curupaity onde se feriu gravemente, quando recebeu alta foi incluído no estado efetivo da primeira bateria. Em 1867 colaborou no combate, sendo nomeado em abril como ajudante do corpo de artilharia a cavalo, porém, não chegou a assumir tais funções. Se candidatou para servir como enfermeiro dos coléricos, o que lhe rendeu elogios pelo comando do corpo de artilharia. Em 1868 foi promovido segundo tenente³¹⁸. Ainda no mesmo ano atuou no bombardeio sobre Humaity onde

313 Ibidem.

314 XAVIER, Aristóteles. Op., Cit. p. 16-17.

315 BEATTIE, Peter. Op., Cit. p.75

316 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>. Acesso em 22 jan. 2020.

317 Ibidem. p. 75

318 XAVIER, Aristóteles. **O centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944. p.16-17.

passou a exercer as funções de secretário do Corpo de Artilharia e no combate do Itoró e na batalha do Avahí.

O histórico militar de Bormann é bem extenso, em 1869 marchou para Assunção, onde foi condecorado com a medalha de mérito militar devido suas participações nas batalhas, nesse mesmo ano foi promovido a tenente por seus atos considerados de bravura, e nomeado capitão em comissão para o terceiro batalhão de artilharia³¹⁹. Em 1872 concluiu o curso de artilharia e obteve licença para estudar o Curso de Estado-Maior de primeira classe. Já em 1873 foi transferido para o Corpo de Estado-Maior de primeira classe e nomeado para servir na Repartição de Ajudante General. Ainda em 1873 foi nomeado Cavaleiro da Ordem da Rosa, pelos serviços prestados nos combates e batalhas de dezembro de 1868. Também obteve a medalha geral da campanha do Paraguai com o passador de prata número cinco.

Em 1875 se formou em bacharel em matemáticas e ciências físicas e foi nomeado ajudante de ordens de Duque de Caxias, Ministro da Guerra, posteriormente foi enviado a Europa, com o objetivo de estudar a telegrafia militar e as fortalezas. Com a reforma no Exército de 1850, a promoção passou a depender mais da educação, talento, senioridade e serviço³²⁰, o que justifica a preocupação de Bormann em sua educação e formação, além da formação era necessário ter conexões e realizações dentro do Exército, o que ele conseguiu com Caxias e com os livros que lançou.

No ano de 1880 por portaria de dezesseis de outubro, publicada em ordem do dia número mil e quinhentos e quarenta e três, foi encarregado de fundar a Colônia Miliar do Xapecó, na Província do Paraná³²¹. Após a instalação da Colônia foi designado como seu diretor cargo que ocupou até meados de 1898. Bormann faleceu no Rio de Janeiro, em 1º de junho de 1919, com 75 anos.

4.2 Comandante da Guarnição de Palmas e Diretor da Colônia

José Bernardino Bormann permaneceu na Colônia Militar do Xapecó por cerca de 17 anos. Foi nomeado responsável pela comissão de instalação da Colônia, que explorou a região no ano de 1881, além de comandar homens naquela fronteira motivada por uma possível invasão argentina, contraria a instalação daquele estabelecimento no local. Entre os diversos

319 Ibidem. p. 19.

320 BEATTIE, Peter. Op., Cit. p.69

321 XAVIER, Aristóteles. **O centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944. p. 24.

afastamentos, seja por questões de saúde, políticos ou militares, permaneceu como diretor até o ano de 1898, quando optou por investir na carreira política no Estado do Paraná.

Capitão Monteiro Tourinho em seu relatório elaborado resultado da inspeção realizada nas Colônias Militares, em especial na Colônia Militar do Xapecó, destaca que em viagem fora da colônia escutou muitas reclamações com relação à arbitrariedade de Bormann, porém, de acordo com as observações pessoais concluiu que a arbitrariedade era necessária, justificando tal atitude na possível falta de habituação da população de ter uma Colônia Militar instalada como fica evidente a seguir:

Se algumas medidas de rigor têm havido, intuitivo é que elas não podiam deixar de ser tomadas na fundação de um porto militar vizinho das fronteiras, e situado em uma região onde os poucos habitantes estavam habituados a fazer justiça por suas próprias mãos, fora da ação da lei e da autoridade. Quanto a outras queixas, que chegaram aos meus ouvidos, tenho todo o fundamento para crer que são motivadas por interesses contrariados pelo chefe da comissão em defesa do tesouro³²².

Tal fato reforça o caráter militar da Colônia, que era dirigida e administrada por militares. Bormann estava na região não somente para defender a fronteira, mas para administrar a sua população, administração feita pelo viés dos militares, o que explica as reclamações da população civil relacionada a sua arbitrariedade. A instalação da colônia significou um controle da região e da população, daquele momento em diante representava o Império brasileiro, posteriormente a República, como um órgão fiscalizador e possivelmente repressor.

Nos relatórios elaborados pelos Presidentes da Província do Paraná era constantemente elogiado, como fica evidente no Relatório do ano de 1886:

Folgo de informar-vos que a inteligência e tino administrativo do diretor e ao eficaz auxílio lhe tem prestado os demais membros da comissão, deve-se o progresso e o belo desenvolvimento que tem adquirido a colônia. Maiores seriam estes ainda, se não fosse tão diminuto o pessoal do contingente militar de que pode dispor a diretoria para atender aos diversos e importantes serviços reclamados pelo estabelecimento, tais como: construção de casas para colonos, medição de lotes, abertura de estradas, serviços policiais³²³.

322 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884. p.32.

323 Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª sessão da 17ª Legislatura, no dia 30 de outubro de 1886, pelo Vice-Presidente da Província o Exmo. Sr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho.

Os elogios são a sua carreira militar, principalmente pela Guerra do Paraguai e por ter viajado para fora do país, a fim de estudar o fortalecimento das fortalezas na Europa, a mando do Duque de Caxias. Era visto como um militar que poderia trazer muitos frutos positivos para o Paraná na administração da Colônia Militar do Xapecó. Porém, o contingente das praças, responsáveis pela manutenção, criação de estradas, policiamento sempre foram escassas, dificultando um melhor desenvolvimento desse núcleo. A Colônia Militar era vista como uma possível praça de guerra, em casos de necessidade de defesa das fronteiras. A falta de meios para a construção de estradas, o que dificultava a comunicação com o restante da Província e do país era um obstáculo para a administração militar³²⁴.

Em pesquisa na Hemeroteca Digital, mas especificamente no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro há uma reportagem que faz menção a uma carta redigida por Hermann Schwartz, antigo colono do Xapecó, em que se queixa da arbitrariedade do capitão comandante da colônia e do seu ajudante, pelos quais foi levado a abandonar o estabelecimento, supostamente deixando lá bens móveis que lhe pertenciam³²⁵. Já em documentação de meados do século XX, mais precisamente de Wenceslau Breves, redator do artigo “O Chapecó que eu Conheci”, onde descreve a sua estadia no município dos anos de 1920 a 1924, quando foi encarregado de demarcar as terras concedidas a Empresa Colonizadora *Bertaso Maia & Cia*, descreve Bormann como:

Bormann aliava a uma rígida disciplina, uma bondade paternal e um espírito justiceiro. A par disso, homem solitário, taciturno, tristonho por um desgosto íntimo, vivia quase enclausurado na casa da Diretoria da Colônia, de onde saía raramente. Sua única distração, além da leitura, era o violino que tocava magistralmente. Quem passava pela casa da Diretoria ouvia as vezes, o som plangente do seu instrumento. Compunha marchas militares que a banda da Colônia executava, e escrevia comédias teatrais que eram representadas no teatrinho local. Destas a mais sucesso fez foi a “Mariquinhas do Passo do Carneiro”³²⁶.

A caracterização de Bormann feita por Breves é romântica, visão fortemente difundida na região, é visto como um herói, desbravador e defensor das fronteiras, questões que abordaremos com maior preocupação no próximo subtítulo. É descrito como um homem culto, que escrevia romances, livros de história, peças e apreciador de música, sendo essa uma das

324 Relatório Ministério da Guerra, 1895. Op., Cit. p. 55.

325 Jornal do Comércio. Rio de Janeiro 1885. P.1

326 BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p.7-73, jan. 1985. P. 34

possíveis justificativas de criar e auxiliar financeiramente a escola de música instalada nos primeiros anos da Colônia.

4.3 Um intelectual na fronteira

A obra de Bormann se caracteriza por incursões em diversas áreas, como história, romance novelesco e da literatura militar técnica. No campo da história lançou “O Marechal Duque de Caxias” (1880), “Fotografia Militar” (1880), “História da Guerra do Paraguai” (em três volumes no ano de 1897), “Dias fratricidas: memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná” (1901), “A Campanha do Uruguai (1907)”, “Rosas e o exército aliado” (1912), “A Batalha de Leipzig” (1914) e a “Campanha de 1851-52” (1916). Entre os romances estão “Os amores de D. João III de Portugal” e “Dona Mariquinha de Passo do Carneiro”³²⁷.

Publicou vários artigos relacionados a história militar, usando o pseudônimo de B. de Marbon e de Wilagran Cabrita, em homenagem ao militar de mesmo nome³²⁸. De acordo com Odair Eduardo Geller, Bormann desenvolveu sua obra literária em um ambiente de transformações sociais e materiais, porém, com dificuldades relacionadas a publicação e distribuição de livros, o classifica como um fenômeno literário, pois, publicou mais de duas dezenas de livros, em um momento onde os autores nacionais ainda não eram tão valorizados³²⁹.

Não temos o intuito de fazer uma análise das obras de Bormann, mas destacamos o livro “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná”, pois foi publicado em Curitiba pela tipografia Livraria Economia Annibal Rocha & Cia em 1901, dividido em dois volumes e foi elaborado a partir das vivências de Bormann, por consequência da eclosão da Revolução Federalista no estado do Rio Grande do Sul, em 1893, quando ainda era o responsável pelo Comando da Fronteira de Palmas e Diretor da Colônia Militar do Xapecó.

Menezes Doria, publicados no Diário da Tarde, em Curitiba, no ano de 1902. Doria era formado em medicina e durante a Revolução Federalista teve prestígio médico e político³³⁰, em 1894 chegou a assumir o governo do Estado do Paraná por alguns meses. Era maragato, o que justifica as inúmeras críticas proferidas a José Bernardino Bormann, o que fica evidente a seguir:

327 GELLER, Odair Eduardo. **José Bernardino Bormann, José Ignacio Garmendia e Juan Crisóstomo Centurión e a Constituição narrativa da Guerra contra o Paraguai**. 2018. 276 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. P. 59

328 Ibidem, p. 59

329 Ibidem, p.59-60

330 Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Joao-Menezes-Doria>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Para um homem que tem a pretensão de ser historiador, filósofo, literato e sobre tudo virtuoso, aquelas páginas destinadas a correrem mundo apresentando o seu fátuo autor, são a mais franca revelação de sua incompetência quer como homem de letras, quer como sustador das leis pátrias, quer seja homem de critério. Historiador não falseia a verdade e o sr. Bormann faz da mentira o pedestal onde baseia tudo, ou, quase tudo quanto escreve nos seus Dias Fratricidas. A apreciação feita insultuosamente, sobre o órgão do Partido Republicano e a Federação é um desplante revoltante³³¹.

De acordo com Doria, Bormann não foi coerente e muito menos neutro em seu livro, e justifica isso pelo fato de não ter participado realmente da Revolução, pois, “permaneceu no seu lugar, guardando o que lhe havia confiado o governo do Marechal Floriano”. Uma informação interessante é o fato de Doria não ter lido o livro quando começou a escrever suas críticas se embasando somente pela crítica publicada pelo Reinaldo Machado, diretor chefe do Diário da Tarde, ou seja, baseou suas argumentações em cima de críticas de terceiros. São várias as colunas que Doria escreve sobre a obra de Bormann, aqui tivemos apenas o intuito de demonstrar a repercussão no Diário da Tarde no ano de 1892.

4.4 Memórias sobre Bormann

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, porém, deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes³³². A memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de uma memória herdada há uma ligação fenomenológica estreita entre a memória e o sentimento de identidade³³³.

A memória herdada seriam os acontecimentos “vividos por tabela”, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”³³⁴, diz Michael Pollak, que continua:

331 DORIA, Menezes. Dias Fratricidas. **Diário da Tarde**. Curitiba, 1902.

332 POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p.2

333 Ibidem. p.5

334 POLLAK, Michael, 1992, p.2

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico [...] A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado³³⁵.

Nas palavras de Pollak “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”³³⁶. A identidade é um fenômeno que se constrói com referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros³³⁷. Outro conceito importante é o de “lugares de memória” que de acordo com Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...] É se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los. É este vai e vem que constitui: momentos da história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos³³⁸.

O que nos fez refletir sobre a constante rememoração de militares no tempo presente, principalmente após a eleição de um Coronel reformado do Exército Brasileiro como Presidente da República, que rememoram constantemente militares que participaram da Ditadura Militar brasileira. Outro conceito é o de “fabricação do imortal” abordado por Regina de Abreu. Acreditamos que houve e ainda há uma tentativa da construção do imortal³³⁹, mas como uma figura positiva, uma espécie de herói que dedicou anos de sua vida para a defesa de uma Colônia Militar nos “sertões” do Paraná. As “virtudes” de José Bernardino Bormann, destacadas em livros, jornais, prédios públicos, ruas, distrito, repartição do Exército fazem parte do processo de construção da memória desse militar bem como de sua construção como herói. De acordo com José Murilo de Carvalho:

335 POLLAK, Michael, 1992, p.3-5

336 POLLAK, Michael, 1992, p.5

337 Ibidem. p.5

338 NORA, Pierre, 1993, p. 13

339 ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico³⁴⁰.

Num primeiro momento houve a preocupação do próprio Bormann em construir a sua imagem e memória, visível no livro *Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Paraná*, lançado no ano de 1901. No livro ele relata sobre a Revolução Federalista que acometeu o estado do Rio Grande do Sul e se alastrou para os demais estados, inclusive na Colônia, de sua própria perspectiva, com o objetivo de desanuviar as inseguranças e as versões que o colocavam como um traidor da pátria, que abrigou federalistas na fronteira de Palmas. Ou seja, visou a construção de sua memória por meio do livro, o que fica evidente quando diz o seguinte “ Quem por aí, que deseje morrer deixando sobre a própria memória pairar dúvidas, acusações de crimes inúteis e injustificáveis, quando se pode servir a penhor das causas sem se partilhar dos seus desmandos e desatinos?”³⁴¹.

Durante o Estado Novo uma das políticas executadas por Getúlio Vargas foi a valorização de heróis nacionais que tinha como missão a valorização de uma cultura brasileira, para fundamentar a formação de uma identidade nacional. Sendo necessário pensar o país historicamente, à procura de nossas tradições. O governo buscava recuperar o passado brasileiro, atribuindo sentido a ele, sempre em busca de sua relação com o presente e de sua capacidade de projetar o futuro, esperando um único resultado: o reconhecimento do Estado Nacional³⁴². Uma das ações que visava a criação de heróis no município de Chapecó foi a instauração de nomes de ruas de personagens considerados importantes na constituição da região ou do município.

No jornal *A Voz do Chapecó* é publicado uma entrevista com um colono, antigo morador da Colônia Militar do Xapecó:

Quais os benefícios feitos pelo Marechal? – Todos os que estavam ao seu alcance. Ao caboclo ele olhava com tanto carinho, instruindo-lhes sempre para o trabalho, dando-lhes terra para que a cultivassem. – Por Xanxerê fez alguma coisa? Muito. Mandou construir perto de 60 casas para os soldados, auxiliando ainda a construção de muitas outras; dando sempre a sua opinião para dotar Xanxerê de melhor conforto e progresso. – Existem ainda algumas casas desse tempo? – Posso dizer que nenhuma, porque depois da saída do Marechal Bormann, só temos visto a decadência,

340 CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990. P. 55

341 Ibidem, p. 6.

342 FRAGA, André Barbosa. Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 2

esquecimento e desinteresse após a emancipação da Colônia. – Acha o Sr. que o Marechal Bormann foi um baluarte desta zona? – Verdadeiramente. Infelizmente dado a ingratidão dos homens, dele só se lembram os seus antigos soldados e colonos, quando o seu nome deveria estar gravado publicamente numa das ruas desta Cidade ou mesmo da Vila de Xanxerê, porque tendo sido um protetor da população e um guarda do território, é uma grande injustiça não vermos com os olhos aquilo que sentimos no coração.

De acordo com o colono era uma injustiça que somente os antigos colonos e soldados lembrassem de Bormann, resultado de sua permanência e proteção da região por quase 20 anos. Tendo em vista isso, logo depois, foi nomeada uma rua no município de Chapecó, por decreto assinado em junho de 1939, onde foi estabelecida a rua transversal a Avenida Getúlio Vargas como rua Marechal Bormann. O jornal a Voz de Chapecó ainda diz o seguinte:

O sr. sargento Manoel Gomes, secretário respondendo pelo expediente da Prefeitura Municipal, baixou um decreto de lei, dando a uma das ruas desta cidade a denominação de Marechal Bormann. Transmitindo esta notícia aos nossos leitores, deixamos nestas linhas consignadas sinceras congratulações a aludida autoridade municipal e ao povo de Chapecó, por essa homenagem prestada ao cravo militar, finado Marechal José Bernardino Bormann, que foi uma das grandes figuras do Exército Brasileiro no passado e que muito fez a bem deste município. Esse ato de justiça, resgate de antiga dívida, ao ex-diretor da extinta colônia militar de Chapecó [...] ³⁴³.

Ou seja, o redator do jornal e possivelmente a sociedade chapecoense do período acreditava ter uma dívida histórica com José Bernardino Bormann, por sua atuação na região, quando essa ainda pertencia ao Estado do Paraná. Xanxerê, fez parte do Velho Chapecó, sendo desmembrado do município somente em dezembro de 1953 ³⁴⁴, o que justifica esse sentimento com relação a Bormann. De acordo com José Murilo de Carvalho a criação de símbolos e de heróis não é arbitrária, ou seja, o herói deve ter de algum modo a cara da nação, no nosso caso específico a cara da região, e deve responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, e refletir o tipo de personalidade ou de comportamento que correspondia a um modelo coletivamente valorizado ³⁴⁵. No período do Estado Novo, e atualmente no governo de Jair Bolsonaro, a figura dos militares é muito valorizada o que legitima a valorização desses heróis.

Ainda durante o Estado Novo o governo promoveu uma grande quantidade de iniciativas nas mais variadas áreas, sendo um deles a expansão do Instituto Histórico e Geográfico para outros estados brasileiros. A quantidade de datas cívicas a serem celebradas

343 **A Voz de Chapecó**. Chapecó, 18 de junho de 1939. P. 2

344 Disponível em: <https://www.xanxere.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/4786>. Acesso em 19 nov. 2019.

345 CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990. P. 55

aumentou consideravelmente, passando a se dar atenção à comemoração de cinquentenários, centenários, tricentenários e tetra centenários³⁴⁶, e um deles foi o Centenário de nascimento do Marechal Bormann. Tinham como objetivo a construção de heróis nacionais e a celebração de personagens históricos, o que fica bem expresso em um trecho do centenário:

Hoje Bormann é um exemplo, é uma lição. Os que quiserem vencer na carreira que o sigam, terão como ele, pungentes desenganos, mas quando sofrermos e nos amarguramos por culpa alheia e não nossa, os sofrimentos e as amarguras não doem tanto e sempre foi melhor ser injustiçado e mártir do que fracassado³⁴⁷.

Em 26 de setembro de 1944 o Exército brasileiro comemorou na cidade de Porto Alegre o primeiro centenário de nascimento do Marechal José Bernardino Bormann. Como parte das festividades foi elaborado pela Biblioteca Militar e organizado pelo General V. Benício da Silva o livro “O centenário do Marechal Bormann (26/09/1944)” que conta com uma cópia da fé de ofício e vários recortes de jornais que fazem menção a Bormann, nos permitindo compreender esse personagem que não era só um militar, mas um intelectual, considerado um grande soldado e defensor da fronteira por parte do Ministério da Guerra.

Na cidade de Chapecó, além da rua nomeada em 1939, houve a homenagem a Bormann em forma de nome de uma escola que pelo decreto 3639 de 6 de novembro de 1946 a escola que até então era denominada General Bormann, passou a se chamar Grupo Escolar Marechal Bormann. A atual Escola de Educação Básica Marechal Bormann é considerada a escola mais antiga da cidade de Chapecó-SC, passando pelas seguintes denominações: Escola Feminina de Passo dos Índios, Escola Mista Estadual de Chapecó, Escola Isolada Coronel Fernando Machado, Grupo Escolar Coronel Fernando Machado e Grupo Escolar Marechal Bormann³⁴⁸.

No ano de 2008 foi organizado um Memorial do José Bernardino Bormann realizado em parceria com a E.E.B. Marechal Bormann, Governo de Santa Catarina e Fundação Cultural de Chapecó. O memorial foi elaborado em um banner da cor preta, com o título *José Bernardino Bormann: um personagem na história*, acompanhado de um breve histórico de sua atuação militar, principalmente na região da atual cidade de Chapecó, quando o mesmo comandava a Colônia Militar localizada em Xanxerê. O banner está localizado no sagão de

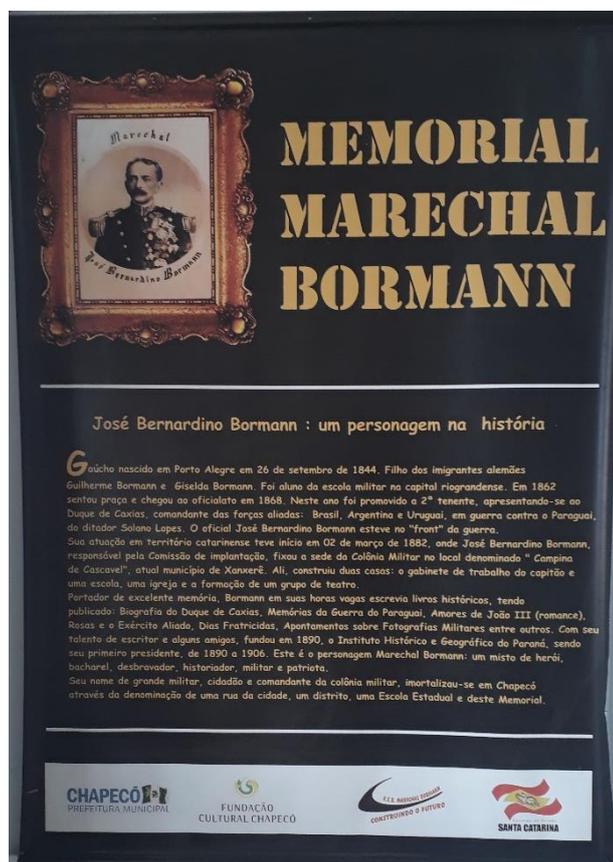
346FRAGA, André Barbosa. Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 3

347 XAVIER, Aristóteles, 1944. Op., Cit. p. 11.

348 MODESTI, Tatiane. **A Escola Pública Primária em Chapecó**: Nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945). 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. P. 98

entrada da escola, e na direção há uma fotografia de Bormann. De acordo com o memorial Bormann foi “[...] um misto de herói, bacharel, desbravador, historiador, militar e patriota”³⁴⁹.

Figura 08 - Memorial do Marechal Bormann



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Em março de 2014, Bormann foi homenageado novamente quando o comando da 5ª Divisão do Exército foi denominado de divisão Marechal José Bernardino Bormann oficializada através do Decreto nº8.214, com a separação da 5ª RM da 5ª DE; e da Portaria nº12-SEF, de 29 Abr 2014³⁵⁰. Foi definido pela repartição como líder militar de destaque e desbravador de terras pela fundação da Colônia Militar do Xapecó “destacou-se, resistindo bravamente entre os heróis militares no Cerco da Lapa durante a Revolução Federalista em 1893, fato que marcou história, lhe rendeu o mérito de ser Patrono da 5ª Divisão de Exército nos dias atuais”³⁵¹.

349 Memorial Marechal Bormann, 2008.

350 <http://www.5de.eb.mil.br/>

351 <http://www.5de.eb.mil.br/>

Em agosto de 2019, Flavio Luiz Pansera, Coronel reformado da Policia Militar de Santa Catarina, lançou o livro “Centenário de Morte de José Bernardino Bormann³⁵²” em cerimônia no Instituto Histórico e Geográfico de Chapecó, do qual é presidente. A cerimônia contou com a presença de vários militares da região, inclusive alguns estavam fardados, pessoas influentes no município e a bisneta de Bormann, Maria Tereza Medronho Sigwalt que foi homenageada com uma camiseta da Chapecoense com o sobrenome Bormann.

O livro é em capa dura, da cor verde escura e conta com uma imagem de José Bernardino Bormann em seus trajes militares. Logo na epígrafe o autor diz o seguinte “História do Homem que iniciou Chapecó. História do Distrito e primórdios de Chapecó. Bormann, o Distrito que já foi sede do município Chapecó; e que voltou a ser Distrito”³⁵³. Ou seja, explora de forma sucinta a figura de José Bernardino Bormann e se preocupa em fazer uma análise introdutória ao distrito Marechal Bormann, utiliza como fonte diversas entrevistas com os moradores do distrito, contando histórias pontuais daquela comunidade, inclui no livro várias fotografias dos entrevistados e das famílias que são consideradas as primeiras moradoras. Não é um livro que parte de um viés historiográfico, mas sim memorialista, que pode ser utilizado como fonte de análise em projetos futuros.

Ao contrário do que afirma no livro, a Colônia Militar do Xapecó teve sede no município de Xanxerê, abrangendo os municípios de Xaxim e Faxinal dos Guedes, ou seja, não fez parte do território que compreende o atual Distrito Marechal Bormann. O nome do distrito é uma homenagem a José Bernardino Bormann devido a sua atuação na região, assim como o nome do município de Coronel Freitas é em homenagem ao João José d’Oliveira Freitas que foi diretor da Colônia Xapecó entre 1900 e 1903. Nas documentações utilizadas na presente pesquisa não encontramos referência de quando Passo Carneiro, passa a ser Passo Bormann, porém, em busca na hemeroteca, pelo termo “Passo Bormann” encontramos notícias com essa nomenclatura no ano de 1910, levantamos a possibilidade de ter sido “batizado” nesse ano, ou anteriormente ainda. Ainda na pesquisa sobre o distrito, que no atual distrito Marechal Bormann existiu uma escola denominada Escola Básica Passo Bormann, que pela Lei nº 6.045, de 15 de abril de 1982 passou a se chamar Marcolina Rodrigues da Silva³⁵⁴.

O município de Chapecó foi criado em 1917, após a Guerra do Contestado e sua sede foi instalada em novembro de 1917 no povoado Passo Bormann³⁵⁵, o primeiro superintendente

352 PANSERA, Flavio. **Bormann**: o fundador de Chapecó. Chapecó: Editora Hunning, 2019.

353 PANSERA, Flavio. **Bormann**: o fundador de Chapecó. Chapecó: Editora Hunning, 2019.

³⁵⁴ SANTA CATARINA. Lei nº 6.045 de 15 de abril de 1982. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-6045-1982-santa-catarina-da-denominacao-a-escola-basica>. Acesso em: 20 jul. 2020.

355 Atual distrito de Marechal Bormann.

foi Manoel dos Santos Marinho, nomeado pelo Governador Felipe Schimidt. Em agosto 1918 houve eleições onde Santos Marinho se elegeu como Superintendente Municipal, em dezembro houve eleições para o Congresso Representativo do Estado e Santos Marinho concorreu e foi eleito, sendo, portanto, superintendente de Chapecó e representante do estado³⁵⁶.

Houve vários conflitos com relação a sede do município, de acordo com Altair Wagner Coronel Manoel dos Santos Marinho desejava que a sede do município permanecesse no Passo Bormann, porém, o Coronel Fidêncio de Souza Mello queria transferi-la para Xanxerê, houve luta e vários feridos³⁵⁷. Pela Lei n° 1.260 de 05 de setembro de 1919 a sede do município foi transferida para Xanxerê, o que causou mais conflitos:

Manoel dos Santos Marinho ao retornar de Florianópolis, armou 120 homens e sob seu comando rumaram a Xanxerê, conduzindo livros e os papéis da Prefeitura em cargueiros com buacas. Corria a notícia de que seu primo Coronel Fidêncio de Souza Mello o aguardava em Xanxerê e seria recebido a bala. Já em Passo dos Índios (Chapecó) houve tiroteios com os aliados de Fidêncio. No caminho, receberam informações que o pessoal do Coronel Fidêncio em número de oitenta homens se encontravam nas trincheiras do então Capitão José Bernardino Bormann. Houve tiroteios e dois homens foram mortos e dois feridos nas forças do Coronel Fidêncio, que se retirou para o Rio Grande do Sul³⁵⁸.

Após os conflitos, pela Lei Estadual n° 56 de 10 de março de 1923 e Decreto Municipal n° 28 a sede retorna ao Passo Bormann, mas a disputa prosseguiu e pela Lei Estadual n° 1.645 de 03 de outubro de 1929, e pelo Decreto Municipal n° 37, Xanxerê passou novamente a sediar o município de Chapecó. A questão só se resolveu por definitivo quando pelo Decreto-Lei Estadual n° 100 de 09 de abril de 1931, Passo dos Índios se tornou a sede definitiva do município de Chapecó, cuja instalação se deu em 02 de maio de 1931 e pelo Decreto Estadual n° 86 de 31 de 1938, a localidade de Passo dos Índios passou a se chamar Xapecó e pela Lei n° 247 de 30 de dezembro de 1948, passou a ser grafado Chapecó³⁵⁹

Bormann foi um personagem influente, pois, era reconhecido politicamente, militarmente e intelectualmente e construiu sua carreira política no Estado do Paraná, sendo essa possivelmente uma das justificativas para a sua permanência por tanto tempo na direção da Colônia. Sua relação com os moradores do estabelecimento nem sempre foram pacíficas, como fica evidente nas documentações analisadas, pois, Bormann estava na região não somente

356 WAGNER, Altair. **E...Chapecó levantou voo**. Florianópolis: De Letra, 2005. P.24

357 Ibidem. p.25

358 Ibidem. p.25

359 Ibidem. p.27

para defender a fronteira, mas para administrar a sua população, administração feita pelo viés dos militares, o que explica a sua possível arbitrariedade.

A rememoração de militares no Brasil vem sendo feita de uma forma mais constante desde a eleição de um coronel reformado do exército brasileiro como Presidente da República. A cidade de Chapecó, além de carregar nome de ruas de militares que participaram da Ditadura Militar, também leva nome de militares que participaram da construção do que vira a ser o município, como é o caso do “Marechal Bormann” e do “Manoel dos Passos Maia”.

CONCLUSÕES

A criação de Colônias Militares nas fronteiras do Império, foi uma estratégia adotada por D. Pedro II com auxílio e acordo dos governos provinciais, visando a proteção, a ocupação e administração das regiões de fronteira, além de ser um órgão de concessão, uso e fiscalização das terras devolutas destinadas a colonização. As primeiras Colônias Militares datam da década de 1840 e eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, porém, não foram vistas como exitosas, pois, não ocorria uma fiscalização efetiva e não havia um plano comum para os estabelecimentos, o que resultou na criação do Plano para uma Colônia Militar no Brasil elaborado por José Joaquim Machado de Oliveira, apesar de cumprir com o objetivo inicial, as Colônias não obtiveram melhores rendimentos econômicos e populacionais, devido à falta de

investimentos efetivos para que ocorresse um melhor desenvolvimento. Ainda que a historiografia sobre as Colônias Militares tenha abordado várias facetas de seu funcionamento, ainda são necessárias a realização de pesquisas visando aprofundar temas sociais, ambientais e econômicos.

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar a construção de um espaço social e político por parte de militares brasileiros e da população que residiam nas imediações da Colônia Militar do Xapecó, e para isso ser possível dividimos o trabalho em quatro capítulos e cruzamos diversas fontes com o intuito de conseguir informações suficientes para realizar uma análise satisfatória. Como já destacamos compreendemos espaço social na perspectiva de Pierre Bourdieu onde afirma que o espaço exprime as hierarquias e as diferenças sociais³⁶⁰, sendo lugares onde se exerce o poder, sendo socialmente marcado e construído. A instalação de uma Colônia Militar nas fronteiras do Brasil por si só é uma demonstração de poder e exerce poder sob a região e as pessoas que a habitam, tanto como colonos militares, como por vizinhos desse estabelecimento. Apesar de não estar tão obvio, consequência das “formas sutis de violência simbólica”, que Bourdieu destaca, há uma hierarquia na Colônia, marcada por diferenças de capital cultural e social, principalmente relacionados aos militares.

Ao instalar uma Colônia Militar, a hierarquia do exército é reproduzida nesse ambiente. A administração era responsabilidade dos militares, principalmente do militar nomeado como diretor, que deveria ter a patente mais alta que os demais, ou seja, a administração só era feita por militares com formação, os militares sem formação eram os praças que faziam o policiamento da Colônia e os trabalhos necessários para o seu desenvolvimento, como a construção de casas, estradas, entre outros. Ou seja, eram os militares responsáveis pela distribuição das terras e pela inspeção do cumprimento das regras estabelecidas pelo contrato dos colonos. O número reduzido de lotes definitivos também exprime isso.

O primeiro capítulo cumpriu com o objetivo de contextualizar a criação das Colônias Militares, não tendo a intensão de fazer uma análise mais aprofundada, pois, o nosso foco é a Colônia Militar do Xapecó. Ao utilizar fontes argentinas para a analisar o contexto fronteiriço e a instalação da Colônia conseguimos compreender como foi visto na Argentina essa questão territorial e como ocorreram as negociações, onde a utilização de mapas como fontes de análise fora fundamental, demonstraram as intenções de controle com relação a região. Ao mapear o território a nação demonstrou a sua preocupação com as fronteiras, e a instalação da Colônia

360 BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, n.27, v.79, 2013. P. 134

do Xapecó veio nesse sentido, onde em um primeiro momento foi necessário conhecer o território, para posteriormente legitimar a posse e exercer o seu domínio. A presença de grande quantidade de erva-mate, demonstra que não houve somente um interesse territorial, mas interesse econômico, tanto relacionada a República Argentina, quanto ao Brasil, e a flutuação na população da Colônia era resultante da presença de trabalhadores que ficavam na região somente no momento do corte da erva-mate evidência disso. Inclusive nos relatórios econômicos da Colônia fica evidente que utilizou dos ervais como fonte de renda também.

A Colônia foi criada em 1859, porém, foi instalada somente 23 anos depois, em 1882, não há uma justificativa clara para tal acontecimento, por isso levantamos algumas hipóteses tendo como base as fontes e as referências utilizadas na dissertação. A primeira hipótese é referente a Guerra do Paraguai, pois, o pensamento primordial naquele momento era a formação de Colônias Militares na província do Mato Grosso, com o objetivo de defender as fronteiras com o Paraguai. O Ministério da Guerra salientou que a urgência do serviço de guerra resultou na falta de documentação nesse período com relação as Colônias Militares. O conflito retardou a remessa de esclarecimentos. Levantamos o questionamento de que a omissão de qualquer tipo de informação sobre a região de fronteira pode ter sido proposital, tendo como objetivo não chamar atenção dos paraguaios e nem dar muitas informações sobre as condições das Colônias Militares e do Ministério da Guerra. Outra hipótese é com relação a necessidade de um planejamento comum para as Colônias Militares instaladas em território brasileiro. A falta de planejamento comum não permitia um desenvolvimento no ponto de vista militar, novas colônias seriam instaladas somente após um replanejamento, visando melhores condições para defesa, economia e autonomia dos estabelecimentos

A Colônia Militar do Xapecó foi instalada em território considerado estratégico, tanto militarmente, quanto economicamente, porém, nos anos que Bormann ficou em sua direção a Colônia não obteve autonomia financeira devido à falta de estradas que a ligassem aos mercados comerciais próximos. Outra questão foi o número reduzido de militares do destacamento da Colônia, o que dificultou a administração de Bormann. Não havia homens suficientes para fazer o policiamento na região e na Colônia e muito menos para realizar as tarefas cotidianas. Ou seja, o Ministério da Guerra desejava que a Colônia fosse um posto de guerra e um centro econômico, mas não disponibilizou mecanismos para que isso de fato ocorresse.

Os colonos que se estabeleciam na Colônia tinham direito ao lote urbano e um lote rural e a documentação provisória, que deveria ser substituída por uma documentação definitiva, após dois anos de cultivo ou de atividade pastoril, porém, nos anos em que Bormann ficou na direção da Colônia foram expedidos somente 11 títulos definitivos. A justificativa utilizada no

relatório de 1898 por Bormann, foi por consequência da Proclamação da República e da falta de esclarecimentos com relação ao território e aos títulos definitivos, porém, levantamos a possibilidade de não haver o interesse por parte dos militares e por parte do governo de legitimar a posse desse território. Os lotes não eram vendidos, mas fornecidos gratuitamente aos colonos em troca da subordinação a administração militar. Posteriormente, após o território que compreendia a Colônia Militar do Xapecó passar para o regime civil foi vendido ou “doador” em troca de feitorias pelo Estado de Santa Catarina a empresas colonizadoras, que fizeram a divisão e a venda das terras, gerando lucro, ou seja, a terra passou de ser um bem fornecido gratuitamente por um órgão do Estado, para ser propriedade, produto, passível de comercialização. A falta de documentos definitivos gerou vários processos de usucapião das terras, a serem analisados em estudos futuros.

Um dos nossos objetivos no segundo capítulo foi analisar as consequências da transição do Império para a República e conseguimos identificar que mesmo não sendo um grande centro comercial e econômico, a Colônia sofreu as consequências da Proclamação da República e do encilhamento. O valor repassado pelo Ministério da Guerra continuava o mesmo de antes da crise, prejudicando na manutenção dos serviços necessários para o desenvolvimento do núcleo populacional. Foi nesse período que os lotes de terras pararam de ser medidos, pois, havia a falta de um agrimensor e a falta de verba para futuras contratações, gerando os problemas citados anteriormente.

Outro objetivo era analisar as consequências da Revolução Federalista para a Colônia e para José Bernardino Bormann. Foi durante a Revolução que a Colônia sofreu uma possibilidade de invasão devido a sua representação enquanto Governo Oficial e ao armamento que ali se encontrava, foi o único momento em que houve a possibilidade da formação de uma “praça de guerra”. Nos relatórios e documentações analisadas é notável a falta de preparação do estabelecimento para qualquer tipo de conflito, primeiro por causa do número reduzido de militares treinados e armamentos e segundo devido à falta de boas vias de comunicação com o restante do estado. Apesar dos esforços de Bormann em juntar 300 homens, no caso de uma invasão federalista a Colônia seria facilmente rechaçada. O posicionamento ambíguo de Bormann lhe trouxe consequências, em primeiro momento foi julgado por “auxiliar” os federalistas, devido a recepção de um líder federalista na Colônia, porém, foi provado que todas as medidas que tomou com relação a revolução eram de comum acordo com o Ministério da Guerra. Pudemos perceber as consequências das falsas informações no contexto do século XIX em Palmas, o que nos alerta para as consequências desse tipo de desinformação no século XXI, onde temos um sistema de comunicação globalizado e extremamente rápido.

Ainda no segundo capítulo nos propomos a iniciar uma discussão sobre as transformações ambientais provocadas pela instalação da Colônia Militar do Xapecó, tal transformação foi intensificada quando da instalação de uma serra movida a água, o que acelerou consideravelmente a derrubada de árvores para a construção das casas dos colonos e dos prédios militares. Fizemos um exercício inicial, demonstrando que há a possibilidade e a necessidade de novas pesquisas na perspectiva da História Ambiental sobre as Colônias Militares instaladas em território brasileiro.

No capítulo III tivemos como objetivo fazer uma análise sobre os militares e civis que constituíam a Colônia do Xapecó e houve uma maior dificuldade na realização da pesquisa devido as poucas ou nenhuma informação nos relatórios ministrals. Esses relatórios falavam da colônia de uma forma geral, se preocupando somente com sua estrutura física e sua economia, não fazendo menção sobre os seus moradores, demonstrando a importância do cruzamento com demais fontes. Uma fonte importante nesse momento foi o Recenseamento da Comarca de Palmas de 1890, onde nos deu informações um pouco mais detalhadas da origem dos moradores da Colônia, bem como gênero, idade e raça.

Algo muito enfatizado por José Bernardino Bormann era a procedência desses praças, não considerados bons elementos, pois, como demonstrado, o Ministério da Guerra tinha como costume inserir nas Colônias homens condenados por algum delito, o que gerava constrangimento para os demais militares. Esses praças permaneciam nas Colônias somente o tempo determinado pelo Ministério da Guerra, que geralmente eram dois anos, não se instalando posteriormente, mesmo com a possibilidade de um lote de terra, também havia fugas, onde os praças eram considerados desertores, esvaziando assim o regimento do estabelecimento, trazendo dificuldade para o policiamento das fronteiras e para a manutenção da Colônia.

Também faziam parte os civis, ou seja, os não militares, que eram os colonos. No presente trabalho os classificamos da mesma forma que no Recenseamento de 1890, como caboclos, imigrantes, negros e indígenas. Quando da instalação da Colônia, viviam na região cerca de 40 famílias caboclas e Bormann as convidou para fazerem parte do núcleo militar oferecendo as mesmas garantias dos colonos militares. Ou seja, ao contrário do que viria acontecer no século XX, Bormann inseriu esses habitantes no contexto da colônia, não ignorando sua existência. Acreditava que a inserção desses caboclos seria algo positivo, pois, já conheciam a região e não se importavam com a distância dos centros comerciais, pois, um dos maiores estranhamentos e motivo de deserção de diversos praças, era justamente a distância e a falta de centros comerciais e de lazer.

Houve um interesse na instalação de imigrantes na Colônia evidente no *Jornal do Commercio* onde foi publicado um anúncio especificamente para as famílias alemães, porém, apesar dessas propagandas o número de imigrantes alemães e de demais nacionalidades instaladas na Colônia foi bem reduzido de acordo com o Recenseamento do ano de 1890, que apresentou um total de 27 imigrantes, somente 6 de origem alemã. Não foram encontradas muitas propagandas desse gênero sobre a Colônia Militar do Xaçepó, a grande maioria dos colonos eram provenientes do Brasil, e do Estado do Paraná. Dos 522 moradores do estabelecimento em 1890, 332 eram do estado do Paraná.

Apesar de não encontramos nenhuma documentação que se refira especificamente a população liberta na Colônia do Xaçepó, através do senso de 1890 levantamos a hipótese da possibilidade da presença de libertos no núcleo militar, tal hipótese é sustentada, pois, a presença de 20 pessoas caracterizadas como “pretas” no censo e na presença de escravizados nas fazendas da região de Palmas, onde realizavam trabalhos relacionados a agricultura e pecuária. Com a Lei Áurea, houve uma aglomeração de libertos em Palmas, em busca de trabalho e de melhores condições de vida como foi referido por Bormann, no relatório de 1888, o que justifica uma possível migração para locais onde conseguissem terra e trabalho.

Com relação a população indígena o município de Palmas contava com três toldos: um próximo à vila; outro próximo ao passo da Balsa, junto à margem esquerda do rio Chapecó; e o terceiro no lugar denominado Formiga, há cerca de 23 quilômetros da colônia. O governo Imperial encarregou a comissão da Colônia Militar do Xaçepó de escolher um local apropriado para aldear os índios, onde houve a intenção da realização de um grande aldeamento nas Formigas, fundindo em um só os três toldos existentes. Apesar do aldeamento não ter sido efetivado houve a presença de indígenas na Colônia, onde realizaram os trabalhos para abertura de estradas para a colocação do telégrafo e auxiliavam nos trabalhos agrícolas. Também levantamos a possibilidade e a necessidade da realização de novas pesquisas onde tenham por objetivo analisar de uma forma mais intensa a presença de indígenas na Colônia Militar do Xaçepó.

No quarto capítulo nos desdobramos sobre a figura de José Bernardino Bormann, natural do Rio Grande do Sul e chefe da comissão para a instalação da Colônia Militar do Xaçepó, que posteriormente foi nomeado diretor do estabelecimento, onde permaneceu por cerca de 18 anos, o que é algo incomum, pois, demonstramos que havia a constante rotatividade de diretores nas demais Colônias Militares. Bormann era influente, pois, era reconhecido politicamente, militarmente e intelectualmente e construiu sua carreira política no Estado do Paraná, sendo essa possivelmente uma das justificativas para a sua permanência por tanto tempo na direção

da Colônia. Em outubro de 1898 pede exoneração do cargo de diretor do estabelecimento, porém, continua morando em Palmas e em 1899 assume o governo do estado por um mês.

Sua relação com os moradores do estabelecimento nem sempre foram pacíficas, como fica evidente nas documentações analisadas, pois, Bormann estava na região não somente para defender a fronteira, mas para administrar a sua população, administração feita pelo viés dos militares, o que explica a sua possível arbitrariedade. A instalação da colônia significou um controle da região e da população, daquele momento em diante representava o Império brasileiro, posteriormente a República, como um órgão fiscalizador e possivelmente repressor.

Bormann publicou diversos livros, mas o que nos chamou atenção no presente trabalho foi “Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Paraná, onde identificamos a intenção de construir sua própria memória em consequência da nebulosidade que pairava sobre sua figura devido os acontecimentos envolvendo a Revolução Federalista. Nisso identificamos três momentos onde houve a intenção da construção da memória de Bormann, em primeiro momento por ele mesmo, em segundo momento durante o Estado Novo, onde Getúlio Vargas buscou construir heróis nacionais como forma de fortalecer o nacionalismo e em um terceiro momento a partir de 2008, onde a cidade de Chapecó-SC, por diversas vezes rememorou esse militar.

A rememoração de militares no Brasil vem sendo feita de uma forma mais constante desde a eleição de um coronel reformado do exército brasileiro como Presidente da República, Chapecó, além de carregar nome de ruas de militares que participaram da Ditadura Militar, também leva nome de militares que participaram da construção do que vira a ser o município, como é o caso do “Marechal Bormann” e do “Manoel dos Passos Maia”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. **Rev. Econ. do Centro-oeste**, Goiânia, v. 2, n. 2, p.19-36, jun. 2016. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/download/41826/22198> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

ARANHA, Bruno. **Entre Sertões e Desiertos**: Viajantes Brasileiros Argentinos na Fronteira (1882-1905). 431 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ARANHA, Bruno. Misiones ante o avanço brasileiro: a fronteira Brasil-Argentina na visão de Juan Bautista Ambrosetti (1891-1894). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.

ARAUJO, Ionnara. Regularização Fundiária e Terras Devolutas. **R. Fac. Dir.:** UFG, v.33, n.2, p.112-127, jul./dez. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José D' Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D' Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH-Revista de História da UFOP**. Ouro Preto, n. 15, 2005.

BARROS, José D'assunção. **História, Espaço, Geografia: Diálogos Interdisciplinares**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1909**. 1980. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945**. São Paulo: Edusp, 2009.

BEZERRA, Jéssika de Aquino. **Civilizar os sertões, consolidar o Estado a Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845-1897)**. 2015. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

BORMANN, José B. **Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. Da Livraria Economia Annibal Rocha e Cia, 1901.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, n.27, v.79, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOUTIN, Leônidas. **Colônias Militares na Província do Paraná**. 1975. 86 f. Tese (Livre Docência) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1975.

BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. Separata do **Boletim XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, 1977.

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p.7-73, jan. 1985.

BRANDOLT, Marlene Rodrigues. Sob o olhar de Maria Benedita Bormann. **Rev. Educação e Linguagem**, Campo Mourão, v.3, n.5, p.165-174, jun. 2014.

BRANT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRASIL. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 08 de jan. 2019.

BRÜGGEMANN, Adelson. A. **A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)**. 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

COELHO, Olinio Gomes. **Do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 1992.

COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1999.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios no Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, p.265-343, ago. 2006.

FERREIRA, Bruno T. HANEMANN, Marcos. A imagem dos praças na formação do Exército Brasileiro (1864-1895). **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 58, p. 191-199, jun. 2013.

FERREIRA JUNIOR, Francisco. **A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FONTANETTI, Carmem Silva. BUENO, Odair Correa (ORG). **Cana-de-açúcar e seus impactos: uma visão acadêmica**. Bauru: Canal6 editora, 2017.

FRAGA, André Barbosa. **Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re) ocupação**. Tese (Doutorado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

GASPAR, Waleska. Discurso e imprensa: interpretações sobre a revolução federalista no jornal o Estado de São Paulo (1893-1895). Porto Alegre: **RIHGERS**, n. 154, jul. 2018. P. 115-141.

GELLER, Odair Eduardo. **José Bernardino Bormann, José Ignácio Garmendia e Juan Crisóstomo Centurión e a Constituição narrativa da Guerra contra o Paraguai**. 2018. 276 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Colônia Ijuhy**. Ijuí: Editora Unijui, 2009.

GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan/mar 2013.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, v.5, n.5, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf. Acesso em 18 fev. 2020.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas** (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

KERN, Arno Alvarez. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. In: **Revista História & Diversidade**. V. 8, nº 1, 2016. p. 10-19.

LINHARES, Maria. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O movimento do Contestado e a questão de terras. In: Zarth, P. (Org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, Chapecó: UFFS, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p.1-18.

MAESTRI, Mário. A Invasão Paraguaia do Sul do Mato Grosso. **CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 2, n. 2, p.105-129, ago. 2015.

MARQUETTI, Délcio. Criminalidade no oeste catarinense (fins do século XIX e começo do XX). In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André L.; RENK, Arlene; SALINI, Ademir M. **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MENDES, Fábio. A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar. **Estudos Históricos**, 1999. P. 267-293.

MODESTI, Tatiane. **A Escola Pública Primária em Chapecó: Nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)**. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MORETTO, Samira. **A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*) do século XIX ao século XXI**. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MORETTO, Samira. Meio Ambiente: as Transformações na Paisagem do Oeste Catarinense. **Hist. R.**, Goiânia, v. 22, n. 2. P. 107-120, ago.2017.

MORAIS, Cristina. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil. **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, v. 30, n.30, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11774>. Acesso em 18 fev. 2020.

MUAZE, Mariana. O Império do Retrato: Fotografia e Poder na sociedade oitocentista. **Projeto História**: São Paulo, n. 34, jun. 2007. P.169-188.

MYSKIW, Antonio Marcos **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Editora Unicentro, 2011.

MYSKIW, Antonio Marcos. Fronteira: História e Historiografia de um conceito polissêmico. In: HAHN, Fábio Andre; MEZZOMO, Frank Antonio. **Nas malhas do poder**: história, cultura e espaço social. Campo Mourão: Fecilcam, 2011.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A imprensa periódica militar no século XIX**: Política e Modernização no Exército Brasileiro (1850-1881). 2015. 473 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. "Plano para uma colônia militar no Brasil", **Revista do IHGB**. V.7 n.26, p 239-256. Rio de Janeiro, 1845.

OLIVEIRA, Rodrigo. Os 120 anos da Guerra Civil de 1893. Rio Grande: **Historiae**, v. 4, n.2 p. 137-147, 2013.

PANSERA, Flávio. **Bormann**: o fundador de Chapecó. Chapecó: Editora Hunning, 2019.

PETROLI, Francimar. **Fronteiras, Províncias e Unidades Nacional na Formação do Brasil**: Uma Análise sobre a “Questão de Limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). 2018. 383 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1983.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir.; ZARTH, Paulo. **A. História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&vida, 2015.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v.11, p.15-40, 2006.

RITT, Evandro. **A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SACK, Robert. **Human Territoriality, is theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SALOMON, Marlon. **O saber do espaço: Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, Tese de doutoramento, 2002.

SANTOS, Marcos dos. A construção do espaço rural nas colônias de imigrantes do sul do Brasil. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice S.; MORETTO, Samira P.; **História Ambiental e Migrações: Diálogos**. Chapecó: Editora UFFS, 2017.

SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SCAPINELLO, Franciele. **Usucapião de terras devolutas da Ex-Colônia Militar de Xaçupé**. 2010. 83 f. TCC (Graduação em Direito) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2010.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**.

SILVA, Alberto. da. **Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): Sua vida de Cientista e de Militar**. Brasília: Thesaurus, 2004.

SILVA, Amaro. **“Colônias Militar Leopoldina: das “Matas Incultas” às “Matas Civilizadas” (1851-1867)**. 287f. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Evander. De leões sem garras e homens eruditos: visões do masculino em Lésbia (1890), de Maria Benedita Câmara Bormann (Délia). **ArtCultura**, Uberlândia, v.19, n.34, p.197-214, jan. 2017.

SILVA, Rafael Amaro. **Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

TAFFAREL, Eliane **Da Fazenda São João à Comunidade Quilombola Invernada dos Negros: Terra, trajetória e permanência**. 2019.229 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

TEDESCO, João Carlos. VANIN, Alex A. **Entre a espada, a cruz e a enxada: A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)**. Erechim: All Print, 2018.

TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. **Colonos, Colônias e Colonizadores: Aspectos da Territorialização Agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (Org.). **Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América**, de Frederick Jackson Turner. Niterói: EDUFF, 2004. P. 23-54.

VISCARDI, Cláudia. História, Região e Poder: A Busca de Interfaces Metodológicas. **LOCUS: Revista de história**. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997, p. 84-97.

VENSON, Leticia Maria. **José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó 1880-1898**. 2018. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

VENSON, Leticia Maria. Telegrafista Henrique Widikim e a Revolução Federalista na Colônia Militar do Xapecó. In: ROCHA, Humberto (org). **Étnicos, Milenários e Bandidos: História dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil (Séculos XIX-XX)**.

XAVIER, Aristóteles. **O centenário do Marechal Bormann**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944.

XAVIER, Mário. **O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó: Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7 ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

WAGNER, Altair. **E...Chapecó levantou voo**. Florianópolis: De Letra, 2005.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991, p.198-215.

ZEBALLOS, Estanislao Severo. **Límites entre las Repúblicas Argentina y del Brasil**: extracto de la memoria presentada al congreso de la nacion. Buenos Aires: La Nueva Universidad, 1892.

FONTES

BRASIL IMPÉRIO. **Decreto nº 7299, de 09 de novembro de 1840**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-729-9-novembro-1850-560142-publicacaooriginal-82759-pe.html>>. Acesso em: 25 fev., 2019.

BRASIL IMPÉRIO. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em <<https://arisp.files.wordpress.com/2007/11/lei-601-de-18-de-setembro-de-1850.pdf>> Acesso em: 25 fev., 2019.

BRASIL IMPÉRIO. **Contrato de Guilherme Bormann**. Hamburgo, 5 jun. 1851. (Acervo Biblioteca Nacional- RJ).

BRASIL IMPÉRIO. **Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854**. Regulamento e execução à Lei de Terras, de 1850 Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>>. Acesso: 25 fev., 2019.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1861, Página 127 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2747-16-fevereiro-1861-556075-publicacaooriginal-75729-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019

SANTA CATARINA. Lei nº 6.045 de 15 de abril de 1982. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-6045-1982-santa-catarina-da-denominacao-a-escola-basica>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Relatórios dos Negócios do Império

IMPÉRIO, Negócios. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1859 e 1860.

Relatórios do Ministério da Guerra

GUERRA, Ministério. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1862 a 1898.

Relatórios da Província do Paraná

PROVÍNCIA, Presidente. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná**. Curitiba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1884 a 1890.

Jornais

A REPÚBLICA: Órgão do Partido Republicano. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1895.

Dezenove de Dezembro. Curitiba, 12 de julho de 1882.

Jornal da Tarde. São Paulo, 31 de janeiro de 1881.

Jornal do Recife. Recife, 6 de fevereiro de 1881.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro de 1885.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1887.

José Bernardino Bormann. **O Xapecó**. Xanxerê, 1892.

